



**ESCOLA DE COMANDO E ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO**  
***ESCOLA MARECHAL CASTELLO BRANCO***

Maj Cav SANDRO SILVA RUIZ

**O Terreno Humano e as Operações de Paz**



Rio de Janeiro

2014



Maj Cav SANDRO SILVA RUIZ

## **O Terreno Humano e as Operações de Paz**

Dissertação apresentada à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Militares.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Adriana Aparecida Marques

Rio de Janeiro  
2014

R934t Ruiz, Sandro Silva

O Terreno Humano e as Operações de Paz. / Sandro Silva Ruiz. 2014.

105 f.; 30 cm.

Dissertação (Mestrado em Ciências Militares). Escola de Comando e Estado Maior, Rio de Janeiro, 2014.

Bibliografia: f. 101-105.

1. Terreno humano. 2. Operações de paz. 3. Antropologia. I. Título.

CDD 355.4

Maj Cav SANDRO SILVA RUIZ

O TERRENO HUMANO E AS OPERAÇÕES DE PAZ.

Dissertação apresentada à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como, requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Militares.

Aprovada em 01 de dezembro de 2014.

**BANCA EXAMINADORA**

  
ADRIANA APARECIDA MARQUES – Profª Drª – Presidente  
Programa de Pós-Graduação em Ciências Militares  
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

  
THIAGO MOREIRA DE SOUZA RODRIGUES – Prof Dr – Membro  
Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos da Defesa e Segurança  
Universidade Federal Fluminense

  
CELSO CORRÊA PINTO DE CASTRO – Prof Dr – Membro  
Fundação Getúlio Vargas

Ciente \_\_\_\_\_

  
SANDRO SILVA RUIZ – Maj Cav – Postulante  
Programa de Pós-Graduação em Ciências Militares

À minha esposa Tatiana, uma sincera homenagem pelo carinho, pela força nos momentos de dificuldades e pela compreensão nos momentos de ausência, demonstrados durante a realização deste trabalho.

## **AGRADECIMENTOS**

À Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, em particular ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Militares, na pessoa de seus professores e instrutores, pela oportunidade que me foi concedida de poder realizar este trabalho.

À Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Adriana Aparecida Marques, minha orientadora, pela inestimável e decisiva colaboração prestada para a realização deste trabalho, especialmente em momentos críticos passados ao longo do corrente ano, e sem a qual nada poderia ter sido feito.

Finalmente, mas não menos importante, aos meus pais Felipe e Olga Ruiz, pela educação firme e correta que me proporcionaram ao longo de minha vida, despertando meu interesse pelos estudos.

“Bem-aventurados os pacificadores,  
porque eles serão chamados filhos de  
Deus.” (Mateus, 5:9).

## RESUMO

As relações da antropologia com a guerra são históricas, especialmente nos Estados Unidos da América (EUA). Tais relações têm por base a necessidade de se entender a cultura de um país ou de uma área onde operações militares são desenvolvidas. Nesse contexto, é preciso conhecer o inimigo muito além de saber apenas onde ele está no terreno, qual o seu equipamento e qual a sua doutrina. Além disso, é preciso conhecer também a população local que vive nesse ambiente operacional, ou seja, entender seus interesses, seus hábitos, suas crenças, seus símbolos, sua organização social, em suma, sua cultura. Essas relações, “alimentadas” pelos conflitos atuais travados no Iraque e no Afeganistão produziram nos EUA, na última década, o conceito de Terreno Humano como sendo o elemento do ambiente operacional que abrange os fatores culturais, sociológicos, políticos e econômicos da população local inserida nesse ambiente. Seu estudo, por meio de coleta e análise de dados relacionados a tais fatores auxilia os comandantes e assessores militares no processo de tomada de decisão durante o planejamento e execução de operações militares. Recente atualização da Doutrina Militar Terrestre (DMT) do Exército Brasileiro (EB) adotou o conceito do Exército americano de Terreno Humano, não só na sua vertente original, ligada às operações contrainsurgência, cujo foco é o inimigo, mas também adaptou tal conceito para as operações de paz, cujo foco é a população local do ambiente operacional, na tentativa de melhorar a efetividade das tropas de paz no trato e no auxílio às populações das áreas atingidas pelo conflito. Desta forma, após uma cuidadosa revisão bibliográfica e documental sobre o Terreno Humano nas doutrinas americana e brasileira, este trabalho procurou mostrar não só como ocorreu a incorporação do conceito americano, como também sua aplicação prática em uma operação de paz sob a égide da ONU - no caso a Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti (MINUSTAH) - da qual o Brasil participa desde 2004 com a maioria das tropas e dos elementos de comando e direção.

Palavras-chave: Terreno Humano, operações de paz, antropologia.

## ABSTRACT

The relationship between anthropology and the war are historical, especially in the United States of America (USA). Such relationships are based on the need to understand the culture of a country or an area where military operations are undertaken. In this context, one must know the enemy far beyond just knowing where he is on the ground, his equipment and his doctrine. Furthermore, one must also know the local population living in this operational environment, i.e., must understand their interests, their habits, their beliefs, their symbols, their social organization, in short, their culture. These relationships, "fed" by the current conflicts waged in Iraq and Afghanistan have produced in the US, in the last decade, the concept of Human Terrain as the element of the operational environment encompassing the cultural, sociological, political and economic factors of the local population included in this environment. Its study, by collecting and analyzing data related to such factors, assists military commanders and staff in the decision-making process during the planning and execution of military operations. Recent update of the Brazilian Army's Military Doctrine adopted the US Army's Human Terrain concept, not only in its original aspect, linked to counterinsurgency operations, which focuses on the enemy, but also adapted this concept for peace operations, which focuses on the local population of the operational environment in an attempt to improve the effectiveness of peacekeeping troops in the treatment and assistance to populations in conflict-affected areas. Therefore, after a careful review of literature and documents about the Human Terrain in American and Brazilian armies' doctrine, this paper sought to show not only how this adjustment of the American concept occurred, but also its practical application in a peacekeeping operation under UN auspices - in this case the UN Mission for Stabilization in Haiti (MINUSTAH) - of which Brazil has been participating since 2004 with most of the troops and elements of command and direction.

Keywords: Human Terrain, peace operations, anthropology.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO E NOTAS METODOLÓGICAS.....</b>	<b>9</b>
<b>1. ANTRPOLOGIA E A CONTRAINSURGÊNCIA NOS EUA.....</b>	<b>17</b>
1.1 <u>Antropologia e militares nos EUA.....</u>	17
1.1.1 Ascensão e queda da antropologia militar: do colonialismo ao Vietnã.....	17
1.1.2 Nova ascensão da antropologia militar: a Guerra Global ao Terrorismo.....	21
1.2 <u>O Terreno Humano na doutrina militar americana.....</u>	26
1.2.1 Insurgência e contrainsurgência.....	26
1.2.2 O 'nascimento' do <i>Human Terrain System</i> .....	28
1.2.3 O HTS.....	33
<b>2. ANTRPOLOGIA E AS OPERAÇÕES MILITARES NO BRASIL.....</b>	<b>42</b>
2.1 <u>Antropologia e militares no Brasil.....</u>	42
2.2 <u>O Terreno Humano na Doutrina Militar Terrestre (DMT) brasileira.....</u>	44
2.2.1 O Terreno Humano no nível político.....	45
2.2.2 O Terreno Humano no nível estratégico.....	49
2.2.3 O Terreno Humano no nível operacional.....	56
2.2.4 O Terreno Humano no nível tático.....	62
<b>3. AS OPERAÇÕES DE PAZ E O TERRENO HUMANO.....</b>	<b>68</b>
3.1 <u>As operações de paz da ONU.....</u>	68
3.2 <u>As operações de manutenção da paz (<i>peacekeeping</i>).....</u>	70
3.3 <u>As operações de paz na doutrina militar do Exército americano.....</u>	71
3.4 <u>As operações de paz na doutrina militar do Exército Brasileiro.....</u>	76
3.5 <u>O Terreno Humano nas Operações de paz: o caso da MINUSTAH.....</u>	80
3.5.1 Haiti, ONU, MINUSTAH e Brasil.....	80
3.5.2 O Terreno Humano na MINUSTAH.....	82
<b>CONCLUSÕES.....</b>	<b>95</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>101</b>

## INTRODUÇÃO E NOTAS METODOLÓGICAS

Durante a II Guerra Mundial, milhares de civis morreram em consequência de efeitos colaterais de ações militares, como bombardeios, ataques às localidades, maus tratos, fome, e outros. Apenas como exemplo, segundo Antill (2005), somente na Batalha de Berlim, última grande ofensiva ocorrida no teatro de guerra Europeu, no início de 1945, para conquista da capital do Reich alemão, por meio de um maciço ataque soviético contra as forças alemãs, após intensos bombardeios aéreos por parte das forças americanas e inglesas, os alemães tiveram mais de 22 mil civis mortos, por não terem sido evacuados da cidade.

Após a virada para o século XXI e a transição da Era Industrial para a Era do Conhecimento, a presença de civis nos campos de batalha passou a ser vista como um dos mais importantes fatores complicadores do combate, especialmente em ambiente urbano. Com o advento da globalização, da rede mundial de computadores, a popular *internet*, das redes sociais e do peso da mídia como formadora de opinião pública, a morte de civis inocentes passou a ser vista como uma atrocidade por parte do agressor, sem importar as causas do conflito, ainda que supostamente legítimas.

Além disso, a natureza dos combates nesse tipo de ambiente mudou para o que se chama de operações no amplo espectro, ou seja:

“... as forças militares [...] empregadas nesses ambientes devem estar aptas à condução de operações simultâneas ou sucessivas, combinando atitudes ofensiva, defensiva, de pacificação, de Garantia da Lei e da Ordem, de apoio às instituições governamentais e internacionais, de assistência humanitária, em ambiente interagências”. (ARAUJO, 2013, p. 17, grifo nosso).

Mas para atuar no amplo espectro, as tropas têm que estar preparadas para enfrentar uma “nova ameaça”, um inimigo difuso, ideologicamente motivado, que não respeita fronteiras ou leis.

Conhecer o inimigo sempre foi um dos fatores críticos de sucesso de qualquer operação militar. A máxima de Sun Tzu - “[c]onhece teu inimigo e conhece-te a ti mesmo; se tiveres cem combates a travar, cem vezes serás vitorioso.” (SUN TZU, 2006, p. 23) - praticamente sintetiza a importância do estudo do inimigo.

Segundo McFate (2005b), Heródoto já havia estudado o comportamento dos seus inimigos durante as Guerras Persas (de 490 a 479 a.C.), a fim de tirar vantagens militares.

Apesar de ser um fator importante e decisivo nas operações militares, muitas vezes esse conhecimento sobre o inimigo<sup>1</sup> não é tão profundo quanto poderia (ou deveria), isto é, não busca o entendimento da cultura e da dimensão humana do inimigo e da população local nas áreas de operações. Como exemplo, problemas como a falta de conhecimento das culturas estrangeiras envolvidas nos conflitos, preconceito e etnocentrismo ficaram patentes na campanha americana do Vietnã, conforme as palavras do então Secretário de Defesa americano Robert McNamara:

“I had never visited Indochina, nor did I understand or appreciate its history, language, culture, or values. [...] When it came to Vietnam, we found ourselves setting policy for a region that was terra incognita. [...] Worse, our government lacked experts for us to consult to compensate for our ignorance [...] There were no senior officials in the Pentagon or State Department with [...] knowledge of Southeast Asia” (McNAMARA, 1995, p. 32).

A autora considera que conhecer o inimigo é muito mais do que saber onde ele está no terreno, qual o seu equipamento e sua doutrina. É necessário entender seus interesses, seus hábitos, suas crenças, seus símbolos, sua organização social, em suma, sua cultura (McFATE, 2005b).

Para dificultar ainda mais a condução de operações militares no ambiente operacional dos dias atuais, a guerra ocorre no meio do povo e esse inimigo difuso também está no meio do povo (SMITH, 2008, p. xiii). E a presença de civis, particularmente nas áreas urbanas, ligada às possibilidades de danos colaterais, à opinião pública negativa e às normas do Direito Internacional, tem sido um fator importante a ser considerado nos planejamentos militares.

O apoio da população local passa a ser fundamental para o sucesso das operações, para dar legitimidade e multiplicar o poder de combate contra esse inimigo infiltrado, difuso e determinado. A famosa frase do Marechal de Campo Gerald Templer, dita em 1953, já mostrava, naquela época, a importância de se entender a cultura local de uma área onde se desenvolve operações militares, nesse caso específico na Malásia, durante a guerrilha de independência, também conhecida como Levante Malaio: “The answer lies not in pouring more troops into the jungle, but rests in the hearts and minds of the malayan people” (TEMPLER, 1953 *apud* McFATE, 2005b, p. 25).

---

<sup>1</sup> - “Inimigo: Designação genérica de pessoa ou tropa da força adversária e dos seus aliados.” (BRASIL, 2007, p. 137). Para fins da presente pesquisa, o termo “inimigo” foi utilizado tanto nas referências à doutrina militar americana, como nas referências à doutrina militar brasileira, incluindo todos os tipos de operações de ambas as doutrinas, estudados nesse trabalho.

Logo, o planejamento e a execução das operações militares tornaram-se mais complexos, não só pela presença e a permanência da população na área de conflito, mas também pela participação de atores não estatais, como Organizações Não Governamentais (ONG) e organismos de apoio humanitário.

Para tanto, a tropa precisa saber lidar com as variáveis socioculturais do ambiente operacional, necessárias para o planejamento e a tomada de decisão, e para a busca do apoio da população, tudo para enfrentar o inimigo de forma mais efetiva. Segundo o Estado-Maior do Exército (BRASIL, 1998), nas operações de apoio às instituições internacionais, particularmente nas operações de paz da ONU, os combatentes enfrentam o desafio de lidar com culturas, interesses, crenças, valores e tradições da população local durante a execução da sua missão, seja ela de estabelecimento, de manutenção, de consolidação ou de imposição.

O Brasil tem se destacado pela atuação na *Mission des Nations Unies pour la Stabilisation en Haiti* (MINUSTAH), uma missão de manutenção da paz sob a égide da ONU iniciada em 2004. Desde o seu começo, os comandantes, seus estados-maiores e a tropa brasileira têm enfrentado os desafios inerentes ao estudo da dimensão humana do ambiente operacional no qual atuam, ou seja, das variáveis socioculturais, políticas e econômicas referentes à população do Haiti. Porém, “só recentemente a literatura militar, no Brasil e no exterior, vem despertando para as implicações da complexidade e da dinâmica das questões culturais nos cenários operacionais” (COSTA, 2012, p. 59).

O Exército dos Estados Unidos da América foi o pioneiro na implementação do conceito de terreno humano, “o elemento do ambiente operacional que abrange os fatores culturais, sociológicos, políticos e econômicos da população local” (EUA, 2008, p. 3, tradução nossa), com o lançamento do manual da Equipe de Terreno Humano (*Human Terrain Team Handbook*) e a constituição de um sistema integrado para gerenciamento das atividades relativas ao Terreno Humano - o *Human Terrain System* (HTS). Este conceito vem “ganhando uma relevância que, não raro, sobrepuja a do terreno fisiográfico, confirmando, de forma inequívoca, que a dimensão psicossocial é a essência dos conflitos do século XXI” (PINHEIRO, 2010, no prelo).

O conceito de Terreno Humano é resultante de décadas de interações entre a Academia e os militares, especialmente, entre os cientistas sociais e os formuladores de doutrina das Forças Armadas americanas. Ele foi elaborado após

inúmeras experiências em guerras nas quais antropólogos e arqueólogos, principalmente, apoiavam o exército ou o governo de forma direta, no intuito de estudar as populações dos diversos ambientes operacionais, incluindo aí os inimigos, para a vitória final.

Segundo Araújo (1959, p. 46), a guerra é “a destruição, almejada, meditada e coletivamente empreendida, dos homens por seus semelhantes”. É possível acreditar que a guerra, como fenômeno social, seja tão antiga quanto à própria civilização.

Já a antropologia é mais moderna. É uma ciência que teve suas bases doutrinárias e científicas estabelecidas no fim do século XIX, e ganhou bastante relevância ao longo do século XX, apesar de vários autores concordarem que essa ciência tem suas raízes na Antiguidade Clássica, especialmente na Grécia e em Roma.

Independente da precisão em definir suas origens, as relações da antropologia com os exércitos são de longa data.

“Warfare and anthropology have long intersected in two fundamental ways. [The first] intersection that occurs when anthropologists contribute their professional knowledge and skills to further the military and intelligence endeavors of their nation at war. Another significant confluence occurs when anthropologists’ fieldwork settings are shaped by wars that alter the worlds encountered by ethnographers.” (PRICE, 2008, p. xi).

Para Gomes (2008, p. 12), a antropologia “é um modo de pensar a variedade do homem, outras culturas, o Outro, num mesmo patamar em que coloca a cultura de onde surge esse pensar, [...], isto é, o Mesmo”. Portanto, ainda para o mesmo autor, os antropólogos pautam seus estudos em bases científicas para a compreensão do ser humano e de suas culturas. A antropologia cultural é a que melhor representa esses estudos, pois

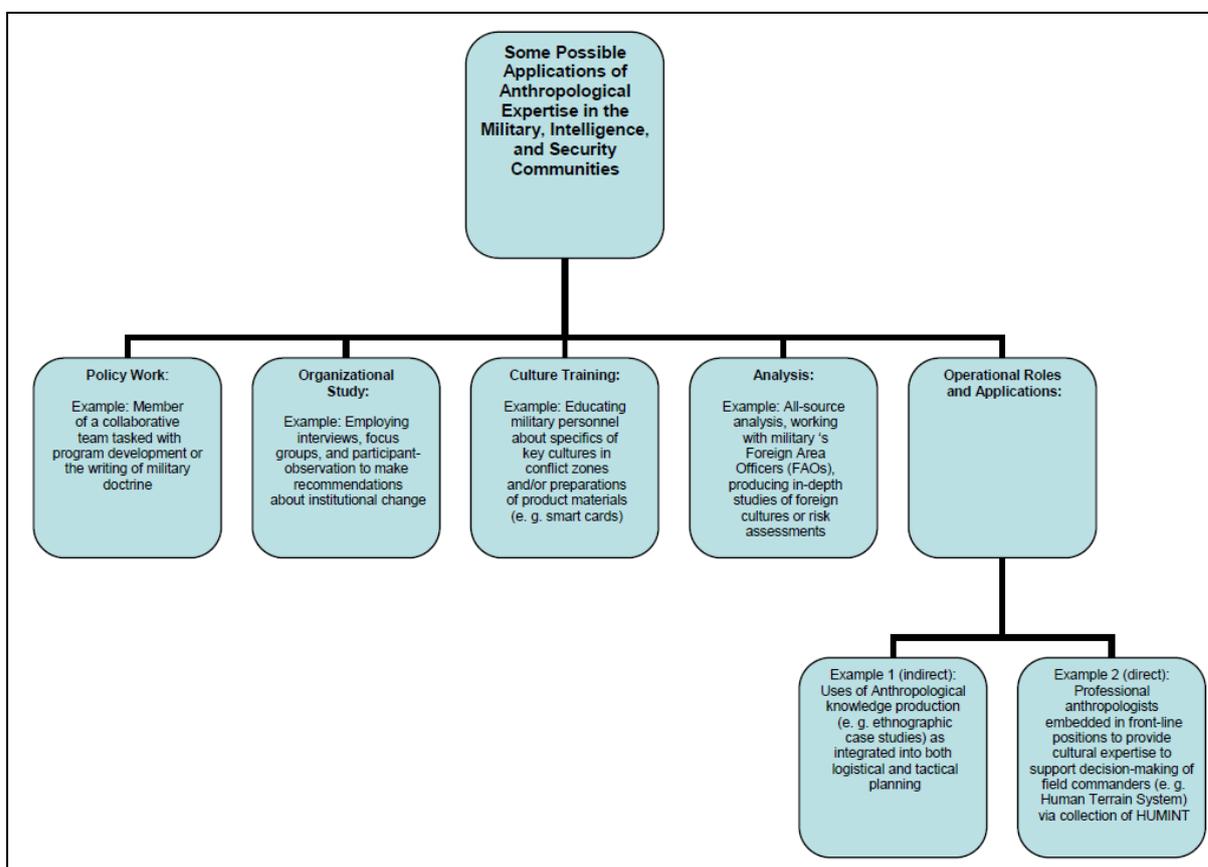
“pode-se observar que a cultura é um determinante muito mais importante do que a constituição física. Repito que se pode encontrar nos indivíduos uma relação um tanto estreita entre reação mental e constituição física, mas que ela estará completamente ausente no caso das populações. Nessas circunstâncias, precisamos basear a investigação da vida mental do homem sobre um estudo da história das formas culturais e das inter-relações entre vida mental individual e cultura. Este é o tema da antropologia cultural” (BOAS, 2005, p. 97).

E foram essas relações intrincadas entre antropologia-guerra-cultura que marcaram não só o início da primeira como ciência social, como também toda a sua história, considerada altamente sensível por alguns acadêmicos, especialmente nos EUA.

Lucas Jr (2009) chama essa ‘colaboração’ entre a academia, particularmente as ciências sociais, e a comunidade formada pelos militares, as forças de segurança e as forças de inteligência (MIS, na sigla em inglês) de “antropologia militar”.

O autor estudou o relatório final da *AAA Commission on the Engagement of Anthropology with the US Security and Intelligence Communities*, de 2007, que tratou do trabalho dos antropólogos com os MIS, especialmente no Terreno Humano, e as questões éticas envolvidas e, baseado na classificação da AAA dos tipos de trabalho desses antropólogos (figura 1), consolidou-os em três tipos de antropologia militar.

**Figura 1: Possibilidades de aplicação da expertise antropológica no MIS**



Fonte: AAA, 2007, p. 13.

O primeiro tipo, segundo Lucas Jr (2009), é a Antropologia Militar 1 (MA1, na sigla em inglês) e abrange os trabalhos de estudos antropológicos da cultura dos militares ou da cultura organizacional de um meio militar. O segundo tipo, a Antropologia Militar 2 (MA2), é o próprio HTS, ou seja, todas as atividades de antropólogos envolvidos com o sistema em si, desde o gerenciamento banco de

dados até o trabalho na “ponta da linha”, junto com as tropas dos escalões baixos, incluindo em situações reais de combate. E o terceiro tipo é a Antropologia Militar 3 (MA3), no qual o antropólogo participa em programas educacionais, normalmente como professor da disciplina, em academias ou outras instituições de ensino militar (tabela 1).

**Tabela 1: Tipos de Antropologia Militar (segundo Lucas Jr.)**

<b>Symbol</b>	<b>Type</b>	<b>Description</b>
MA1	Anthropology <i>of</i> the military	Anthropological study of military culture
MA2	Anthropology <i>for</i> the military	<i>Human Terrain System</i> (HTS)
MA3	Anthropology <i>for</i> the military	Educational Programs (language, culture, regional studies) at military academies

Fonte: LUCAS JR (2009), p. 85, adaptação nossa.

Lucas Jr (2009) ainda faz referência em sua obra a uma classificação ainda mais simples dos tipos de antropologia militar, feita por Winnick (2008), também baseada no relatório final da AAA de 2007. Seriam dois tipos: a antropologia dos militares, com a mesma descrição da sua MA1, ou seja, uma antropologia sobre os militares, tendo-os como seu objeto de estudo; e a antropologia para os militares, que englobaria os tipos MA2 e MA3 e suas respectivas descrições, isto é, uma antropologia sobre algum objeto de interesse para os militares (tabela 1). A definição do conceito de antropologia militar será importante para se entender as relações que serão estudadas na dissertação.

A pesquisa realizada para a confecção desta dissertação foi qualitativa quanto à abordagem, pois se pretendeu estudar e analisar os conceitos do terreno humano sob três pontos de vista: o da doutrina militar do exército norte-americano; o da doutrina militar do exército brasileiro; e o das operações de paz sob a égide da ONU, particularmente a MINUSTAH. Pretendeu-se, ainda, fazer uma primeira aproximação com o tema do ponto de vista das ciências militares, à luz das doutrinas citadas anteriormente.

Quanto aos seus objetivos, esta pesquisa foi exploratória, pois visou a proporcionar não só uma maior familiaridade com o problema, como também o aprimoramento das ideias relativas ao estudo do terreno humano.

Em relação aos procedimentos para coleta de dados, esta pesquisa foi desenvolvida de duas formas, ocorridas paralelamente. Foi realizada uma extensa

pesquisa bibliográfica, na qual constava uma leitura detalhada e seletiva de textos, artigos e livros já escritos e publicados sobre o assunto, particularmente na literatura americana. E, ao mesmo tempo, foi realizada uma pesquisa documental, com intuito de abranger os documentos oficiais ou não, publicados pelos órgãos dos exércitos envolvidos no estudo e citados anteriormente, tais como manuais doutrinários, regulamentos, relatórios de lições aprendidas e de análises pós-ação, com um destaque especial para a experiência do Exército Brasileiro na MINUSTAH.

Os dados coletados nas pesquisas bibliográfica e documental foram analisados à luz dos pontos de vista inicialmente descritos, conforme suas respectivas origens, ou seja, os dados sobre o Terreno Humano levantados na bibliografia e na documentação dos EUA foram analisados à luz da doutrina militar do exército americano. O mesmo ocorreu para a doutrina militar do exército brasileiro e para a doutrina de operações de paz sob a égide da ONU.

Porém, o método apresentou algumas limitações, como por exemplo, na fase da pesquisa documental, certos documentos do exército dos EUA sobre o tema estavam limitados à consulta devido ao grau de sigilo possivelmente imposto aos mesmos. O mesmo ocorreu com os documentos de diversos contingentes da MINUSTAH que receberam classificação sigilosa, prejudicando a análise mais criteriosa dos dados.

Outra limitação da pesquisa deve-se ao fato de que o pesquisador, por ser militar do Exército Brasileiro, pode imprimir uma maior parcialidade na interpretação e análise dos dados, especialmente os relacionados à doutrina militar tanto brasileira, quanto americana.

O primeiro capítulo da dissertação foi dividido em duas partes. A primeira tratou da relação da antropologia com o Exército dos EUA, ressaltando a crescente importância dos aspectos culturais nas operações militares, particularmente as de contrainsurgência, ao longo da história até o surgimento do *Human Terrain System* (HTS). Aspectos doutrinários das operações contrainsurgência no Exército americano também foram tratados nesta parte, mas com foco nos aspectos culturais da população presente no ambiente operacional, e sua relevância nos planejamentos militares. Nesse caso, foram utilizadas referências documentais que trataram da doutrina citada. A segunda parte trouxe os aspectos práticos do HTS na doutrina militar do Exército americano, ou seja, como o HTS é utilizado para o estudo da dimensão humana das operações militares e seus aspectos psicossociais

e culturais. Como a doutrina americana prevê o emprego doutrinário do HTS em operações contrainsurgência, o capítulo teve seu foco nesse tipo de operação.

O segundo capítulo tratou da relação da antropologia com o Exército Brasileiro, ainda que esta seja bastante incipiente, quando comparada com os EUA. Além disso, o capítulo também abordou os aspectos doutrinários do Terreno Humano no Exército Brasileiro, não só aqueles já existentes na doutrina, mas também as adaptações feitas recentemente trazendo os conceitos do HTS americano, buscando implementá-los no planejamento e condução das operações militares.

Por fim, o terceiro capítulo também foi dividido em duas partes. A primeira parte, eminentemente doutrinária, abordou tanto as possibilidades de utilização do HTS pelas tropas americanas também em operações de paz, à luz de sua doutrina, como os aspectos doutrinários das Operações de Paz, especificamente as de Manutenção da Paz, com referência especial à participação do Exército Brasileiro no Haiti. Na segunda parte, foram apresentados e discutidos os dados colhidos do estudo de caso sobre a atuação do Exército Brasileiro na MINUSTAH e os aspectos do Terreno Humano estudados e utilizados nos planejamentos das operações militares, tanto os baseados na doutrina militar existente no início da missão, como os aspectos adaptados da doutrina americana para a doutrina militar terrestre brasileira mais recentemente.

# 1. ANTROPOLOGIA E A CONTRAINSURGÊNCIA NOS EUA

## 1.1 Antropologia e militares nos EUA

A antropologia militar aqui referida está inserida no contexto da Antropologia Militar 2 (MA2), conforme o conceito de Lucas Jr (2009), visto na introdução do presente trabalho, isto é, relaciona-se com o emprego dessa ciência para estudar objetos de interesse dos militares, ligados ao HTS. Ainda que o conceito de Terreno Humano e do HTS sejam recentes, esse tipo de Antropologia Militar (MA2) sempre esteve presente na história das relações entre tais ciências.

### 1.1.1 Ascensão e queda da antropologia militar: do colonialismo ao Vietnã

Segundo McFate (2005a), no período colonial do final do século XIX e início do século XX, foram precursores os importantes trabalhos de Bronislaw Malinowski, um antropólogo polonês que trabalha para o Reino Unido e afirmava que os conhecimentos antropológicos deveriam ser usados para resolver os problemas enfrentados pelos administradores das colônias britânicas por meio do entendimento das dinâmicas de poder nas sociedades tradicionais.

Na I Guerra Mundial, antropólogos e arqueólogos foram muito úteis em serviços de espionagem. Thomas E. Lawrence, arqueólogo e militar britânico mais conhecido como Lawrence da Arábia, utilizou desses artifícios durante a rebelião árabe contra o Império Otomano, em 1916, realizando uma imersão profunda na cultura local.

Em outro exemplo ocorrido durante esse conflito, o arqueólogo Sylvanus Morley, um dos acadêmicos mais respeitados do início do século XX, também foi um dos melhores agentes secretos dos EUA durante este conflito. Seu trabalho mais famoso foi para o Escritório de Inteligência Naval: um levantamento de bases de submarinos alemães na América Central.

Tal atividade gerou um artigo repreensivo de Franz Boas (1919), um antropólogo pacifista contrário ao emprego da antropologia como ferramenta de espionagem, intitulado “*Scientists as spies*”, e publicado no *The Nation*, condenando

as atividades de espionagem desenvolvidas por antropólogos<sup>2</sup> em favor do governo americano, por burlar as questões éticas da profissão e da disciplina.

“The point against which I wish to enter a vigorous protest is that a number of men who follow science as their profession, men whom I refuse to designate any longer as scientists, have prostituted science by using it as a cover for their activities as spies. [...] A person, however, who uses science as a cover for political spying, who demeans himself to pose before a foreign government as an investigator and asks for assistance in his alleged researches in order to carry on, under this cloak, his political machinations, prostitutes science in an unpardonable way and forfeits the right to be classed as a scientist.” (BOAS, 1919, grifo nosso).

Outro suposto acusado por Boas foi o arqueólogo americano formado em Harvard Samuel Lothrop, que produziu para o *Federal Bureau of Intelligence* (FBI) um documento de 280 páginas, fruto de seu trabalho de espionagem na região do Caribe, durante a I Guerra Mundial, para a inteligência da Marinha americana. Segundo Price (2000), Lothrop voltou a prestar seus serviços na II Guerra Mundial, agora para o Special Intelligence Service (SIS), uma agência criada por J. Edgar Hoover dentro da estrutura do FBI para coordenar todas as atividades de inteligência nas Américas Central e do Sul. Nesse período, o arqueólogo ficou lotado no Peru, onde monitorava importações, exportações e desenvolvimento político, sob o falso pretexto de estar realizando pesquisas arqueológicas.

Na II Guerra Mundial, o papel dos antropólogos cresceu e muitos serviram no Escritório de Serviços Estratégicos (OSS, na sigla em inglês), o predecessor da famosa Central Intelligence Agency (CIA). Segundo McFate (2005a), os principais expoentes foram: Carleton Conn, um professor de antropologia de Harvard que ministrou treinamento de sabotagem com grupos da resistência marroquina, lutou na batalha do passo Kasserina e contrabandeou armas para a resistência francesa no Marrocos ocupado pela Alemanha; Tom Harrison, um etnologista britânico que saltou de paraquedas em Bornéu para treinar guerrilhas locais para enfrentar os japoneses; Cora Du Bois, que montou um movimento de resistência no sudeste asiático, iniciando no antigo Ceilão; Gregory Bateson, outro etnologista britânico que produziu propaganda negra no rádio, contra os japoneses no teatro do Pacífico.

Ainda durante esse conflito, duas mulheres tiveram destaque por seus trabalhos realizados à época. A primeira foi Margareth Mead, uma proeminente e polêmica antropóloga americana que produziu panfletos para o Escritório de

---

<sup>2</sup> - Boas refere-se a quatro antropólogos, mas não cita seus nomes. É possível que tenham sido: Samuel Lothrop, Sylvanus Morley, Herbert Spinden e John Mason. (Anthropology Today, Vol 21, Nº 3, June 2005 - Nota do editor).

Informações de Guerra, contendo estudos sobre distribuição de alimentos e moral, e ajudou seu marido, Gregory Bateson, e a OSS a estabelecer uma unidade de treinamento de guerra psicológica. Para Mead,

“the British [empire] invented a special use for anthropologists as advisers to the government. In colonial countries, where a small colonial staff has to administer large areas filled with native people speaking diverse language and practicing a large number of strange and diverse customs, there are always administrative problems: ... some governments retained anthropologists to find immediate answers to these vexatious questions. Trained to get the outlines of a situation quickly in cultural terms, the anthropologists was asked to find the source of the trouble and to suggest satisfactory answers.” (MEAD, 1942 *apud* LUCAS JR, 2009, p. 31).

A segunda, mas não menos importante foi Ruth Benedict, também antropóloga americana, que trabalhou para o Escritório de Informações de Guerra, produzindo panfletos contra as teorias nazistas da superioridade ariana; e pesquisou a personalidade e a cultura japonesas, o que contribuiu para o processo de rendição e ocupação provisória americana neste país ao final da guerra. Tal contribuição ficou materializada na sua famosa obra *The Chrysanthemum and the Sword* (1946).

Já na Guerra do Vietnã, o que aconteceu foi o oposto, conforme McFate (2005a). As experiências em operações contrainsurgência nas Filipinas dos anos 50, tanto do Major General Edward Lansdale, que incluía a exploração da guerra psicológica, como do Capitão Charles Bohannon, militar graduado em antropologia, foram ignoradas em detrimento da estratégia da “força esmagadora” em uma guerra convencional, apesar de esta estratégia mostrar-se, logo no começo, ineficaz para combater uma insurgência. Outro conhecimento ignorado foi o do antropólogo Gerald Hickey, recrutado pela RAND para produzir um estudo, financiado pela *Defense Advanced Research Projects Agency* (DARPA), sobre as vilas ao sul do Vietnã. Para ele, “[...] the war in Vietnam was a political struggle that could only be resolved in political terms, not through pure military force” (HICKEY, 2002, *apud* McFATE, 2005a, p. 34). McFate complementa que Hickey,

“[a]s an anthropologist, he recognized that elements of Vietnam's own culture could be used to promote peace between the existing nationalist political parties, religious groups, and minorities--none of whom welcomed communist rule.” (McFATE, 2005a, p. 34).

O reconhecimento do Departamento de Defesa (DoD) americano que as pesquisas antropológicas orientadas para o entendimento dos aspectos psicossociais da área de operações eram importantes levou à criação do Escritório

de Pesquisa de Operações Especiais (SORO, na sigla em inglês), que funcionou como um centro de pesquisa com foco na dimensão humana da contrainsurgência.

Porém a “derrota estratégica” no Vietnã foi um dos principais fatores que levaram ao distanciamento quase que total da antropologia, no sentido acadêmico, das atividades do governo americano, especialmente as militares. Tal distanciamento foi baseado em questões éticas levantadas pela AAA, que emitiu uma Declaração de Responsabilidade Profissional, na qual proibia pesquisas secretas ou pesquisas cujos relatórios e resultados não pudessem ser pública e livremente acessados. Isso contribuiu para o surgimento de um preconceito existente até os dias de hoje, segundo o qual qualquer pesquisa realizada em ambiente militar é puramente ruim e eticamente inaceitável (McFATE, 2005a).

Além disso, surgiu com o passar dos anos, uma aversão à guerra não convencional (incluída aqui a contrainsurgência), que ficou marcada nos seis princípios da Doutrina Weinberger, de 1984, especialmente os números dois e cinco:

“[...] (2) If we decide it is necessary to put combat troops into a given situation, we should do so wholeheartedly, and with the clear intention of winning. If we are unwilling to commit the forces or resources necessary to achieve our objectives, we should not commit them at all; [...] (5) Before the U.S. commits forces abroad, there must be some reasonable assurance we will have the support of the American people and their elected representatives in Congress [...]” (WEINBERGER, 1984).

Após a queda do muro de Berlim e o fim da União Soviética, eventos que elevaram os EUA ao posto de única superpotência hegemônica do mundo, o Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas americanas, General Colin Powell, em 1994, rearticulou os fundamentos da Doutrina Weinberger criando a Doutrina Powell-Weinberger, institucionalizando a preferência das Forças Armadas americanas por operações militares convencionais de grande vulto, relegando de vez para segundo plano as operações contrainsurgência<sup>3</sup>.

---

<sup>3</sup> - Obviamente que as teorias desenvolvidas para as operações contrainsurgências deixaram de ser prioridade na doutrina militar americana, mas não foram de forma alguma esquecidas. Pelo contrário, os EUA puderam “testar” tais teorias em diversas “guerras por procuração”\* ao redor do mundo, especialmente no Oriente Médio, no Sudeste Asiático e na América Central, muito comuns durante o período da Guerra Fria.

\* - “Guerras por procuração” (do inglês *proxy wars*): “a war instigated by a major power which does not itself become involved”. (definição segundo o *Oxford Dictionary*. Disponível em: [www.oxforddictionaries.com/definition/english/proxy-war](http://www.oxforddictionaries.com/definition/english/proxy-war). Acesso em: 08 de dezembro de 2014).

### 1.1.2 Nova ascensão da antropologia militar: a Guerra Global ao Terrorismo

Desde o fim da Guerra do Vietnã, o conhecimento adquirido ao longo de décadas de experiência sobre o estudo dos aspectos culturais e psicossociais de um ambiente operacional foi perdendo a sua relevância, criando um *gap*<sup>4</sup> que trouxe sérias consequências nas operações contrainsurgência realizadas no Afeganistão e no Iraque, a partir de 2001 e 2003, respectivamente.

Com os eventos de 11 de setembro e o início da Guerra Global ao Terrorismo (GWOT, na sigla em inglês), a guerra dita convencional, ainda muito ligada ao contexto da Guerra Fria e ao emprego maciço de meios de um Estado contra outro Estado, cedeu lugar novamente a uma contrainsurgência, ou seja, à luta de um inimigo difuso, não necessariamente um Estado, e disperso em meio a população, empregando táticas não convencionais e terroristas, contra um oponente incontestavelmente superior. A GWOT levou à invasão do Afeganistão, em 2001, e do Iraque, em 2003, por forças de uma coalizão ocidental liderada pelos EUA.

Apenas em 2003, após a análise das lições aprendidas da Operação *Iraq Freedom*, o congressista Ike Skelton escreveu uma carta ao Secretário de Defesa Donald Rumsfeld ratificando a importância do entendimento da cultura iraquiana para o desenvolvimento das operações militares e para o prosseguimento das ações de estabilização. Parte do assunto tratado na correspondência foi dita pelo próprio Skelton em um discurso no jantar anual da *National Defense Industrial Association*:

"In simple terms, if we had better understood the Iraqi culture and mindset, our war plans would have been even better than they were, the plan for the postwar period and all of its challenges would have been far better, and we [would have been] better prepared for the 'long slog' ... to win the peace in Iraq." (SKELTON, 2003 *apud* ERWIN, 2004).

No mesmo contexto, em julho de 2004, o Major General aposentado Robert H. Scales Junior escreveu um artigo para a revista *Proceedings* do Naval War College onde se opôs à ideia comum das Forças Armadas dos EUA de que o sucesso na guerra é mais bem alcançado por meio da esmagadora vantagem tecnológica, como havia sido tentada no Vietnã, na década de 60, e concretizada no Kuwait, em 1991. Ele argumentou que os novos conflitos vividos pelos EUA requerem uma "exceptional ability to understand people, their culture and their motivation." (SCALES, 2004, p. 3).

---

<sup>4</sup> - *Gap*: Palavra do inglês utilizada no português atual (anglicismo), utilizada no sentido de vacância, lacuna, óbice ou dificuldade.

O conhecimento cultural tornou-se mais evidente porque os métodos tradicionais de combate estavam inadequados para as operações em curso no Iraque e no Afeganistão, ou seja, a tecnologia, o treinamento e a doutrina das Forças Armadas americanas estavam focadas na ameaça soviética, e não em operações contrainsurgência de baixa intensidade, especialmente no complexo ambiente urbano, onde civis misturam-se livremente aos combatentes (McFATE, 2005a). As derrotas impostas às forças americanas e o grande número de baixas de militares americanos alimentavam uma opinião pública crescentemente contrária às operações militares, particularmente no Afeganistão, o que também serviu de fator motivador para o desenvolvimento de uma solução acadêmico-militar para o problema, como será visto mais à frente.

Para ela, combater a insurgência requer conhecimento social e cultural, tanto do adversário, como da população local. E a falta desse conhecimento tem uma causa muito simples: a ausência de antropologia nos assuntos de governo, particularmente os afetos à segurança e defesa nacionais.

Segundo a mesma autora, apesar da antropologia ser a única disciplina que busca entender culturas e sociedades estrangeiras, ela tem contribuído de forma incipiente há pelo menos uns trinta anos, com os assuntos de segurança e defesa dos EUA. Um motivo seria a tendência isolacionista da disciplina, que busca “apagar” seus históricos laços com o colonialismo. Outro motivo, ligado ao primeiro, seria o engajamento em lutas colonialistas nas quais defende o interesse dos ditos “subalternos”, dos explorados, recusando colaborar com os “poderosos”.

Assim, o sucesso nas operações contrainsurgência depende de um total entendimento da cultura local, ou seja, esse conhecimento cultural mais cuidadosamente estudado e mais profundo beneficia a condução das operações.

Mas uma evolução doutrinária precisava ser feita. A natureza do inimigo vislumbrado pela doutrina americana mudou desde o fim da Guerra Fria. O cenário de tropas soviéticas de outrora, engajadas em uma guerra total, não era mais uma realidade. A globalização, a pobreza e a falência de alguns Estados contribuíram para a disseminação de um inimigo difuso. Para McFate (2005b), a nova ameaça aos EUA é antiocidental na orientação, transnacional em alcance, não hierárquica na estrutura, clandestina na abordagem, com forte apelo ideológico e religioso, e que opera fora do contexto de um Estado-Nação constituído.

Para enfrentar esse “novo” inimigo, McFate (2005b) considerou que as Forças Armadas dos EUA deveriam adotar a visão etnográfica do mundo: a cultura é a estrutura que sustenta as ações e pensamentos da vida social e política do adversário; para isso, é necessário estudá-la e entendê-la. As operações militares tenderiam a ser desenvolvidas em menor escala e intensidade do que guerras regionais ou totais, como por exemplo, operações contrainsurgência, operações de paz, operações de ajuda humanitária, operações de evacuação de não combatentes, dentre outras.

Ela também considerou que a falta de conhecimento cultural pode afetar os três níveis nos quais as operações militares estão envolvidas: no nível estratégico, pode produzir ações que exacerbem a insurgência; no operacional, pode levar à opinião pública negativa; e no nível tático, pode por em risco as tropas e os civis.

Como, desde a Guerra do Vietnã, o Departamento de Defesa dos EUA não investia nem se interessava pelos estudos e análises culturais de potenciais inimigos, a base de dados estava completamente desatualizada. Como exemplo, a *Task Force 121* utilizou dados colhidos por antropólogos britânicos no século XIX, em sua preparação para o emprego no Afeganistão. Soldados do Exército e Fuzileiros Navais, mas não todos eles, recebiam um treinamento rápido, genérico e simples durante os exercícios de preparação antes do embarque, focado apenas em o que fazer/o que não fazer e poucas palavras na língua local (McFATE, 2005b).

O próprio sistema de inteligência não estava mais preparado para a tarefa de levantar dados relativos aos aspectos culturais do inimigo e do ambiente operacional. Segundo o Almirante aposentado Arthur Cebrowski, diretor do Escritório de Transformação da Força (Naval),

“the value of military intelligence is exceeded by that of social and cultural intelligence. We need the ability to look, understand, and operate deeply into the fault lines of societies where, increasingly, we find the frontiers of national security.” (CEBROWSKI, 2004, p. 5).

Tal afirmação já havia sido feita ainda em 1995 pelo Tenente General James Clapper Junior, antigo diretor da Agência de Inteligência de Defesa da Força Aérea Americana:

“Of course we still provide in-depth orders of battle, targeting data, and traditional military capabilities analysis. But we must also provide the commanders on the ground with detailed information regarding local customs, ethnicity, biographic data, military geography, and infectious diseases.” (CLAPPER JR., 1995).

A antropologia voltava a ser o importante elo entre a cultura do ambiente operacional da contrainsurgência e as necessidades militares em obter e aproveitar esse conhecimento, caracterizando, assim, a motivação ideológica para o emprego da disciplina em apoio às operações militares. Apesar do fato de que as aplicações militares do conhecimento cultural possam ser desagradáveis para os antropólogos eticamente inclinados, a sua ajuda era necessária (McFATE, 2005b).

Contudo, a autora criticou, ainda em 2005, não só a questão do *gap* na manutenção e aprimoramento da consciência cultural<sup>5</sup> dos militares das Forças Armadas americanas, como visto acima, mas também a falta de interesse dos antropólogos em se engajarem em assuntos de interesse da segurança nacional, principalmente por questões éticas. Para ela, a ética deveria sim ser levada em conta. Mas os cientistas poderiam auxiliar no treinamento de políticos e militares para que utilizassem efetiva, correta e eticamente os conhecimentos antropológicos e sociais propiciados por esta ciência, a fim de que soubessem enfrentar os novos desafios do ambiente operacional complexo e das ameaças difusas.

Então, a autora, juntamente com Andrea Jackson, propôs uma solução organizacional para as necessidades do Departamento de Defesa em conhecimento cultural (McFATE e JACKSON, 2005), de modo a coordenar de forma sistemática as informações e os dados de fontes internas e externas ao governo.

Esta solução seria a criação de uma organização de cientistas sociais conectada aos comandos militares, para: realizar pesquisa etnográfica no ambiente operacional no qual as tropas seriam empregadas e em outras áreas de importância estratégica; desenvolver e conduzir o treinamento cultural avançado pré-emprego para as tropas a serem empregadas; responder às demandas do DoD sobre estudos socioculturais em áreas de interesse; prover os comandos militares de conselheiros para auxiliarem nos planejamentos; implementar programas socioculturais experimentais como a Preparação Cultural do Ambiente (CPE, na sigla em inglês) - um banco de dados atualizado constantemente para apoio à decisão dos

---

<sup>5</sup> - "This proficiency level describes Soldiers who demonstrate basic cross-cultural competence in all three subcomponent areas: culture fundamentals, cultural self-awareness, and culture skills. They will have a minimal level of regional competence necessary to perform assigned tasks in a specific geographic area. These Soldiers will be able to describe key culture terms, factors, and concepts. Additional characteristics of cultural awareness are: cultural awareness sets the conditions to learn about foreign cultures and people; and cultural awareness includes Soldiers who have an appropriate mind-set and a basic culture capability." (EUA, 2009, p. 1-25).

comandantes militares nas operações. A organização chamar-se-ia Escritório de Conhecimento Cultural Operacional (figura 2).

Apesar da proposta, as autoras reconheceram a real dificuldade do DoD em criar uma organização central que pudesse servir aos civis como aos militares. Isso só seria possível por alguém de dentro do sistema, com liderança visionária e muita perseverança.

“Unfortunately, DOD’s archaic organization, which has not changed substantially since the Cold War, makes it almost impossible to create a centralized organization that serves policymakers as well as the uniformed services. DOD’s functional dispersion, Byzantine funding systems, and bureaucratic protectionism result in a tendency to seek ad hoc, temporary solutions to complex, long-range problems.” (McFATE e JACKSON, 2005, p. 21).

**Figura 2: Proposta piloto do Escritório de Conhecimento Cultural Operacional**

<p><b>Background</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Understanding human terrain critical to defeating adversary</li> <li>• No organization currently exists within U.S. military focused on social science research and tools that offers training, planning, and operational utility</li> </ul>	<p><b>Description</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Establish prototype Office for Operational Cultural Knowledge</li> <li>• Staff of 75—combination of contractor and GS</li> <li>• Pilot should include these projects:               <ul style="list-style-type: none"> <li>• Iraq and Afghanistan Training Programs</li> <li>• Cultural Preparation of the Environment (CPE)</li> </ul> </li> </ul>
<p><b>Goals</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Conduct on-the-ground research in Iraq and Afghanistan               <ul style="list-style-type: none"> <li>• Produce training products and courses</li> <li>• Populate analytical frameworks</li> </ul> </li> <li>• Prove the importance of social science research methodologies to operations</li> <li>• Establish center of excellence and staff of social scientists to perform operationally relevant social science research</li> <li>• Provide advice on the development of TTPs, SOPs, doctrine, and PME</li> </ul>	<p><b>Schedule and Cost</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Initial prototype of CPE will be completed 1 June 2005</li> <li>• Update of Iraq Training Program \$2.75 million</li> <li>• Afghanistan Training Program \$2.75 million</li> <li>• Field testing of CPE for Diyala and population of Mosul AOR: \$1.5 million</li> </ul> <p>TIME FRAME: 1 September 2005–1 September 2006</p> <p>TOTAL COST: Year 1: \$6.5 million</p>

Fonte: McFATE e JACKSON, 2005, p. 20.

O retorno da antropologia ao cenário militar e a reorganização de uma doutrina contrainsurgência baseada em conceitos acadêmicos focados em aspectos psicossociais do ambiente operacional, motivados pelas derrotas e pelas baixas impostas às forças americanas no Iraque e no Afeganistão por um inimigo difuso, e pelo “fantasma” da derrota no Vietnã, trouxeram à tona o conceito de Terreno Humano.

## 1.2 O Terreno Humano na doutrina militar americana

O Exército dos EUA foi o pioneiro na implementação do conceito de Terreno Humano, “o elemento do ambiente operacional que abrange os fatores culturais, sociológicos, políticos e econômicos da população local” (EUA, 2008, p. 3, tradução nossa). Seu estudo, por meio de coleta e análise de elementos relevantes sobre a população local da área de operações, permite o apoio aos comandantes e assessores no processo de tomada de decisão e na execução das operações militares. Mas esse conceito não é recente.

Segundo Lamb et al. (2013), a origem do termo Terreno Humano é discutível e controversa, mas certamente teve relação com estudos estratégicos advindos do interesse crescente nas missões militares em áreas urbanas com grande densidade populacional.

### 1.2.1 Insurgência e contrainsurgência

Ao longo da história americana, o conhecimento sociocultural do ambiente operacional em operações militares esteve sempre presente como um dos fatores decisivos das campanhas. Além disso, táticas e princípios de insurgência e contrainsurgência também fizeram parte desde o início.

Segundo Lamb *et al.* (2013), colonizadores britânicos aprenderam o valor do conhecimentos sociocultural ao lutarem algumas vezes “com”, outras vezes “contra” os nativos americanos, que empregavam táticas de guerra irregular para combaterem seus inimigos. Os próprios americanos, já estabelecidos na colônia, lutaram pela sua independência da Coroa Britânica incorporando as táticas de guerra irregular dos nativos americanos. Mais tarde, durante a guerra civil americana, tais táticas de guerra irregular foram largamente empregadas por ambos os lados da contenda, seja pelas tropas da União, seja pelas tropas da Confederação.

Durante a expansão para o ‘oeste selvagem’ americano, especialmente durante os conflitos contra as tribos nativas a oeste do rio Mississipi, as táticas de guerra irregular também foram empregadas constantemente.

Em todos esses momentos da história americana foi notória a importância do conhecimento cultural em operações militares. E tão importante quanto esse conhecimento, foi a sua relação com o emprego de táticas de insurgência e contrainsurgência, o que permitiu o nascimento e o desenvolvimento de uma doutrina militar contrainsurgência centrada principalmente na população local e suas características socioculturais.

Ainda segundo o mesmo autor, tal doutrina iniciou sua consolidação em operações militares com caráter contrainsurgência, como as realizadas na Nicarágua, no Haiti e nas Filipinas, todos no início do século XX.

Mas foi em 1964 que David Galula estabeleceu as bases teóricas da contrainsurgência centrada na população, que até os dias de hoje ainda são referências na doutrina militar americana. Ele escreveu sobre a teoria e prática das então chamadas “operações contra-rebelião”, enfatizando a necessidade de se obter apoio da população para as operações militares.

Galula não utilizou exatamente o termo “terreno humano”, mas esteve muito próximo disto, quando tratou das possibilidades do inimigo rebelde junto à população:

“[...] a lógica força-o a levar a luta para um terreno diferente, onde ele tem melhor possibilidade de equilibrar suas desvantagens físicas. A população representa esse novo terreno. Se o rebelde consegue dissociar a população do contra-rebelde, controlá-la fisicamente, obter seu apoio, vencerá a guerra, [...]” (GALULA, 1966, p. 23, grifo nosso).

Da mesma forma que para o inimigo, o apoio da população às tropas amigas é tão necessário para este quanto para aquele. “A população, portanto, torna-se o objetivo do contra-rebelde” (GALULA, 1966, p. 86).

Para ele ainda, a população determina sua posição em face dos contendores por critérios como a “[...] preocupação mais primitiva de segurança. Qual lado que proporciona a melhor proteção, qual é o mais ameaçador, qual vencerá provavelmente, [...]” (GALULA, 1966, p. 29). Ademais, o oferecimento de vantagens sociais e econômicas, o trabalho nas áreas cívica, médica e cultural, e a realização de tarefas que beneficiem diretamente a população, como consertar ruas, limpar a cidade ou a vila, construir estradas, também contribuem para o ganho de confiança e apoio da mesma.

Ao estudar as condições geográficas da guerra revolucionária<sup>6</sup>, Galula (1966) considerou a “população” como um dos fatores mais importantes a serem estudados, e dividiu sua análise em aspectos objetivos, como tamanho da população, densidade demográfica, proporção entre população urbana e rural, dependência de suprimentos de fora ou dos serviços econômicos do Estado, importância do comércio, necessidade de importação de alimentos e outros materiais, etc.; e em aspectos subjetivos, como atitude em relação ao oponente e em relação às tropas amigas, apoio por classes sociais, proporção de simpatizantes, não simpatizantes e neutros, grau de dominação por parte do inimigo, etc.. Em outra parte da obra, Galula chamou esses aspectos de “fatores táticos relacionados à população” (1966, p. 109).

O autor enfatizou em sua obra que a essência da guerra revolucionária é a construção ou reconstrução da máquina política a partir da população, por meio de um apoio ativo às tropas amigas. Apesar de tratar das operações contra-rebelião, a sua lógica pode ser normalmente aplicada às operações de manutenção da paz, conforme corrobora o próprio manual do Exército americano sobre o terreno humano em operações contrainsurgência (EUA, 2008).

### 1.2.2 O ‘nascimento’ do *Human Terrain System*

Foi na Guerra do Vietnã que o conceito atual do Terreno Humano começou a tomar forma. Os EUA tiveram que enfrentar, nesse conflito, dois inimigos diferentes: um convencional, formado pelas tropas do Exército Regular do Vietnã do Norte; e uma insurgência formada por uma guerrilha infiltrada entre a população rural do Vietnã do Sul.

Assim, para Kipp et al. (2006), dentre as muitas armas trazidas para combater a insurgência no Vietnã do Sul durante o curso da guerra, talvez a mais efetiva tenha sido a que envolveu o apoio às forças sul-vietnamitas dado por assessores especiais americanos do programa CORDS (*Civil Operations and Revolutionary Development Support*). Esse programa, idealizado em 1966 por William Colby e chefiado por Robert W. Komer, foi administrado conjuntamente pelo

---

<sup>6</sup> - Para o autor, guerra revolucionária é um tipo de conflito que engloba dois aspectos diferentes e opostos: a rebelião e a contra-rebelião (GALULA, 1966, p. 17).

governo sul-vietnamita e pelo Comando de Assistência Militar dos Estados Unidos para o Vietnã (MACV, na sigla em inglês). Seu objetivo era apoiar as operações militares no Vietnã por meio de coleta de dados de inteligência por meio de ação direta e de atividades integradas e sincronizadas, tudo com o objetivo de ganhar os ‘corações e mentes’ do sul-vietnamitas. O programa tinha como premissa básica a crença de que a guerra seria finalmente ganha ou perdida não no campo de batalha, mas na luta pela lealdade do povo.

Porém, mesmo com essa experiência aplicada na Guerra do Vietnã (que terminou com o fracasso das forças militares norte-americanas e sua posterior retirada da região) e com todas as demais experiências vividas ao longo da história, mostrando a importância e o valor do conhecimento cultural em operações militares, especialmente em contrainsurgência, a cultura estratégica americana sempre buscou minimizar tal importância em favor de outros fatores, como tecnologia e manobras de grande escala (GRAY, 2006). A Doutrina Powell-Weinberger de 1994, citada anteriormente, relegou para segundo plano as operações contrainsurgência.

Para Lamb et al. (2013), essa tendência das forças militares americanas de ignorar o conhecimento cultural das forças militares estrangeiras, oponentes ou não, e das populações locais presentes nos ambientes operacionais onde operavam, explicava a razão de estarem geralmente despreparadas para conflitos irregulares. Mas os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001 e as consequentes intervenções no Iraque e no Afeganistão descortinaram essa fraqueza - a falta de conhecimento cultural em operações contrainsurgência – e forçaram uma quebra desse paradigma.

Então, após um período de ‘latência’ entre o fim da Guerra do Vietnã e os atentados às Torres Gêmeas, houve a necessidade de se revisitar doutrina de emprego das Forças Armadas norte-americanas, particularmente do exército, em operações contrainsurgência, relegadas a segundo plano desde o fim da Guerra do Vietnã e ao longo do período da Guerra Fria. Ademais, segundo Lamb *et al.* (2013), os princípios da abordagem centrada na população na contrainsurgência não eram novos; na verdade, eram princípios básicos utilizados há muito tempo, desde as teorias de Galula, já vistas anteriormente neste capítulo. O autor também afirma que o conhecimento sociocultural passou a ser visto novamente não apenas um requisito chave para o sucesso nas guerras irregulares, mas uma vantagem importante em todos os tipos de operações, incluindo aí as operações de paz.

Assim, novamente os EUA adotaram uma estratégia de contrainsurgência centrada na população para combater seus inimigos no Iraque e Afeganistão, tudo no contexto da GWOT.

Para Lamb *et al.* (2013), uns dos primeiros e relevantes esboços do HTS foi um programa de inteligência militar chamado SKOPE, estabelecido em 2004 pelo *US Special Operations Command*, pelo *National Geospatial-Intelligence Agency* e pelo *US Strategic Command*, conjuntamente. As chamadas células SKOPE eram equipes de 9 a 12 homens especialistas em conhecimentos socioculturais e inteligência geoespacial, e tinham a função de apoiar de forma mais efetiva a localização de alvos potenciais nas campanhas contrainsurgência no Iraque e no Afeganistão.

Porém, com o recrudescimento da dita insurgência em ambos os países contra as forças americanas aumentou a necessidade de conhecimentos socioculturais para subsidiar o planejamento e a execução das operações contrainsurgência. Várias conferências, estudos e pesquisas foram lançados pelo Departamento de Defesa com o intuito de preencher esse *gap* doutrinário. Dentre essas conferências, uma teve relevância especial. Foi organizada pela Dra. Montgomery McFate, em novembro e dezembro de 2004, com o tema “Conhecimento Cultural do Inimigo e a Segurança Nacional”, e patrocinado pelo *Office of Naval Research* e pela famosa *Defense Advanced Research Projects Agency* (DARPA).

Para os autores, um dos resultados dessa conferência foi a união de esforços e pensamentos da Dra. McFate com Andrea Jackson e Steve Fondacaro num projeto sobre a necessidade do conhecimento sociocultural para evitar os ataques com os temidos Dispositivos Explosivos Improvisados (IED, na sigla em inglês), que constituíam a maior causa de baixas nas forças militares americanas em combate no Iraque: o Cultural Preparation of the Environment (CPE).

Ainda segundo Lamb *et al.* (2013), paralelamente às conferências e aos estudos realizados, o Pentágono também possuía, desde julho de 2004, um grupo responsável por estudar as formas de combate aos IED, o *Joint Improvised Explosive Device Defeat Task Force* (JIEDDTF). Tal grupo focava no *bombmaker* e na sua rede de apoio, e não apenas nos dispositivos em si. O grupo utilizaria o CPE desenvolvido por McFate, Jackson e Fondacaro, e a sua principal ferramenta chamada ‘CPE Tool’, que combinava sistemas de informações geográficas e análise

de redes. A primeira fase do programa estava prevista para durar de abril a agosto de 2005, e abrangia diversas categorias relacionadas ao conhecimento sociocultural: grupos étnico-religiosos; tribos; indivíduos; segurança; economia e serviços; ambiente informacional; influências externas; sistema político formal; distritos e cidades.

A partir desse projeto, McFate passou a promover o uso da antropologia como ferramenta para 'completar a lacuna' de conhecimento cultural necessário às operações militares. Juntamente com Jackson (McFate e Jackson, 2005), propôs a criação de uma nova organização para buscar soluções para tal problema, e que seria responsável por apoiar as operações militares e treinar o pessoal das unidades a serem empregadas nas operações. O programa CORDS foi então reformulado e recolocado em funcionamento pelo Departamento de Defesa dos Estados Unidos (DoD) em 2005, por intermédio agora do *Pentagon Office of Operational Cultural Knowledge*, sob a chefia da própria Dra. McFate. Tal escritório foi organizado por sugestão de McFate e Jackson para atender as demandas dos comandantes militares em operações no Iraque e no Afeganistão.

Porém, Lamb *et al.* (2013) considera que a solução tecnológica proposta para o Programa CPE, junto com o apoio da antropologia não seriam suficientes para o desenvolvimento de uma expertise em estudos socioculturais do ambiente operacional. Assim, o capitão Don Smith e o Dr. Jacob Kipp, respectivamente analista e diretor do *Foreign Military Studies Office (FMSO)*, fizeram novas recomendações e sugestões sobre o programa baseadas em experiências vividas por militares na linha de frente dos combates, no sentido de ampliar e estender os benefícios do programa no apoio direto às tropas.

Os esforços do FMSO e do JIEDDTF (este último deixou de ser força tarefa e passou a ser organização, com a sigla em inglês JIEDDO) convergiram para a solução de uma carência em comum: a necessidade de peritos em ciências sociais, particularmente antropologia, que pudessem pertencer a uma estrutura que fosse subordinada aos comandantes militares do nível tático, e que os apoiasse diretamente no processo de tomada de decisão militar (MDMP, na sigla em inglês).

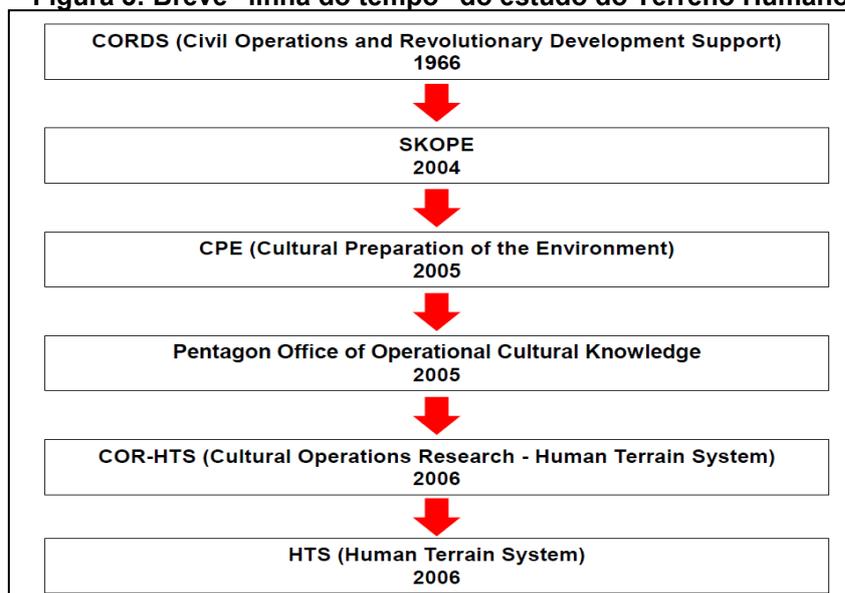
Seguindo as sugestões de Smith e Kipp, o Pentágono passou a gerência do Programa CPE para o FMSO porque este órgão já possuía antropólogos no seu *staff*. O FMSO passou então a trabalhar na criação de uma nova organização para trabalhar com o Terreno Humano. Assim, entre julho de 2005 e agosto de 2006,

Smith realizou o trabalho de implementação do novo conceito, sob o nome de *Human Terrain System* (HTS). Smith foi auxiliado por outros pesquisadores do FMSO, como Jacob Kipp, Karl Prinslow e Lester Grau. Já no final de 2005, o protótipo do HTS foi lançado pelo FMSO e aprovado pelo JIEDDO, o que levou à aprovação final do conceito em junho de 2006, dando origem ao comitê para *Cultural Operations Research – Human Terrain System* (COR-HTS), sob a chefia de Fondacaro.

Ainda conforme Lamb *et al.* (2013), o novo comitê determinou a experimentação de cinco equipes a serem empregadas no Afeganistão (duas equipes) e no Iraque (três equipes), mas somente uma das equipes previstas foi empregada na prova de conceito (*proof of concept*), subordinada à 4ª Brigada da 82ª Divisão Aeroterrestre, então comandada pelo coronel Martin Schweitzer. A equipe foi designada AF1 e chegou em Khost, no Afeganistão, em fevereiro de 2007 para iniciar os seus trabalhos.

Mas a institucionalização do HTS só veio em fins de 2010, após uma fase chamada “*catastrophic success*” (Lamb *et al.*, 2013, p. 45), na qual o conceito dava mostra de sua efetividade, mas levantava questões éticas, especialmente após a morte de 3 cientistas sociais em ações militares. Seguiu-se, então, uma fase de expansão do programa, na qual o número de equipes aumentou, tanto no Iraque como no Afeganistão, no intuito de atender a maior quantidade possível de brigadas e divisões.

**Figura 3: Breve “linha do tempo” do estudo do Terreno Humano.**



Fonte: LAMB *et al.*, 2013, adaptação nossa.

### 1.2.3 O HTS

Na doutrina militar do Exército Americano para operações convencionais, a população local na área do conflito deve ser considerada como um aspecto crítico na avaliação da situação feita pelo comandante. Assim, recentemente foi incluído em tal doutrina o fator de decisão “considerações civis” que, somado aos demais já existentes<sup>7</sup>, permite uma melhor consciência situacional<sup>8</sup> aos comandantes e uma avaliação mais apurada da influência de aspectos militares e não militares nas operações.

No ambiente operacional da guerra irregular e da contrainsurgência acontece o mesmo. A dimensão humana é a essência desse ambiente. Entender a cultura local e os fatores políticos, sociais, econômicos e religiosos é crucial para o sucesso das operações militares nesse ambiente. E o mesmo pode ser estendido para as operações de estabilização e para as operações de paz, nas quais a dimensão humana também se torna central para o sucesso da missão.

“In stability operations and irregular warfare, the human aspect of the environment becomes central to mission success. Information on social groups and their interests, beliefs, leaders, and the drivers of individual and group behavior is needed to conduct effective counterinsurgency operations.” (EUA, 2008, p. 3).

A ideia inicial do HTS era de um sistema integrado para gerenciamento das atividades relativas ao Terreno Humano para apoiar a inteligência militar, empregando militares e cientistas sociais - como antropólogos, sociólogos, linguistas e cientistas políticos - para fornecer aos comandantes militares uma melhor compreensão da população local do ambiente operacional no qual estavam inseridos, particularmente durante a invasão dos EUA no Iraque e no Afeganistão. Suas bases teóricas foram materializadas em um manual doutrinário, que trouxe o conceito de Terreno Humano como sendo “o elemento do ambiente operacional que

---

<sup>7</sup> - Fatores da decisão: tradução do termo ‘Mission Variables’ - “[They] are those aspects of the operational environment that directly affect a mission. They outline the situation as it applies a specific Army unit. The mission variables consist of mission, enemy, terrain and weather, troops and support available, time available, and civil considerations (METT-TC).” (EUA, 2011, p. 1-9).

<sup>8</sup> - Consciência situacional: tradução do termo ‘Situational Awareness’ - “[It] means immediate knowledge of the conditions of the operation, constrained geographically and in time. More simply, it is Soldiers knowing what is currently happening around them. Situational awareness occurs in Soldiers’ minds. It is not a display or the common operational picture; it is the interpretation of displays or the actual observation of a situation.” (EUA, 2011, p. 6-13).

abrange os fatores culturais, sociológicos, políticos e econômicos da população local” (EUA, 2008, p. 3, tradução nossa).

Segundo Lamb *et al.* (2013), o conceito operacional do sistema prevê o emprego de pequenas equipes, chamadas *Human Terrain Teams* (HTT na sigla em inglês; equipes ou times de Terreno Humano, tradução nossa), compostas por *experts* em sociocultura, que explicam atitudes e comportamentos da população local para apoiar os comandantes táticos do nível Brigada e Divisão a tomarem decisões em operações militares, preenchendo “as lacunas” de conhecimento cultural.

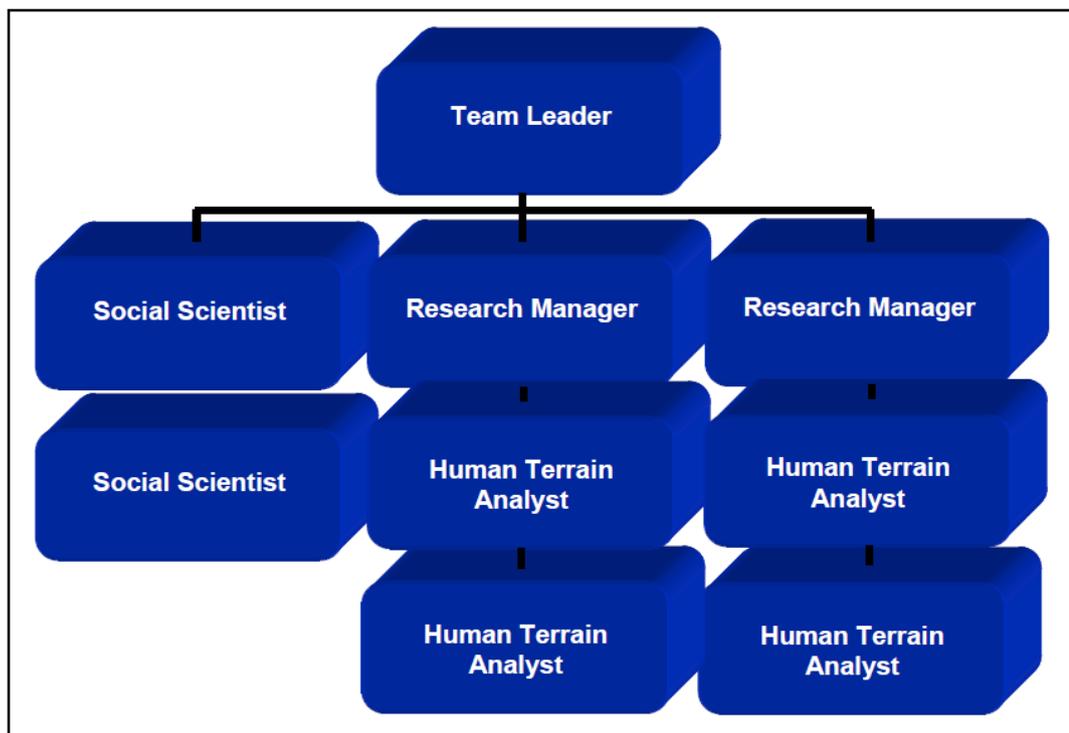
“Human Terrain Teams (HTTs) are five- to nine-person teams deployed by the Human Terrain System (HTS) to support Field commanders by filling their cultural knowledge gap in the current operating environment and providing cultural interpretations of events occurring within their area of operations. The team is composed of individuals with social science and operational backgrounds that are deployed with tactical and operational military units to assist in bringing knowledge about the local population into a coherent analytic framework and build relationships with the local power-brokers in order to provide advice and opportunities to Commanders and staffs in the field.” (EUA, 2008, p. 2).

Cada equipe é recrutada e treinada para atuar em uma determinada região da área de operações. É composta por militares treinados e cientistas sociais civis especializados nas respectivas regiões. As equipes coletam, tratam, analisam e relatam aspectos importantes do Terreno Humano que fazem parte da população local inserida em uma área de operações onde se desenvolvem operações militares de guerra e não guerra, como por exemplo, sua cultura, sua história, suas estruturas tribal, familiar e social, seus valores, suas religiões, seus costumes e suas necessidades. Os resultados servem para que os comandantes e decisores possam entender “a paisagem cultural do ambiente operacional” (EUA, 2008, p. 4) antes de iniciarem seus planejamentos.

“[HTT] Mission Statement - Conduct operationally-relevant, open-source social science research, and provide commanders and staffs at the BCT/RCT and Division levels with an embedded knowledge capability, to establish a coherent, analytic cultural framework for operational planning, decision-making, and assessment”. (EUA, 2008, p. 4).

Cada equipe tem seus membros trabalhando em quatro funções ou especialidades: apenas um líder ou chefe da equipe (TL, na sigla em inglês); um ou dois cientistas sociais (SS na sigla em inglês); um ou dois gerentes de pesquisa (RM, na sigla em inglês); e de dois a quatro analistas de Terreno Humano (HTA, na sigla em inglês). O organograma pode ser visto na figura 4 a seguir.

Figura 4: Composição do HTT



Fonte: EUA, 2008, p. 11.

Cada especialidade da equipe e seus respectivos membros possuem tarefas específicas, como pode ser visto resumidamente na tabela 2 abaixo.

Tabela 2 - Funções dos integrantes do HTT

<b>Team Leader (TL)</b>	<b>Social scientist (SS)</b>
- Is the commander's principal human terrain advisor. They are responsible for focusing and supervising the team's efforts based on the unit's needs and integrating the collected information into military staff decisionmaking processes. At a minimum, the TL is an active duty or retired military officer.	- Advises the commander and staff in all human terrain matters, and in particular the research methods required to collect that necessary information. Manages ethnographic and social-science research, and conducts ethnographic and social science analysis based on information gathered. He is na academically qualified (MA/PhD) cultural anthropologist, sociologist, international relations, political science, or economics expert.
<b>Research Manager (RM)</b>	<b>Human Terrain Analyst (HTA)</b>
- Is an integral part of any HTS team and is primarily responsible for knowledge management, information tracking, product dissemination, research strategy development and implementation, and developing data processing techniques and standards. Works closely with the SS to develop, draft, explain, and implement a research design/strategy for a given mission or research project.	- Is the Human Terrain Team's (HTT) cultural, regional, and in some cases, linguistic expert. Supplements the SS's methodological expertise with a cultural and regional expertise. Provides deeper understanding of how the culture influences the battle space. His primary function is data collection and the assessment and analysis of that data. Conducts open source research, interviews, debriefs, accompanies units on patrols, attends unit and local meetings, reads reports, engages with individuals of local influence, reviews scholarly literature, and any other means necessary to collect the information.

Fonte: EUA, 2008, adaptado pelo autor.

Ainda segundo EUA (2008), consolidando as funções de cada membro do HTT conforme suas especialidades, pode-se afirmar que a equipe possui cinco tarefas consideradas essenciais para o cumprimento da missão<sup>9</sup> principal: assessorar os comandantes do nível tático, brigada e divisão, em relação ao conhecimento cultural do ambiente operacional.

A primeira é realizar a própria Preparação Cultural do Ambiente (CPE, na sigla em inglês), um processo contínuo com foco nas informações socioculturais da área de Op.

A segunda é realizar a integração das informações do Terreno Humano com o processo de planejamento da unidade militar, incorporando os resultados do CPE no estudo de situação realizado pelo EM e no processo de tomada de decisão (MDMP), quando do planejamento das operações militares.

A terceira é apoiar as operações militares em curso, tanto monitorando eventos, como analisando ações e resultados, de modo a alimentar com aspectos socioculturais sempre atualizados a consciência situacional do comandante.

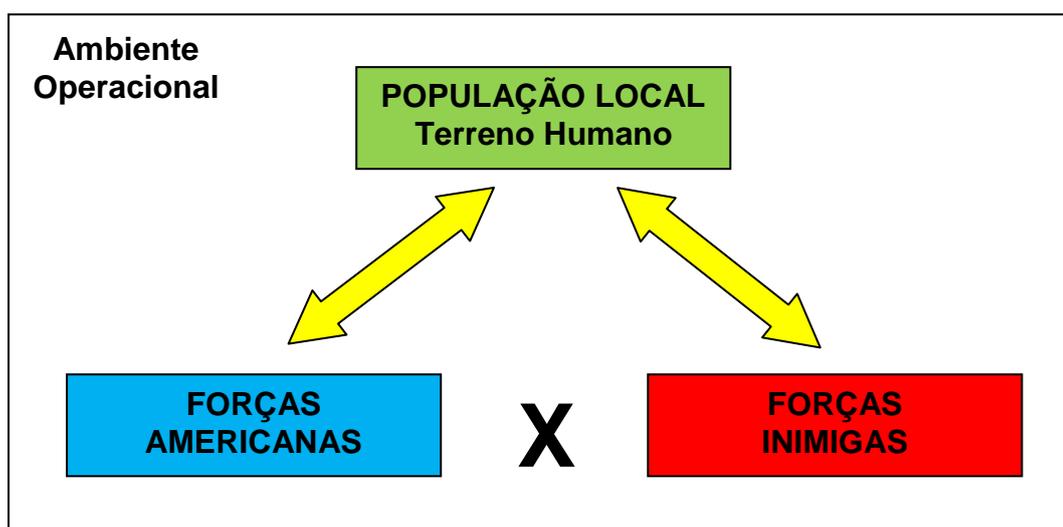
A quarta é avaliar os efeitos que as operações militares realizadas por ambos os lados provocam no Terreno Humano, ou seja, o efeito das operações americanas e das operações do inimigo, regular ou não, na população local.

Finalmente, a quinta é apoiar as unidades militares, treinando e adestrando seus elementos em questões socioculturais relevantes, isto é, conhecimentos básicos que incluem feriados culturais e religiosos, classes sociais, dinâmicas tribais, estruturas de poder, dentre outros, tudo na busca de uma melhor consciência cultural do ambiente operacional.

---

<sup>9</sup> - As tarefas essenciais da missão são um conjunto de tarefas que devem ser executadas com proficiência para que a missão seja cumprida no contexto de uma operação militar. A doutrina militar americana congrega tais tarefas em listas, chamadas de *Mission Essential Task List* - METL (EUA, 2002, p. 3-2).

**Figura 5: Influências recíprocas: operações militares - das forças americanas e do inimigo - e a população local**



Fonte: o autor.

A compilação da lista dessas tarefas essenciais está representada na tabela 3 abaixo.

**Tabela 3 - METL do HTT**

<b>Human Terrain Team Mission Essential Task List</b>	
<b>I. Conduct a Cultural Preparation of the Environment (CPE)</b>	
	Design a Human Terrain Research Design.
	Coordinate culture research activities.
<b>II. Integrate Human Terrain into the Unit Planning Processes</b>	
	Develop the Human Terrain Collection Plan.
	Develop Human Terrain information requirements.
<b>III. Provide Human Terrain Support to Current Operations</b>	
	Identify cultural decision / adjustment points that impact the population.
	Develop recommended popular responses or mitigating strategies to gain or maintain support of the local populace.
	Maintain the Human Terrain Component of the Common Operating Picture (COP).
<b>IV. Evaluate Human Terrain Effects</b>	
	Friendly and enemy operations on the human terrain.
	Human terrain on friendly and enemy operations.
<b>V. Train Support Elements on Relevant Socio-Cultural Issues</b>	

Fonte: EUA, 2008, p. 26.

Baseado, então, nas tarefas essenciais que deve executar para cumprir sua missão, e na organização da equipe, o HTT possui sete capacidades importantes, segundo EUA (2008), que devem ser exploradas pelos comandos e estados-maiores das brigadas e divisões assessoradas por ele: (a) apoiar as unidades na execução das operações militares; (b) apoiar o processo de planejamento das operações militares e o processo de tomada de decisão (MDMP); (c) apoiar a coleta de dados e sua análise antes mesmo do planejamento das operações militares; (d) apoiar os encontros e negociações com as lideranças locais; (e) apoiar a reconciliação, ou seja, apoiar o 'reatamento' de relações rompidas; (f) apoiar as operações de informação<sup>10</sup>, especialmente as operações de apoio à informação<sup>11</sup>; e (g) apoiar a substituição das tropas ou a transferência de autoridade para o governo local restabelecido (TOA, na sigla em inglês).

Ademais, o estado final desejado (EFD) da equipe é entender e analisar as razões pelas quais a população age ou se comporta de certa forma, em um determinado momento de uma operação militar, e oferecer opções 'não-letais' aos comandantes e seus EM, para que possam atuar com maior liberdade de ação ao lidar com a dimensão humana do ambiente operacional.

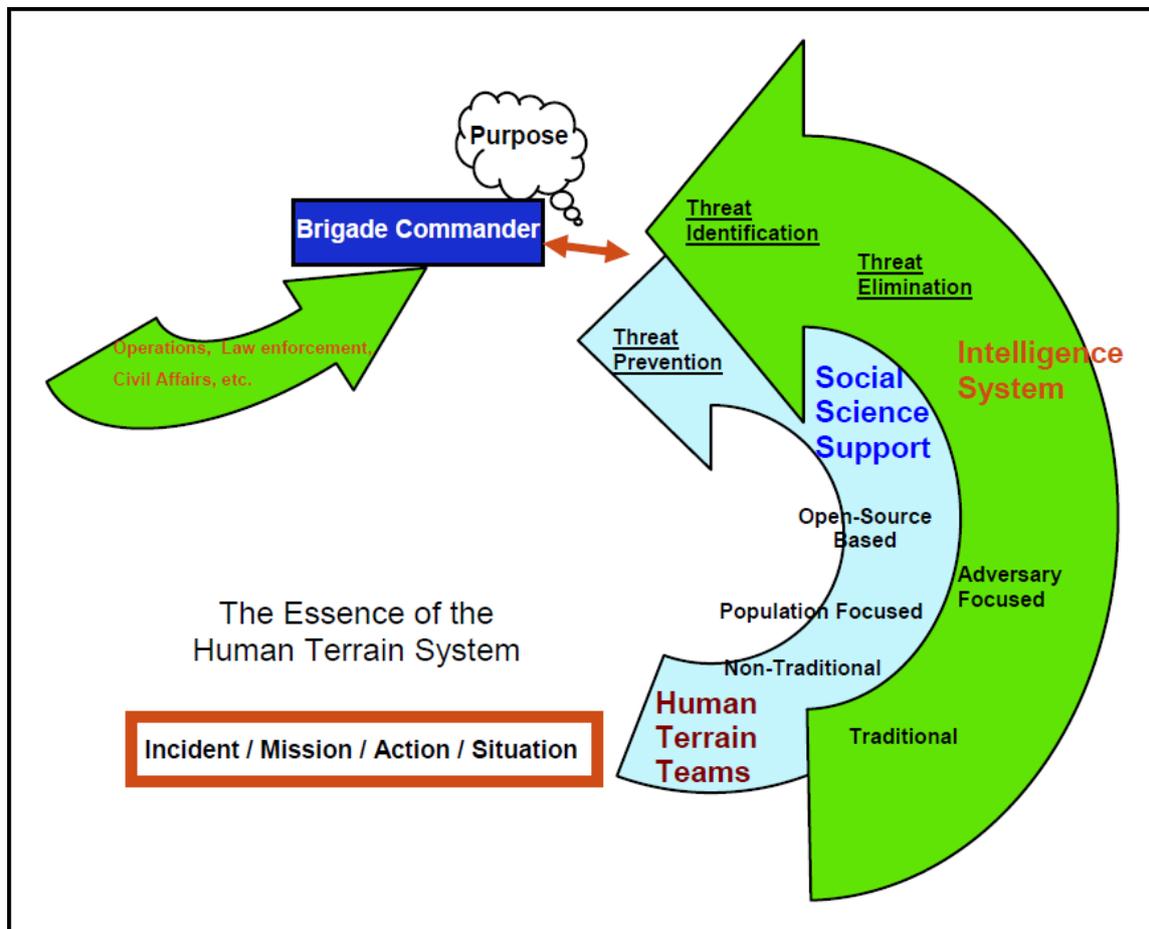
Assim, o HTT provê assessoramento direto aos comandantes, interagindo com a 3ª seção do EM (Seção de Operações), prioritariamente, e com a 2ª seção do EM (Seção de Inteligência). Porém, o trabalho de equipe possui foco na população, na prevenção das ameaças e em fontes abertas de dados, ao contrário do sistema de inteligência, que foca especialmente no inimigo, na identificação e eliminação de ameaças, e em fontes classificadas de dados, respectivamente. A figura 6 representa essa diferença entre o trabalho do HTS e o do sistema de inteligência.

---

<sup>10</sup> - Operações de Informação (IO, na sigla em inglês): "... as the integrated employment, during military operations, of [information-related capabilities] (IRCs) in concert with other lines of operation to influence, disrupt, corrupt, or usurp the decision making of adversaries and potential adversaries while protecting our own". (EUA, 2012a, p. vii).

<sup>11</sup> - Operações de Apoio à Informação - OAI (MISO, na sigla em inglês): "... are planned operations to convey selected information and indicators to foreign audiences to influence their emotions, motives, objective reasoning, and ultimately the behavior of foreign governments, organizations, groups, and individuals in a manner favorable to the originator's objectives". (EUA, 2010, p. vii). Eram chamadas de Operações Psicológicas até pouco tempo atrás.

Figura 6: Assessoramento ao Comandante - HTS x Sistema de Inteligência



Fonte: EUA, 2008, p. 27.

Os dados obtidos pelas equipes para análise do Terreno Humano são coletados em fontes abertas, especialmente: por meio de pesquisa de campo realizada junto às unidades de patrulhamento; relatórios de missões realizadas por unidades militares; fontes da mídia local, regional e internacional; relatórios de ou encontros com outras agências trabalhando na área, governamentais ou não; meios acadêmicos, locais ou não; entrevistas com militares das tropas empregadas; e entrevistas com membros da população local, principalmente suas lideranças (EUA, 2008).

A análise dos dados, segundo o mesmo autor é feita baseada em categorias de análise, que são as seguintes: (a) instituições atuais; (b) instituições históricas; (c) esferas de influência; (d) fatores externos influenciando o ambiente operacional; (e) demografia; (f) organizações sociais; (g) áreas; (h) infraestrutura; (i) fatores

religiosos; (j) identidade da população; (k) nuances culturais; (l) normas, tolerâncias e processos sociais; e (m) atitudes populares.

Já para Lamb et al. (2013), são dez as categorias de análise nas quais podem ser enquadrados os dados para assessoramento, em particular no caso da contrainsurgência no Afeganistão: (a) Forças de Segurança afegãs; (b) corrupção e economia; (c) educação; (d) análise de ‘gaps’; (e) governança; (f) operações de informação; (g) reintegração; (h) programa de estabilidade das vilas e cidades; (i) gerenciamento da água; e (j) redes locais.

A metodologia utilizada pelo HTS para cumprir a sua missão está diretamente ligada às tarefas essenciais a serem executadas pelas equipes HTT, e apresentadas anteriormente, segundo EUA (2008). De forma geral, está dividida em três fases. Na primeira fase, a equipe HTT realiza a CPE paralelamente ao *Intelligence Preparation of the Battlefield* (IPB)<sup>12</sup> conduzida pelo sistema de inteligência militar, guardada as devidas especificidades do foco em informações culturais. A ênfase nesta fase do trabalho é dada no segundo passo do CPE (vide tabela 4), que trata das considerações civis e das percepções da população local, simplificadas no acrônimo ASCOPE - *Area, Structure, Capabilities, Organizations, People, Events* (tabela 5).

**Tabela 4 - IPB e CPE**

<b>IPB Steps - Intelligence System</b>	<b>CPE Steps - HTS</b>
1. Define the Operational Environment	1. Identify Physical and Human Terrain
2. Describe the Environmental Effects	2. Describe Civil Considerations (ASCOPE)
3. Evaluate the Threat	3. Identify Social and Political Patterns
4. Determine Threat COA	4. Identify Key Friction Points or Misconceptions

Fonte: EUA, 2008, p. 50, adaptado pelo autor.

<sup>12</sup> - IPB: “Intelligence preparation of the battlefield is a systematic process of analyzing and visualizing the portions of the mission variables of threat/adversary, terrain, weather, and civil considerations in a specific area of interest and for a specific mission”. (EUA, 2009, p. 1-1).

Tabela 5 - ASCOPE

<b>AREA</b> - Key Civilian Areas are localities or aspects of the terrain within an Area of Operations that have significance to the local populace; represented by maps with subsequent assessments of how each affects the population and is part of a socially integrated society:	
1. Areas defined by political boundaries such as Districts, Municipalities, Provinces.	5. Social, ethnic, tribal, political, religious, criminal, or other important enclaves/neighborhoods.
2. Areas of high economic value.	6. Trade routes and smuggling routes.
3. Centers of government and politics.	7. Possible sites for temporary settlement of dislocated civilians or other civil functions.
4. Culturally important areas.	
<b>STRUCTURE:</b>	
1. Headquarters for Security Forces.	9. Potable Water.
2. Law Enforcement.	10. Sewage System.
3. Communication/Media Infrastructure.	11. Clinics & Hospitals.
4. Roads & Bridges.	12. Schools/Universities.
5. Ports of entry.	13. Religious Places of Worship.
6. Dams.	14. Banks/Financial Institutions.
7. Electrical Power stations and Sub Stations.	15. Markets.
8. Refineries/Other fuel sources.	
<b>CAPABILITIES</b> - Save, sustain, and enhance life:	
1. Public Administration.	5. Food.
2. Public Safety.	6. Water.
3. Emergency Services.	7. Sanitation.
4. Public Health.	
<b>ORGANIZATIONS</b> - Influence on population:	
1. Religious.	6. Community Organizations.
2. Political Parties.	7. Multinational Corporations.
3. Patriotic/Service Organizations.	8. International Government Organizations.
4. Labor Unions.	9. Non-Governmental Organizations.
5. Criminal.	
<b>PEOPLE</b> - Non-Military, Local National, in/out of Operational Environment effecting Operations):	
1. Society.	5. Political participation.
2. Social Structures.	6. Grievances.
3. Physical security.	7. Additional Civil Considerations.
4. Economic resources.	
<b>EVENTS:</b>	
1. National and religious holidays.	4. Civil disturbances.
2. Agricultural crop/livestock and market cycles.	5. Celebrations.
3. Elections.	

Fonte: EUA, 2008, p. 50 a 55, adaptado pelo autor.

Na segunda fase, a equipe desenvolve um plano de pesquisa, no qual são incluídos todos os detalhes para a execução da missão: (a) técnicos, como tipos de pesquisa (pesquisa etnográfica ou entrevista, por exemplo), métodos de coleta, e outros; (b) operacionais, como linha do tempo, assessoramento, e outros; e (c) administrativos, como custos envolvidos, pessoal necessário, e outros.

E na terceira e última fase, o HTT passa a executar a missão propriamente dita, planejada na fase anterior, seguindo objetivos estabelecidos para serem alcançados antes, durante e após a operação.

Assim, o HTS, operacionalizado por meio de suas equipes HTT, cumpre sua missão principal de fornecer a consciência cultural necessária aos comandantes e seus estados-maiores para auxiliá-los no planejamento, na tomada de decisão e na execução das operações militares em um ambiente operacional onde a dimensão humana tem um valor cada vez mais decisivo nos conflitos contemporâneos.

## 2. ANTROPOLOGIA E AS OPERAÇÕES MILITARES NO BRASIL

### 2.1 Antropologia e militares no Brasil

No Brasil, assim como nos EUA, a antropologia também possui áreas de estudo que são consideradas de interesse para as operações militares, pois permitem uma melhor consciência cultural e, conseqüentemente, uma melhor compreensão do ambiente operacional onde essas operações se desenvolvem, como é o caso da “Antropologia Social (ou Cultural)”, que segundo DaMatta (1981, p. 5), busca

“apresentar e discutir a posição da Antropologia como uma verdadeira ‘leitura’ do mundo social: como um conjunto de normas que visam aprofundar o conhecimento do homem pelo homem. [...] Na Antropologia Social, [...] lidamos com organizações onde o todo predomina sobre as partes” (MATTA, 1981, p. 2).

Ainda em relação à Antropologia Cultural, Franz Boas, um dos seus mais proeminentes autores, observa que se pode

“observar que a cultura é um determinante muito mais importante do que a constituição física. Repito que se pode encontrar nos indivíduos uma relação um tanto estreita entre reação mental e constituição física, mas que ela estará completamente ausente no caso das populações. Nessas circunstâncias, precisamos basear a investigação da vida mental do homem sobre um estudo da história das formas culturais e das inter-relações entre vida mental individual e cultura. Este é o tema da antropologia cultural” (BOAS, 2005, p. 97).

Porém a relação entre a antropologia e os militares no país ainda são bastante incipientes, quando comparada com o que ocorre nos EUA. Fruto dessa comparação, é possível verificar que tal relação segue principalmente a classificação MA1 proposta por Lucas Jr (2009) e vista na introdução dessa dissertação. Assim, é possível verificar que a maioria dos trabalhos e pesquisas acadêmicas de cunho antropológico é realizada tendo os militares e sua cultura como objeto de estudo, ou seja, uma antropologia **dos** militares (grifo nosso).

São referências nesta área autores como Celso Castro e Piero Leirner, dentre outros. Castro possui a maior quantidade de obras e artigos publicados sobre o assunto, nessa perspectiva. Uma de suas principais obras - “O Espírito Militar: um antropólogo na caserna” (CASTRO, 1990) - foi a pioneira em pesquisa antropológica realizada numa instituição militar brasileira. Nela, o autor estudou, por exemplo, o espírito militar que “nasce” nos futuros oficiais de carreira do Exército Brasileiro

durante o período de formação de quatro anos, na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN). Estudou também os processos de socialização e de construção da identidade militar dos cadetes ao longo da formação.

Leirner é outro autor que trata da antropologia dos militares, a MA1 de Lucas Jr (2009), assim como Castro. Em sua obra “Meia-volta volver: um estudo antropológico sobre a hierarquia militar”, ele afirma que “[c]ontrariamente ao que ocorre na ciência política, trabalhar com militares, na antropologia, não é usual” (LEIRNER, 1997, p. 17). O autor foca no estudo antropológico da hierarquia militar, considerada pelos militares como um dos pilares da instituição, tratando não só da cultura dos militares em si, como da própria cultura organizacional.

Porém o autor chega primorosamente muito próximo aos tipos de antropologia tratados por Lucas Jr e Winnick, e já citados na introdução, em seu artigo “A etnografia como extensão da guerra por outros meios: notas sobre a pesquisa com militares”, de 2009.

“minha intenção aqui é analisar algumas consequências do ‘contato direto’ entre antropólogos e militares, seja ele causado por engajamento de antropólogos em instituições militares, seja ele resultado de um ‘choque cultural’ (nos termos de R. Wagner 1981:6-13) provocado por uma intenção de etnografar militares. Quero começar retratando duas possibilidades para a relação: uma antropologia militar (de ‘posse’ dos militares), e uma antropologia dos militares (relativa aos militares).” (LEIRNER, 2009, p. 59, grifo nosso).

Em comparação com Lucas Jr, Leirner classifica aqui duas possibilidades para a relação entre antropólogos e militares: a antropologia militar, ou seja, de posse dos militares ou a serviço deles, o que se assemelha ao tipo MA2 daquele autor; e a antropologia dos militares, isto é, sobre os militares, tendo-os como objeto de estudo, o que se assemelha ao tipo MA1 (tabela 6).

**Tabela 6: Possibilidades para a relação antropólogos-militares**

<b>Classificação segundo Lucas Jr (2009)</b>	<b>Possibilidade</b>	<b>Descrição</b>
MA 2	Antropologia militar	De “posse” ou à serviço dos militares
MA1	Antropologia dos militares	Relativa aos militares e sua cultura

Fonte: LEIRNER (2009), p. 59, adaptação nossa.

Contudo, para Leiner, não haveria a necessidade de os antropólogos integrarem as equipes militares para que se interessem pelos assuntos militares, como ocorre nas Equipes de Terreno Humano do Exército americano. Assim, a

dificuldade maior está em o antropólogo não se tornar apenas um agente a serviço dos militares: "... nem militares podem estabelecer as convenções de antropólogos, nem antropólogos as de militares" (LEIRNER, 2009, p. 66).

Para "completar" os tipos de antropologia militar definidos por Lucas Jr., no contexto das relações antropologia-militares no Brasil, pode-se afirmar que o tipo MA3 - antropólogos envolvidos em programas educacionais em ou para instituições de ensino militar - está se tornando mais ativo. Isto pode ser verificado por meio de uma maior aproximação dos militares com a academia em geral, principalmente pelo reconhecimento de órgãos oficiais de educação do país, autorizando o funcionamento de programas de pós-graduação *stricto sensu* nas escolas de formação de oficiais de estado-maior no Brasil. A Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, teve seu mestrado acadêmico em Ciências Militares recomentado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) em 2012. A Universidade da Força Aérea e a Escola de Guerra Naval optaram por oferecer cursos de mestrado profissional. Todos os cursos de pós-graduação *stricto sensu* em funcionamento nas escolas militares são avaliados pelo Comitê de Ciência Política e Relações Internacionais na CAPES.

Segundo Leirner (2009, p. 62), "os militares estão atentos ao mundo acadêmico e, cedo ou tarde, alguém se lembraria desses fatos e chegaria novamente ao engajamento da antropologia no terreno da guerra".

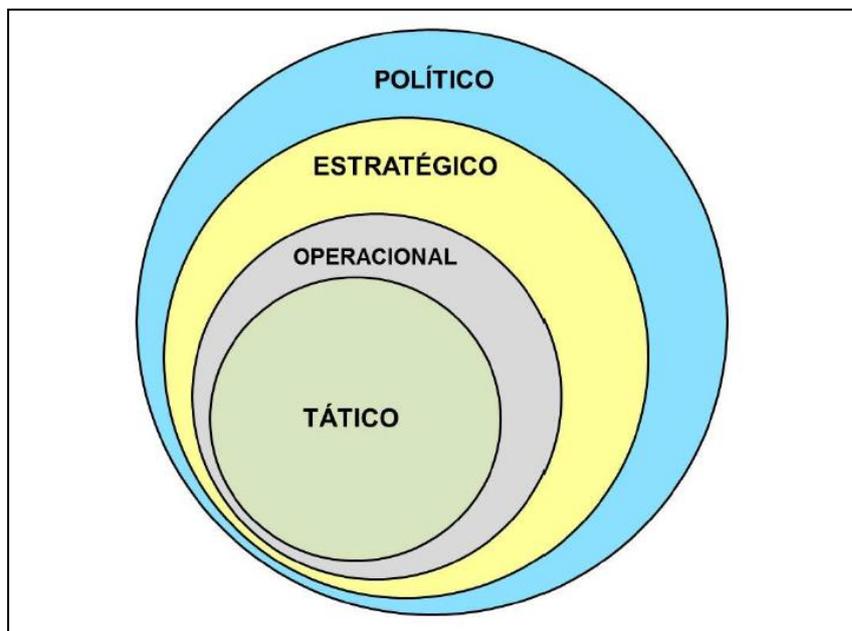
## 2.2 O Terreno Humano na Doutrina Militar Terrestre (DMT) brasileira

Da mesma forma que o *US Army* nos EUA, o Exército Brasileiro foi o pioneiro das Forças Armadas na implementação do conceito de Terreno Humano em sua doutrina militar. Tal conceito vem "ganhando uma relevância que, não raro, sobrepuja a do terreno fisiográfico, confirmando, de forma inequívoca, que a dimensão psicossocial é a essência dos conflitos do Séc XXI" (PINHEIRO, 2010, no prelo).

À despeito de parecer que somente nos dias atuais está sendo dada tal relevância, o Exército Brasileiro sempre buscou considerar em sua doutrina, os aspectos psicossociais do ambiente operacional, no intuito de subsidiar o

planejamento e a execução de operações militares nesse ambiente, em todos os níveis (político, estratégico, operacional e tático - vide figura 7).

**Figura 7: Níveis de planejamento execução das operações militares**



Fonte: BRASIL, 2014a, p. 2-11.

### 2.2.1 O Terreno Humano no nível político

A primeira referência doutrinária digna de nota foi realizada pela Escola Superior de Guerra (ESG) em seu ‘manual básico’, inicialmente publicado em 1976, mas constantemente atualizado e revisado<sup>13</sup> com o passar dos anos, por se tratar de material didático para os alunos que cursam a escola. É muito provável que tal referência tenha origem em teorizações constantes na doutrina militar americana, que influenciava de maneira marcante a doutrina militar nacional, especialmente nesse período acima referido, mas sua origem não foi objeto da presente pesquisa.

Em seu manual básico volume I, a ESG (2014f, p. 32) considera que o Poder Nacional<sup>14</sup> “se apresenta como uma conjugação, interdependente de vontades e meios, voltada para o alcance de uma finalidade”. A visualização do Poder Nacional

<sup>13</sup> - Para fins deste trabalho, foram utilizados os manuais disponibilizados no site da ESG, versão 2014 ainda em revisão. Disponíveis em: <http://www.esg.br/index.php/br/2014-03-24-18-09-30#estagi%C3%A1rios>.

<sup>14</sup> - Poder Nacional é a capacidade que tem o conjunto de Homens e Meios que constituem a Nação para alcançar e manter os Objetivos Nacionais, em conformidade com a Vontade Nacional. (BRASIL, 2014f, p. 34).

deve ser feita entendendo-o como um sistema complexo, tendo a integralidade como uma de suas características marcantes, isto é, deve ser sempre entendido como um todo, uno e indivisível.

Entretanto, por ser a manifestação de um sistema social, o Poder Nacional admite didaticamente a sua subdivisão para a análise de suas características e de seu valor. Assim, para compreender os elementos estruturais desse sistema, é possível estudá-lo segundo suas manifestações, que se processam por intermédio de cinco Expressões: Política, Econômica, Psicossocial, Militar, e Científica e Tecnológica. Dentre as expressões citadas acima, destaca-se a Psicossocial, foco do presente trabalho.

Além disso, o Poder Nacional possui Fundamentos, que se confundem com os próprios elementos básicos da nacionalidade: o Homem, a Terra e as Instituições. Tais Fundamentos constituem a própria base do Poder Nacional (BRASIL, 2014f).

Logo, ao se fazer a relação entre os Fundamentos do Poder Nacional e suas Expressões, é possível verificar uma primeira indicação dos aspectos a serem estudados para a compreensão do Poder Nacional (tabela 7). No caso da Expressão Psicossocial, tais aspectos são a pessoa (o Homem como ser social), o ambiente (a sociedade) e as instituições sociais (das quais as pessoas fazem parte e interagem).

**Tabela 7: Relação Fundamentos e Expressões do Poder Nacional**

PODER NACIONAL					
FUNDAMENTOS	EXPRESSÕES				
	POLÍTICA	ECONÔMICA	<u>PSICOSSOCIAL</u>	MILITAR	C & T
<i>HOMEM</i>	POVO	RECURSOS	<u>PESSOA</u>	RECURSOS	RECURSOS HUMANOS
<i>TERRA</i>	TERRITÓRIO	RECURSOS NATURAIS	<u>AMBIENTE</u>	TERRITÓRIO	
<i>INSTITUIÇÕES</i>	INSTITUIÇÕES POLÍTICAS	INSTITUIÇÕES ECONÔMICAS	<u>INSTITUIÇÕES SOCIAIS</u>	INSTITUIÇÕES MILITARES	INSTITUIÇÕES DE C & T

Fonte: BRASIL (2014f), p. 41, adaptação e grifo nossos.

No segundo volume do seu manual básico, a ESG (BRASIL, 2014g, p. 52) define a Expressão Psicossocial como “a manifestação de natureza predominantemente psicológica e social do Poder Nacional, que contribui para alcançar e manter os Objetivos Nacionais”. Complementando o conceito,

“Esta Expressão abrange pessoas, ideais, utopias, instituições, normas, estruturas, grupos, comunidades, recursos e organizações, integrados num vasto complexo orientado para o alcance de objetivos sociais valiosos, situados no seu campo de interesse, ou além, que podem satisfazer às necessidades, aos interesses e as aspirações da sociedade”. (BRASIL, 2014g, p. 52b).

A Pessoa Humana é a dimensão definidora da dignidade do Homem e da sociedade humana. Tal aspecto traz as ideias da igualdade fundamental de todos os homens e da dignidade de Pessoa Humana.

O Ambiente é “o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica que permite, abriga e rege a vida, em todas as suas formas”. (BRASIL, 2014g, p. 54). Assim, o Homem vive em dois níveis de interações: o da biosfera, marcada pela prevalência dos elementos naturais; e o da sociosfera ou meio social, caracterizada pelos valores e normas ligados especificamente à cultura e à sociedade.

As Instituições Sociais são “estruturas normativas decorrentes de necessidades sociais. Apresentam-se como um complexo integrado de ideias, sentimentos, aspirações, padrões de comportamento, relações interpessoais, normas e valores”. (BRASIL, 2014g, p. 55). Todas elas, especialmente a familiar, a educacional, a religiosa e a assistencial, coexistem num contexto cultural. Na verdade, são elas próprias criações da cultura.

Quatro fatores foram elencados para facilitar e direcionar o estudo sobre a Expressão Psicossocial. O primeiro é a Cultura e Padrões de Comportamento.

“A Cultura refere-se a toda produção material (obras de civilização) e, principalmente, imaterial da sociedade, o que inclui todo o universo simbólico, os valores, o conhecimento descoberto ou natural (ciências físico-matemáticas e da natureza), o conhecimento criado (a teologia, a filosofia, a literatura, as artes e a música), todas as formas de relação social e todas as regularidades no comportamento dos membros da sociedade, com exclusão daquelas regularidades que são de caráter hereditário”. (BRASIL, 2014g, p. 56).

O segundo fator é o Nível de Bem-Estar.

“O Nível de Bem-Estar corresponde ao entendimento de necessidades relativas à sobrevivência e à forma de vida tida por boa no contexto de uma sociedade. [...] refletem-se de maneira imediata na capacidade de contribuição para o Poder Nacional, atual e futuro, e sua avaliação implica a análise da eficácia com que os diferentes órgãos da Expressão Psicossocial desempenham suas funções”. (BRASIL, 2014g, p. 59).

Esse fator possui, ainda, vários elementos indicativos do bem-estar, bastante relacionados com os direitos e garantias individuais do cidadão, e úteis no estudo da Expressão Psicossocial: saúde, habitação, educação, trabalho, seguridade social, previdência social, assistência social, seguranças individual e comunitária.

O terceiro fator é a Dinâmica Ambiental, que reflete as transformações na natureza, que é fonte de recursos essenciais à vida e ao desenvolvimento humano.

Tais transformações apresentam-se sob dois aspectos: natural ou induzido pelo homem. A dinâmica ambiental é fator importantíssimo na expressão psicossocial, na medida em que interfere na qualidade de vida das pessoas e nas instituições sociais.

O quarto fator é a Dinâmica Estrutural. Ele envolve todas as formas de relacionamento entre grupos sociais das mais variadas dimensões, tanto do ponto de vista intragrupal, quanto intergrupar. Também possui elementos como a dinâmica familiar, a dinâmica populacional, o trabalho, a mobilidade social e a distribuição espacial das populações.

Outro aspecto teórico importante da ESG (BRASIL, 2014g, p. 67) é o conceito de Organizações, que “podem ser compreendidas como entidades que desempenham funções<sup>15</sup> de emprego do Poder Nacional”. Assim, na Expressão Psicossocial, elas se caracterizam, frequentemente, como agências que promovem e controlam os quatro Fatores citados acima. As Organizações que mais representam a natureza da Expressão Psicossocial são: o grupo familiar/famílias; os serviços da saúde; as escolas; as igrejas; as empresas; os sindicatos; os serviços de previdência; os serviços de assistência; e os serviços de comunicação social.

A conjugação dos fatores, elementos e organizações da Expressão Psicossocial do Poder Nacional (tabela 8) fornecem uma referência teórica básica para o estudo dos aspectos socioculturais do ambiente operacional, e conseqüentemente, do Terreno Humano, quando da sua adaptação para a Doutrina Militar Terrestre brasileira.

**Tabela 8: Expressão Psicossocial, seus fatores, elementos e organizações.**

EXPRESSÃO PSICOSSOCIAL				
FATORES	Cultura e Padrões de Comportamento	Níveis de Bem-Estar	Dinâmica Ambiental	Dinâmica Estrutural
ELEMENTOS	-	- saúde; - habitação; - educação; - trabalho; - seguridade social; - previdência social; - assistência social; - seguranças individual e comunitária.	-	- dinâmica familiar; - dinâmica populacional; - trabalho; - mobilidade social; - distribuição espacial das populações.
ORGANIZAÇÕES (promovem e controlam os fatores)	Grupo familiar/famílias; serviços da saúde; escolas; igrejas; as empresas; os sindicatos; os serviços de previdência; os serviços de assistência; e os serviços de comunicação social.			

Fonte: BRASIL (2014g), p. 56 a 70, adaptado pelo autor.

<sup>15</sup> - As funções das Organizações da Expressão Psicossocial do Poder Nacional são essencialmente de socialização e de controle.

Como se pode notar, o Terreno Humano, no nível político, não aparece exatamente com esse termo, nem com uma nomenclatura parecida, mas está representado, de certa forma, pela Expressão Psicossocial do Poder Nacional, seus fatores, elementos e organizações.

### 2.2.2 O Terreno Humano no nível estratégico

Com base nas teorias da ESG, o Estado-Maior do Exército lançou o seu manual de campanha de estratégia<sup>16</sup>. O anexo A desse documento trata do Estudo Estratégico de Área, que

“consiste, basicamente, na compilação ordenada e atualizada de todos os elementos, mensuráveis e não mensuráveis, que possam ser de interesse para o planejamento geral de qualquer ação estratégica em determinada área ou para uma exata compreensão de estratégias que nela estejam em curso” (BRASIL, 2004d, p. A-1).

Tal estudo permite detectar não apenas as potencialidades de uma área ou ambiente operacional, mas também suas vulnerabilidades, deficiências ou pontos fracos passíveis de serem explorados por um possível inimigo. Daí a caracterização de uma área como estratégica quando “no seu estudo, ficar constatada a presença ou a possibilidade de interesses nacionais significativos, bem como a existência de óbices importantes” (BRASIL, 2004d, p. A-2).

Existe também no manual o conceito de área operacional, ou seja, é a própria área estratégica, ou parte dela, relacionada com o planejamento de ações predominantemente da Expressão Militar do Poder Nacional e onde possíveis operações militares podem ocorrer. Assim,

“[a] principal diferença entre uma área estratégica e uma área operacional é que aquela se relaciona com ações de todo o poder nacional, enquanto que esta se volta, predominantemente, para as ações militares, sem excluir as ações das demais expressões do poder, ou seja, admite-se que as operações militares devem se desenrolar nas áreas operacionais” (BRASIL, 2004d, p. A-3).

Para que se realize o estudo estratégico de área, o Estado-Maior do Exército (Brasil, 2004d) prevê uma metodologia única, seja para uma área estratégica, seja para uma área operacional, dividida em três fases: o levantamento estratégico; a avaliação estratégica; e o exame estratégico.

---

<sup>16</sup> - A versão do manual de campanha C 124-1 'Estratégia' utilizada nesta pesquisa é a 4ª edição, de 2004.

Na primeira fase do estudo, é realizado o Levantamento Estratégico de Área (LEA) ou o Levantamento Estratégico de Área Operacional, conforme seja uma área estratégica ou uma área operacional, respectivamente. Sua finalidade é apurar todos os dados e elementos que determinam ou condicionam o poder e o potencial da referida área.

“Consiste, basicamente, na coleta de dados e informações que facultam o conhecimento da área em seus aspectos positivos e negativos. [...] Trata-se de um trabalho metódico e contínuo, realizado desde o tempo de paz, em que se faz sempre presente o cuidado na obtenção de dados e informações exatas, com a devida antecedência, sem a preocupação de estabelecer relações com os óbices existentes ou potenciais” (BRASIL, 2004d, p. A-4).

Quando o levantamento estratégico é de uma área operacional, é importante entender a predominância de ações da Expressão Militar. Este deve ser o enfoque por ocasião da coleta de dados e informações, mas ainda sem a preocupação de estabelecer juízos de valor sobre um possível oponente.

Na realização do LEA, é feito um estudo dos diversos fatores que compõem e interferem na área em questão, dentre eles: a caracterização fisiográfica<sup>17</sup> da área, os fatores psicossociais, os fatores políticos, os fatores econômicos, os fatores militares, os fatores científico-tecnológicos e os fatores biográficos.

Em relação aos fatores psicossociais, foco maior deste trabalho, o levantamento estratégico leva em consideração uma série desses fatores que servem de base para as fases seguintes do estudo. Cada fator se divide ainda em uma série de aspectos, que por sua vez se subdividem em outros itens de estudo que facilitam a caracterização psicossocial da área. A tabela 9 abaixo mostra os fatores psicossociais do LEA e seus aspectos.

---

<sup>17</sup> - São levantados os aspectos fisiográficos que caracterizam a área em estudo: aspectos gerais (superfície e forma, faixa fronteira, posição relativa e regiões naturais), geologia, orografia, hidrografia, climatologia, vegetação e litoral (BRASIL, 2004d, p. A-10).

Tabela 9: Fatores Psicossociais do LEA e seus aspectos.

Levantamento Estratégico de Área (LEA)		
FATORES PSICOSSOCIAIS	ASPECTOS	ITENS DE ESTUDO
<b>110 - Antecedentes Históricos e Sociais</b>	111 - evolução histórica e social; 112 - idioma oficial, idiomas e dialetos de grupos diversos; 113 - raças (regiões étnicas, miscigenação, etc); 114 - classes sociais.	-
<b>120 - População</b>	121 - Aspectos demográficos:	121.1 - efetivos humanos; 121.2 - distribuição pelo território (regiões demográficas). Densidade; 121.3 - composição da população (sexo e idade); 121.4 - taxas de natalidade, mortalidade e sobrevivência.
	122 - Movimentos da população:	122.1 - imigração, emigração; 122.2 - migrações internas.
	123 - Núcleos estrangeiros:	123.1 - distribuição e densidade; 123.2 - nacionalidade; 123.3 - tendências políticas; 123.4 - desenvolvimento e atividades.
	124 - Mão de obra:	124.1 - distribuição por atividades econômicas; 124.2 - agropecuária, caça e pesca; 124.3 - produção industrial; 124.4 - transportes; 124.5 - comunicações; 124.6 - comércio; 124.7 - outras.
<b>130 - Saúde Pública</b>	131 - estado sanitário geral; 132 - padrões sanitários; 133 - regiões endêmicas.	-
<b>140 - Situação Cultural e Religiosa</b>	141 - Educação:	141.1 - ensino em geral; 141.2 - ensino militar; 141.3 - ensino profissional; 141.4 - ensino técnico; 141.5 - profissões liberais; 141.6 - institutos de altos estudos; 141.7 - institutos de ensino e pesquisa na área de ciência e tecnologia.
	142 - Cultura:	142.1 - desenvolvimento; 142.2 - centros culturais; 142.3 - propaganda e difusão.
	143 - Cultos:	143.1 - desenvolvimento; 143.2 - hábitos nacionais; 143.3 - influência religiosa e sua força; 143.4 - atitude em relação ao governo; 143.5 - propaganda e difusão.
<b>150 - Trabalho, Previdência e Assistência Social</b>	151 - Trabalho:	151.1 - organização; 151.2 - legislação; 151.3 - política trabalhista do governo; 151.4 - padrão de vida, salários.
	152 - Previdência Social:	152.1 - organização; 152.2 - legislação; 152.3 - seguro social. 153 - Assistência social: 153.1 - organização; 153.2 - legislação.
<b>160. Moral Social e Opinião Pública</b>	161 - hábitos e costumes sociais; 162 - prevenção e repressão à inobservância dos preceitos morais; 163 - liberdade de pensamento e de opinião; 164 - opinião pública e sua influência sobre o governo; 165 - atitudes nacionalistas e internacionalistas; 166 - grau de tolerância às minorias estrangeiras; 167 - organizações sociais que influem na opinião e no moral do povo;	-

<b>160. Moral Social e Opinião Pública (cont.)</b>	168 - propaganda:	168.1 - organização; 168.2 - técnica da propaganda nacional e sua eficiência; 168.3 - imprensa, rádio, televisão, publicações diversas, etc.
	169 - contrapropaganda:	169.1 - organização; 169.2 - funcionamento; 169.3 - eficiência; 169.4 - censura.
<b>170 - Apreciação</b>	171 - tradições históricas:	171.1 - tensões sociais existentes (natureza e valor).
	172 - população:	172.1 - influência da composição e distribuição de população no poder nacional; 172.2 - tendências de crescimento populacional; 172.3 - repercussão econômica e social das migrações internas; 172.4 - influência do imigrante na formação e atividades nacionais; 172.5 - valores qualitativos e quantitativos da mão de obra.
	173 - estado sanitário geral e sua influência no poder nacional; 174 - influência da educação e da cultura na formação do poder nacional; 175 - nível cultural da população;	-
	176 - trabalho, previdência e assistência social:	176.1 - organização trabalhista e sua influência na vida do país; 176.2 - sistemas de previdência social. Valor e execução; 176.3 - assistência social, sua aplicação e resultados.
	177 - moral social e opinião pública:	177.1 - psicologia nacional e bases morais da nação; 177.2 - psicologias regionais; 177.3 - grau de patriotismo do povo e seu valor moral; 177.4 - tendências políticas das elites e das massas; 177.5 - opinião pública em face das ações governamentais.
	178 - sentido da propaganda e seus efeitos reais.	-

Fonte: BRASIL (2004d), p. A-11 a A-13, adaptado pelo autor.

Pode ser considerado também, para fins de Terreno Humano, o levantamento estratégico dos fatores biográficos da área em estudo, por possuírem certa relação com os fatores psicossociais acima. A tabela 10 abaixo mostra tais fatores e os aspectos principais que os compõem.

Tabela 10: Fatores Biológicos do LEA e seus aspectos.

Levantamento Estratégico de Área (LEA)		
FATORES BIOGRÁFICOS	ASPECTOS	ITENS DE ESTUDO
<b>610 - Personalidades</b>	611 - líderes políticos e religiosos; 612 - representantes diplomáticos; 613 - chefes militares; 614 - pessoas que exercem influência no ambiente nacional;	-
	615 - dirigentes de organizações com influência nas atividades básicas do Estado:	615.1 - estatais e paraestatais; 615.2 - privadas; 615.3 - de comunicação social (mídia); 615.4 - sindicais; 615.5 - outras.
	616 - escritores, jornalistas, juristas de renome, etc; 617 - líderes estudantis, pesquisadores científicos e técnicos, inventores e pioneiros;	-
<b>620 - Tendências políticas e sociais dessas personalidades</b>	-	-
<b>630 - Influência de suas idéias sobre a sociedade</b>	-	-
<b>640 - Apreciação</b>	641 - Tendências dos líderes de:	641.1 - política; 641.2 - economia; 641.3 - educação, cultura, ciência e tecnologia; 641.4 - órgãos de comunicação social; 641.5 - entidades religiosas e assistenciais; 641.6 - organizações militares; 641.7 - sindicatos e entidades empresariais.

Fonte: BRASIL (2004d), p. A-26, adaptado pelo autor.

Apesar de ser um método didático para o levantamento dos dados, vários aspectos dos outros fatores do LEA, especialmente os políticos e econômicos, também interferem e influenciam os fatores psicossociais e biográficos vistos acima.

Na segunda fase do estudo estratégico, é realizada a avaliação estratégica. Da mesma forma que na fase anterior, a avaliação pode ser de uma área estratégica ou uma área operacional. No caso de uma área estratégica, a avaliação visa a determinar se as possibilidades e vulnerabilidades existentes na área podem interferir, favorável ou desfavoravelmente, na consecução dos objetivos estabelecidos pela Política Nacional, confrontando o valor do poder e do potencial da área com os óbices existentes. A avaliação é realizada com base nos dados do

levantamento estratégico, realizado na fase anterior, e no estudo dos aspectos que compõem tal avaliação: caracterização da área, aspectos fisiográficos, aspectos econômicos, aspectos psicossociais, aspectos políticos, aspectos científico-tecnológicos e aspectos militares (BRASIL, 2004d, p. A-27).

No caso de uma área operacional, a avaliação é realizada da mesma forma que a outra, mas com considerações específicas que podem ser importantes para a Expressão Militar, como condições de acesso, condições de mobilidade, condições de visibilidade, condições favoráveis às comunicações, recursos disponíveis e vulnerabilidades.

Os aspectos psicossociais de uma avaliação estratégica de área operacional, mais ligados ao Terreno Humano, são: população; mão de obra; saúde pública; situação cultural e religiosa; e moral social e opinião pública. É possível notar que tais aspectos estão diretamente ligados aos fatores psicossociais levantados no LEA (1ª fase). A tabela 11, a seguir, resume os aspectos psicossociais da avaliação estratégica de área.

Ainda em relação à avaliação estratégica de área operacional, além da avaliação estratégica propriamente dita, também é realizada uma

“confrontação das hipóteses de emprego com as apreciações decorrentes do levantamento estratégico dessa área [operacional]. Esse confronto tem como finalidade principal determinar o valor da área e suas possibilidades no apoio às operações militares que aí poderão ocorrer. [...] Ao término da avaliação estratégica de uma área operacional deve-se estar em condições de determinar: - os objetivos estratégicos da área; a natureza e o valor das forças amigas e oponentes que podem ser empregadas na área; e a adequação geral da área para a condução das operações militares e para a execução das ações estratégicas previstas” (BRASIL, 2004d, p. A-5, grifo nosso).

É interessante notar que, mesmo essa última edição desse manual (2004), a adequação geral da área (sublinhada acima) ainda não leva em consideração a dimensão humana, isto é, o Terreno Humano, como um fator que realmente interfira nas operações militares executadas na área em questão, mas apenas a dimensão física do ambiente operacional.

“A adequação da área para a condução de operações militares resulta, fundamentalmente, de um confronto da sua base fisiográfica com as ações estratégicas que podem nela ser desencadeadas e com os tipos e formas de operações previsíveis, que podem ser executadas tanto pelas forças amigas como pelas oponentes” (BRASIL, 2004d, p. A-6, grifo nosso).

Tabela 11: Aspectos Psicossociais da Avaliação Estratégica de Área Operacional.

Avaliação Estratégica de Área Operacional	
ASPECTOS PSICOSSOCIAIS	ITENS DE ESTUDO
<b>a. População</b>	(1) Existência de núcleos populacionais que possam interferir nas operações: possibilidades de surtos insurrecionais e revolucionários. (2) Adensamentos populacionais e seus reflexos no planejamento da evacuação de civis. (3) Reflexos das migrações. (4) Reflexos dos contrastes sócio-econômicos. (5) Tendências políticas e possibilidades de cooperação com as forças regulares.
<b>b. Mão-de-obra</b>	(1) Facilidade ou dificuldade para recrutamento de mão-de-obra, especializada ou não, e as conseqüências para as atividades civis. (2) Problemas decorrentes de mão-de-obra ociosa. (3) Reflexos na mobilização.
<b>c. Saúde pública</b>	(1) Possível influência do estado sanitário da área nas forças em campanha. (2) Possibilidades e limitações da área no apoio de saúde às operações militares.
<b>d. Situação cultural e religiosa</b>	- Perspectivas de uma atitude de cooperação ou de hostilidade.
<b>e. Moral social e opinião pública</b>	(1) Ação das organizações de comunicação de massa e de líderes que influem na formação da opinião pública e do moral social. (2) Condições de reação da opinião pública aos esforços de guerra solicitados.

Fonte: BRASIL (2004d), p. A-29 e A-30, adaptado pelo autor.

Da mesma forma que o levantamento realizado na primeira fase, a avaliação estratégica também é mostrada no manual de forma bastante didática. Assim, outros aspectos da avaliação, especialmente os políticos e econômicos, também interferem e influenciam os aspectos psicossociais. Um exemplo pode ser visto no aspecto econômico 'recursos econômicos': "[p]ossibilidades e limitações econômicas da área para o apoio às operações militares e para o atendimento da população civil" (BRASIL, 2004d, p. A-28, grifo nosso).

Na terceira e última fase do estudo estratégico de área, é realizado o exame estratégico. Igualmente às duas fases anteriores, é possível realizar o exame ou de uma área estratégica ou de uma área operacional. Mas qualquer que seja a área estudada, a finalidade principal do exame é apreciar as ações estratégicas que devem ser preparadas e conduzidas nessa área pelas diferentes expressões do poder nacional, de forma a atender, nas melhores condições, aos objetivos propostos pela política nacional (BRASIL, 2004d). Ao final desta fase, e do estudo estratégico como um todo, resultam as ações estratégicas, ou seja, as várias opções

ou linhas de ação estratégicas entre as quais a autoridade competente poderá selecionar para a solução de problemas neste nível de decisão, envolvendo as diversas expressões do poder.

No caso específico do exame estratégico de uma área operacional, predominam as ações estratégicas de interesse da Expressão Militar, relacionadas tanto ao preparo como ao emprego dessa expressão na referida área. Por isso,

“o exame estratégico de uma área operacional consiste, ainda, em: (a) verificar todas as possibilidades do oponente que possam interferir nas ações estratégicas previstas para a área; (b) enumerar, na ordem de prioridade, as ações estratégicas de interesse da expressão militar, visando à tomada de uma decisão que irá servir de base para o planejamento militar subsequente [sic], decisão essa que regulará o preparo indispensável da expressão militar e a própria realização de ações militares na área” (BRASIL, 2004d, p. A-7).

Tal decisão acima referida servirá de base para o planejamento estratégico militar, que tem por objetivos o preparo e a aplicação das ações militares nessa área operacional.

Da mesma forma que no nível político, o Terreno Humano, no nível estratégico, também não aparece exatamente com esse termo ou outro parecido, mas pode ser relacionado com os fatores e aspectos psicossociais levantados e avaliados durante o estudo estratégico, o que contribui de forma relevante para o planejamento de operações militares nesse nível.

### 2.2.3 O Terreno Humano no nível operacional<sup>18</sup>

A DMT brasileira sofreu recentemente uma atualização em suas concepções, seus fundamentos e suas táticas de emprego, materializada pela edição e reedição de manuais de campanha em 2014. Tal atualização aproximou ainda mais a DMT da doutrina militar do exército americano, incluindo as primeiras referências ao Terreno Humano.

Uma das primeiras referências foi feita pelo manual de campanha que trata do processo de planejamento e condução das operações terrestres<sup>19</sup> pelo Exército

---

<sup>18</sup> - Neste nível, são concebidas, planejadas e conduzidas as campanhas militares, que têm por finalidade atingir os objetivos estratégicos por meio de ações táticas, ou seja, o nível proporciona, no planejamento, controle e condução das operações, a conexão entre os objetivos estratégicos e o emprego tático das forças.

Brasileiro, ao abordar o contexto atual dessas operações, isto é, relacionado com as 'novas' ameaças e o 'novo' ambiente operacional.

“Os anos 90 se caracterizaram por uma mudança no contexto das operações militares, nas quais o combate de alta intensidade passou a ser influenciado pelo surgimento de atores não estatais, com crescente capacidade de interferir diretamente no resultado das campanhas militares. Inseridos em áreas urbanizadas e descaracterizados no meio da população civil, estes atores forçaram às adaptações das técnicas, táticas e procedimentos em uso pelos Exércitos. No contexto atual das operações terrestres, verifica-se que a complexidade dos problemas enfrentados pelas forças militares aumenta, à medida que surgem um número maior de atores em presença e os aspectos relacionados ao chamado “terreno humano”. Não só o ambiente operacional se modificou, como também os atores envolvidos nem sempre são visíveis às forças empregadas.” (BRASIL, 2014c, p. 1-2, grifo nosso).

Sobre o ambiente operacional no qual são desenvolvidas as operações militares, o Estado-Maior do Exército (Brasil, 2014b) considera que é caracterizado pela existência de três dimensões: a física, a humana e informacional (figura 8). Cada dimensão possui uma série de fatores que interagem entre si, formando o caráter único e indivisível do ambiente operacional. “Sua compreensão constitui uma condição fundamental para o êxito nas operações militares” (BRASIL, 2014b, p. 2-2).

**Figura 8: As dimensões do Ambiente Operacional.**



Fonte: BRASIL, 2014b, p. 2-2.

A dimensão física do ambiente operacional, por muito tempo, foi o foco da análise desse ambiente, que considerava a preponderância dos fatores terreno e condições meteorológicas sobre as operações militares. Porém, diante das mudanças e variações no caráter e na natureza dos conflitos, no contexto das operações militares contemporâneas citadas anteriormente, uma nova visão sobre o ambiente operacional passou a considerar com a mesma relevância as influências das dimensões humana e informacional<sup>20</sup> nas operações e vice-versa.

A dimensão humana é a que está mais de acordo com o conceito de Terreno Humano. Isso pode ser comprovado pelo que foi publicado no manual do Exército Brasileiro sobre fundamentos das operações<sup>21</sup>, também em 2014. Assim, surgiu a primeira definição doutrinária dada ao Terreno Humano em um documento oficial do Exército Brasileiro.

“A Dimensão Humana compreende os elementos relacionados às estruturas sociais, seus comportamentos e interesses, normalmente geradores do conflito. Nesse contexto, a análise do Terreno Humano - agregado de características socioculturais existentes em um determinado ponto no tempo e no espaço geográfico – adquire a mesma relevância que a análise do terreno físico.” (BRASIL, 2014b, p. 2-3).

Segundo o mesmo documento, a relevância dessa dimensão nos conflitos contemporâneos está caracterizada pela prevalência de combates em terrenos humanizados, ou seja, com a ostensiva presença de civis, contra civis e em defesa de civis, submetendo as operações militares à ‘novas’ condicionantes, como presença constante da mídia com a valorização de questões humanitárias, combates com o menor número possível de baixas, mínimo de prejuízo para a população civil afetada, menores danos colaterais possíveis, especialmente os causados a não combatentes e a bens culturais, religiosos ou de qualquer outra natureza, não diretamente relacionados com as operações.

Juntamente com o conceito de Terreno Humano, adaptado recentemente para a DMT brasileira, os novos manuais acima citados trouxeram o conceito de

---

<sup>20</sup> - A dimensão informacional reveste-se de destacada importância, uma vez que as mudanças sociais, ocorridas a partir do final do século passado, estão alicerçadas na elevada capacidade de transmissão, acesso e compartilhamento da informação. A Narrativa Dominante – percepção estabelecida como válida nas mentes de um ou mais públicos-alvo – pode ser considerada um acidente capital das operações militares e o Terreno Informacional, tão importante quanto o físico e o humano (BRASIL, 2014b, p. 2-3).

<sup>21</sup> - Manual de Fundamentos EB20-MF-10.103 - Operações, 4ª Edição, 2014.

‘fatores<sup>22</sup> operacionais’, destacando a importância do seu estudo para se desenvolver um entendimento completo do ambiente operacional.

“Eles são aspectos militares e não militares que diferem de uma área de operações para outra e afetam as operações. Descrevem não só os aspectos militares de um ambiente operacional, mas também a influência da população sobre ela, abrangendo as dimensões humana, física e informacional.” (BRASIL, 2014c, p. 2-7, grifo nosso).

Os fatores operacionais são oito, e estão intimamente ligados com as dimensões do ambiente operacional, a saber: político, militar, econômico e social (fatores ligados à dimensão humana); informação (fator ligado à dimensão informacional); e infraestrutura, ambiente físico e tempo (fatores ligados à dimensão física). Formam o mnemônico PMESII-AT.

O estudo dos fatores é contínuo para permitir o refinamento e a atualização dos planejamentos e da condução das operações militares, no decorrer de sua execução. A figura 9 mostra os fatores operacionais e suas respectivas dimensões do ambiente operacional.

**Figura 9 - Fatores operacionais e as dimensões do ambiente operacional.**



Fonte: BRASIL, 2014c, p. 2-7.

<sup>22</sup> - Fator: é tudo aquilo que altera ou modifica um resultado.

Dentre os fatores operacionais citados, os ligados à dimensão humana são aqueles que receberão um foco maior quando do estudo do Terreno Humano propriamente dito, conforme a definição já apresentada.

O político descreve a distribuição de responsabilidade e poder nos níveis de governo e tem como itens de análise: centro político de poder, tipo de governo e legitimidade, relações exteriores, e grupos políticos de influência.

O militar explora as capacidades militares e paramilitares de todos os atores relevantes (forças oponente, amiga e neutra), no espaço de batalha, e tem como itens de análise: forças militares e paramilitares, meios aplicados às Funções de Combate, e atores armados não militares.

O econômico analisa o comportamento individual e coletivo quanto à obtenção, distribuição e consumo de recursos financeiros, e tem como itens de análise: economia formal e informal, sistemas financeiro e bancário, atividades econômicas legais e ilegais, e disponibilidade de postos de emprego (desemprego x mão de obra ociosa).

E o social descreve o ambiente cultural, religioso e étnico encontrado no Teatro ou Área de Operações (TO ou A Op), descreve as crenças, valores, costumes e comportamento dos membros da sociedade, e tem como itens de análise: aspectos demográficos, nível educacional da população, diversidades étnica e religiosa, observância aos direitos, humanos, centro social de poder, e normas sociais e valores vigentes.

Na tabela 12 abaixo, é possível ver todos os oito fatores operacionais, suas respectivas descrições e seus itens de análise, com ênfase para os fatores relacionados com a dimensão humana do ambiente operacional.

Tabela 12: Fatores Operacionais.

<b>Fator</b>	<b>Descrição</b>	<b>Itens de Análise</b>
<u>Político</u>	Descreve a distribuição de responsabilidade e poder nos níveis de governo.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- centro político de poder</li> <li>- tipo de governo e legitimidade</li> <li>- relações exteriores</li> <li>- grupos políticos de influência</li> </ul>
<u>Militar</u>	Explora as capacidades militares e paramilitares de todos os atores relevantes (forças oponente, amiga e neutra), no espaço de batalha.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- forças militares e paramilitares</li> <li>- meios aplicados às Funções de Combate</li> <li>- atores armados não militares</li> </ul>
<u>Econômico</u>	Analisa o comportamento individual e coletivo quanto à obtenção, distribuição e consumo de recursos financeiros.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- economia formal e informal</li> <li>- sistemas financeiro e bancário</li> <li>- atividades econômicas legais e ilegais</li> <li>- disponibilidade de postos de emprego (há desemprego/ mão de obra ociosa?)</li> </ul>
<u>Social</u>	Descreve o ambiente cultural, religioso e étnico encontrado no TO/A Op. Descreve as crenças, valores, costumes e comportamento dos membros da sociedade.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- aspectos demográficos</li> <li>- nível educacional da população</li> <li>- diversidades étnica e religiosa</li> <li>- observância aos direitos humanos</li> <li>- centro social de poder</li> <li>- normas sociais e valores vigentes</li> </ul>
Informação	Descreve natureza, amplitude, características e efeitos das organizações e indivíduos ligados às informações. Detalha os sistemas de coleta, processamento, disseminação e emprego das informações.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- informações públicas (mídias, jornais, etc.)</li> <li>- guerra de Informação</li> <li>- sistemas e cultura de Inteligência</li> <li>- manuseio das informações</li> </ul>
Infraestrutura	Analisa e relaciona estruturas, serviços e instalações necessárias ao funcionamento da comunidade ou sociedade local.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- zonas urbanas</li> <li>- principais construções</li> <li>- sistemas de transporte</li> <li>- densidade de construções</li> </ul>
Ambiente Físico	Descreve os aspectos fisiográficos e a meteorologia no(a) TO/A Op.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- terreno</li> <li>- clima</li> <li>- histórico de desastres naturais</li> <li>- meteorologia</li> </ul>
Tempo	Descreve o tempo e duração das operações, eventos e condições no(a) TO/A Op. Analisa e descreve como a noção de tempo e de duração são percebidos pelos vários atores no ambiente operacional.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- O tempo como um fator crítico e uma ferramenta para a obtenção de vantagens táticas, operacionais e estratégicas.</li> <li>- O tempo direciona a realização de operações e campanhas.</li> <li>- O tempo como um dos fatores mais importantes de planejamento de condução de tomada de decisão.</li> <li>- Tempo disponível para o cumprimento da missão e tempo de duração da operação.</li> </ul>

Fonte: BRASIL, 2014c, p. 2-8, grifo nosso.

Portanto, conforme os documentos apresentados anteriormente, o Terreno Humano, no nível operacional, já está presente na atual DMT brasileira. Seu estudo, nesse nível, confunde-se com o estudo dos fatores operacionais ligados à dimensão humana do ambiente operacional.

## 2.2.4 O Terreno Humano no nível tático

Antes mesmo da atualização doutrinária ocorrida neste ano, já havia uma tendência de cópia do conceito de Terreno Humano para a DMT brasileira. Fruto da necessidade de atualização de seus manuais de fundamentos, de concepções e táticos, especialmente o de operações<sup>23</sup> então em vigor, cuja edição datava de 1997, e em face dos novos conceitos trazidos pelas experiências de combate, particularmente do exército dos EUA, no início do século XXI, a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME)<sup>24</sup> realizou alguns estudos a fim de apoiar o EB nessa atualização. Dentre seus estudos, dois tiveram destaque e estão relacionados com o assunto da presente pesquisa.

Um deles, realizado em 2010, tratou sobre a inclusão das ‘considerações civis’ no então Estudo de Situação do Comandante Tático<sup>25</sup>. Este estudo foi enviado ao Centro de Doutrina do Exército (CDoutEx), que o transformou em um documento chamado Nota de Coordenação Doutrinária (NCD) em 2012, concebido para atualizar e padronizar a DMT, no qual foi utilizado pela primeira vez o termo “terreno humano” no âmbito do EB: “A formulação adequada dos objetivos, coerente com o ambiente operacional, onde o terreno humano é prevalente, passando [sic] as ‘considerações civis’ à condição de fator da decisão preponderante” (BRASIL, 2012a, p. 5, grifo nosso).

O outro foi resultado de um projeto interdisciplinar da ECEME de 2011, que resultou em uma NCD de autoria da própria escola, tratando de operações em ambiente urbano e fazendo referência ao terreno humano e à relevância das considerações civis como característica geral das operações de estabilização e apoio:

“Relevância das considerações civis - A presença da população civil na área de operações, a multiplicidade e a diversidade dos atores envolvidos, e a

---

<sup>23</sup> - Manual de Campanha C 100-5 - Operações, 3ª Edição, 1997.

<sup>24</sup> - Sua missão é preparar oficiais superiores para o exercício de funções de Estado-Maior, Comando, Chefia, Direção e de Assessoramento aos mais elevados escalões da Força Terrestre. Além disso, coopera com os órgãos de Direção Geral e Setorial no desenvolvimento da Doutrina Militar para o preparo e o emprego da Força Terrestre. Disponível em: <http://www.eceme.ensino.eb.br>.

<sup>25</sup> - Este conceito é de 2003: “Processo de resolução de problemas militares cuja finalidade é determinar a melhor maneira de cumprir uma missão.” (BRASIL, 2003a, p. 6-2). Foi substituído pelo Exame de Situação do Comandante, em 2014: “metodologia concebida para a solução de um problema militar, em qualquer nível, é sustentada pelo estudo de aspectos relevantes que são organizados e orientados por determinados fatores [...] sistematizados cartesianamente [...]” (BRASIL, 2014b, p. 3-11).

importância da opinião pública para o sucesso das ações potencializam a importância do chamado 'terreno humano' nas operações de estabilização e apoio em ambiente urbano" (BRASIL, 2011, p. 6-3, grifo nosso).

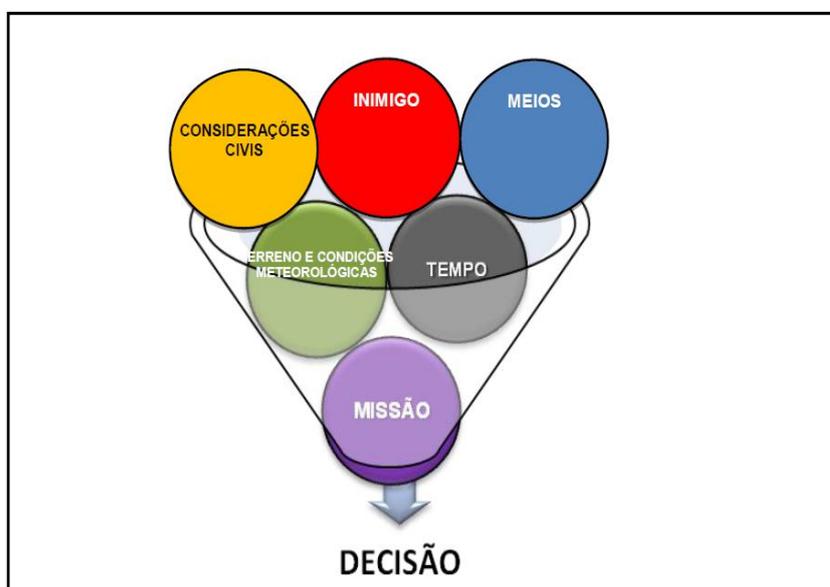
Como resultado de ambas NCD, e da atualização doutrinária realizada no início de 2014, o Exército Brasileiro adotou finalmente em sua DMT o conceito de Terreno Humano, fazendo-o constar oficialmente em duas publicações doutrinárias, conforme já foi visto no item anterior.

Assim, a DMT brasileira incluiu as 'considerações civis' como um dos fatores da decisão para apoiar os comandantes táticos na solução de problemas militares no seu nível. A análise desses fatores permite a montagem das linhas de ação e a tomada de decisão pelo comandante tático.

"Os fatores da decisão descrevem as características de uma área de operações, e são concentrados na análise de como podem afetar o cumprimento da missão. [...] permitem ao comandante e seu estado-maior abordar os aspectos relevantes que alteram o resultado das operações e aprimorar a consciência situacional<sup>26</sup>." (BRASIL, 2014c, p. 2-9).

Os fatores da decisão considerados pela DMT são seis: missão; inimigo; terreno e condições meteorológicas; meios e apoios disponíveis; tempo; e as considerações civis (vide figura 10). Formam o mnemônico MITM-TC.

**Figura 10 - Fatores da Decisão.**



Fonte: BRASIL, 2014b, p. 3-11.

<sup>26</sup> - O conceito de consciência situacional na DMT brasileira é o seguinte: "A consciência situacional é obtida mediante análise e julgamento dos conhecimentos e informações relevantes obtidas na identificação dos aspectos que mais se destacam dos fatores operacionais e dos fatores da decisão, com vistas a determinar as relações entre esses fatores, permitindo ao comandante e ao EM ampliar o conhecimento do ambiente operacional, bem como ter uma visão mais clara da situação-problema enfrentada." (BRASIL, 2014c, p. 2-6).

Conforme visto acima, dentre os fatores da decisão, o fator ‘considerações civis’ está diretamente relacionado com o conceito de Terreno Humano apresentado pela DMT brasileira. As considerações civis tornaram-se mandatórias como fator preponderante da decisão, juntamente com os demais. Segundo Brasil (2014b), a importância que as operações no nível tático têm recebido deve-se à imediata repercussão que essas ações podem produzir nas sociedades e, conseqüentemente, nos níveis estratégico e político. As operações militares realizadas em áreas humanizadas induzem à preponderância do terreno humano que, de forma crescente, tem tido o seu protagonismo ressaltado.

“As Considerações Civis são, enfim, traduzidas pela influência das instituições civis, das atitudes e atividades das lideranças civis, da população, da opinião pública, do meio ambiente, de infraestruturas construídas pelo homem, das agências civis, com capacidade de influir e formar opiniões entre os nacionais ou internacionais, no Espaço de Batalha.” (BRASIL, 2014b, p. 3-15).

Na tabela 13 abaixo, é possível ver todos os seis fatores da decisão e suas respectivas descrições, com ênfase para as considerações civis.

**Tabela 13: Fatores da Decisão.**

<b>Fator</b>	<b>Descrição</b>
Missão	O comandante e o EM visualizam todos os fatores da decisão, considerando o impacto que cada um exerce sobre o cumprimento da missão. A missão é traduzida por um conjunto de atividades e tarefas, que juntamente com a finalidade e a intenção dos comandantes dois escalões acima, indica claramente a ação a ser tomada e o seu porquê. Normalmente, é o primeiro fator a ser considerado durante o processo decisório. O enunciado da missão contém: “o que”, “quando”, “onde” e o “porquê” da operação.
Inimigo	Este fator aborda o dispositivo do inimigo (organização, tropas com suas localizações e mobilidade tática), doutrina, equipamento, capacidades, vulnerabilidades e prováveis linhas de ação. DICOVAP: dispositivo, composição, valor, atividades recentes e atuais e peculiaridades.
Terreno e Condições Meteorológicas	A análise do terreno e das condições meteorológicas são inseparáveis e influenciam diretamente as operações militares dos oponentes. O terreno inclui os recursos naturais (como rios e montanhas) e características artificiais (como cidades, aeroportos e pontes). O comandante analisa o terreno considerando os cinco aspectos militares do terreno expressos na sigla OCOAV: observação e campos de tiro, cobertas e abrigos, obstáculos, acidentes capitais e vias de acesso. Os aspectos militares quanto às condições meteorológicas incluem visibilidade, vento, precipitação, nebulosidade, temperatura, umidade.
Meios	Este fator inclui a quantidade de tropas amigas disponíveis, seus tipos, suas capacidades e suas condições de emprego, incluindo – e sobretudo – quanto ao apoio logístico. Este último abrange níveis de suprimento e os elementos de apoio disponíveis. Inclui, ainda, o apoio civil eventualmente empregado pelas GU/U.
Tempo	O comandante avalia o tempo disponível para o planejamento, a preparação e a execução das tarefas ligadas às operações. Inclui avaliar o tempo necessário para compor os meios, movimentar e manobrar as unidades em relação ao inimigo e o tempo de planejamento dos subordinados.
<u>Considerações Civis</u>	As considerações civis analisam a influência da cultura e das atividades da população local sobre o(a) TO/A Op e a condução das operações sobre essas populações. Inclui efeitos da infraestrutura, das instituições e organizações civis e da liderança política/civil local. <u>As considerações civis compreendem seis vetores: áreas, estruturas, capacidades, organizações, pessoas e eventos.</u>

Fonte: BRASIL, 2014c, p. 2-9, grifo nosso.

Os seis vetores das considerações civis sublinhados acima formam o mnemônico AECOPE. Cada vetor é subdividido em outros tantos itens, como pode ser visto na tabela 14 abaixo. O estudo de cada vetor ajuda a compor o quadro geral das considerações civis, que servirá como fator para a tomada de decisão militar, balizando os planejamentos e a execução das operações militares.

**Tabela 14: Vetores das considerações civis.**

<b>Área</b>	<b>Estrutura</b>	<b>Capacidade</b>
(1) Divisão político-administrativa. (2) Áreas de alto valor econômico. (3) Centros políticos de governo. (4) Áreas culturalmente importantes. (5) Enclaves étnicos, tribais, políticos, religiosos, criminosos ou outros. (6) Rotas comerciais e de contrabando. (7) Sítios possíveis de utilização como áreas temporárias para refugiados e deslocados.	(1) Postos de Comando das Forças de Segurança. (2) Segurança Pública. (3) Mídia e Comunicação em Massa. (4) Estradas e pontes. (5) Portos e aeroportos de entrada. (6) Represas. (7) Estações e subestações de energia elétrica. (8) Refinarias e outras instalações de produção de combustível. (9) Reservatórios e usinas de água potável. (10) Sistemas de esgotos. (11) Hospitais e clínicas. (12) Escolas e universidades. (13) Igrejas e locais de culto religioso. (14) Bancos e instituições financeiras. (15) Mercados populares e centros comerciais.	(1) Administração pública. (2) Segurança Pública. (3) Serviços Emergenciais. (4) Saúde Pública. (5) Alimentação e abastecimento. (6) Água. (7) Sistemas Sanitários.
<b>Organizações</b>	<b>População</b>	<b>Eventos</b>
(1) Religiosas. (2) Partidos políticos. (3) Patrióticos. (4) Sindicatos de Classe. (5) Criminosas. (6) Comunitárias. (7) Governamentais Internacionais. (8) Não Governamentais.	(1) Sociedade (2) Estruturas sociais; grupos; redes; instituições; influência exercida; normas sociais; <u>cultura</u> ; identidade; formas culturais; narrativas; símbolos. (3) Segurança Física: (4) Recursos Econômicos. (5) Participação Política: (6) Descontentamentos. (7) Principal atividade econômica da área. (8) Impacto das operações na economia local. (9) Considerações civis complementares, como línguas e dialetos falados pela população, níveis de educação, disponibilidade de armas, etc. (10) Refugiados e deslocados.	(1) Feriados nacionais e religiosos. (2) Colheitas agrícolas/estoque e ciclos de produção. (3) Eleições. (4) Distúrbios civis. (5) Celebrações.

Fonte: BRASIL, 2014c, p. A-2 e A-3, adaptado pelo autor, grifo nosso.

Assim, no nível tático, é estudando o vetor ‘população’ das considerações civis que se estuda o Terreno Humano propriamente dito, seja de acordo com a definição original do exército americano - os fatores culturais, sociológicos, políticos e econômicos da população local que impactam nas operações militares (EUA, 2008) - seja de acordo com a definição adaptada pela DMT brasileira - conjunto de características socioculturais existentes em um determinado ponto no tempo e no espaço geográfico (BRASIL, 2014c).

A cultura é um dos principais aspectos do vetor ‘população’ das considerações civis. Segundo Brasil (2014c)

“A construção da consciência situacional considera a cultura (a própria e a dos outros atores existentes no TO/A Op<sup>27</sup>) e seus possíveis reflexos sobre as operações. As crenças, valores, normas de conduta social, costumes e tradições de uma sociedade formam um conjunto que exerce influência sobre a forma como os integrantes de uma sociedade entendem e definem parâmetros sobre o que é permitido ou não e como avaliam o que é ou não é relevante.” (BRASIL, 2014c, p. 2-10).

Assim, compreender a cultura de determinada sociedade ou grupo social produz reflexos diretos no modo como a força cumprirá a missão. Essa compreensão cultural está relacionada à cultura de diferentes regiões do país, quando do emprego do Exército Brasileiro em Território Nacional, ou de diferentes regiões do globo, quando do seu emprego em missões internacionais interaliadas, como, por exemplo, missões de paz ou humanitárias sob a égide da Organização das Nações Unidas (ONU).

Segundo esse mesmo manual (BRASIL, 2014c), um dos aspectos mais importantes a ser analisado é o de como a própria cultura afeta a percepção sobre o ambiente operacional e a população local. A tropa tende a interpretar os acontecimentos de acordo com os princípios e valores intrínsecos a sua cultura. Por isso, é fundamental que os comandantes em todos os níveis reconheçam não só que suas percepções individuais influenciam no modo de entender as situações e no modo de tomar decisões, mas também que precisam questionar constantemente a validade das decisões tomadas em cada situação.

---

<sup>27</sup> - Teatro de Operações (TO): é o espaço geográfico necessário à condução das operações militares, para o cumprimento de determinada missão, englobando o necessário apoio logístico. Área de Operações (A Op): é o espaço geográfico necessário à condução de operações militares, cuja magnitude dos meios e complexidade das ações não justifiquem a criação de um TO (BRASIL, 2014b, p. 2-15).

Por fim, apesar da cópia do conceito do Terreno Humano oriundo da doutrina do exército americano, aqui na DMT brasileira tal conceito permaneceu no nível conceitual, isto é, ou os conceitos foram devidamente adaptados a outros pré-existentes, como foi visto nos níveis político e estratégico, ou os conceitos foram trazidos como 'novos' na doutrina, como foi visto nos níveis operacional e tático, particularmente nesse último. Mas nenhuma ação prática, como a constituição de equipes de Terreno Humano tais quais os HTT do exército americano, foi realizada nesse sentido.

### 3. AS OPERAÇÕES DE PAZ E O TERRENO HUMANO

#### 3.1 As operações de paz da ONU

A Carta das Nações Unidas foi escrita durante a *United Nations Conference on International Organization*, em San Francisco, nos Estados Unidos, em junho de 1945, logo após o encerramento da II Guerra Mundial. Mas foi em 24 de outubro do mesmo ano que ela foi ratificada, dando origem à Organização das Nações Unidas (ONU), uma instituição internacional criada com a finalidade principal de prevenir futuras guerras, mantendo a paz e a segurança internacionais (ONU, 2008a).

Segundo outro documento da ONU (2003a), desde a sua criação, a organização tem sido chamada para três tarefas importantes: para evitar que disputas entre países escale para a guerra, para persuadir opositores a usar a negociação ao invés da força das armas; e para ajudar a restaurar a paz quando um conflito eclodir.

A Carta de 1945 ainda é o documento base para todo o trabalho da ONU, até os dias de hoje. Ela dá ao Conselho de Segurança da ONU (CSONU), o principal órgão da instituição, a responsabilidade primária pela manutenção da paz e da segurança internacionais.

“Article 24 - 1. In order to ensure prompt and effective action by the United Nations, its Members confer on the Security Council primary responsibility for the maintenance of international peace and security, and agree that in carrying out its duties under this responsibility the Security Council acts on their behalf.” (ONU, 1945, p. 7).

Segundo a ONU (1945; 2008a), para cumprir essa responsabilidade, o CSONU pode tomar uma série de medidas, cuja base legal encontra-se, fundamentalmente, nos capítulos VI, VII e VIII da Carta, que tratam da ‘solução pacífica dos conflitos’, da ‘ação relativa a ameaças à paz, ruptura da paz e atos de agressão’ e dos ‘acordos regionais’, respectivamente.

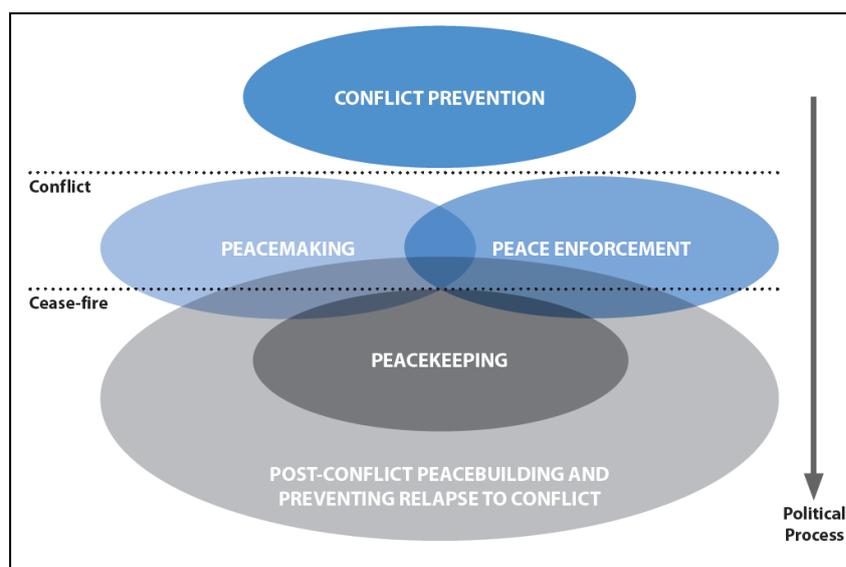
Ao longo de sua existência, a ONU tem ajudado a conter e dar fim a vários conflitos ao redor do mundo, utilizando, em muitos casos, forças de paz e operações de paz. Em sua doutrina, a organização considera a existência de um espectro que engloba as atividades de paz e segurança possíveis de serem desencadeadas: *conflict prevention*, *peacemaking*, *peacekeeping*, *peace enforcement* e *peacebuilding*.

“Conflict prevention involves the application of structural or diplomatic measures to keep intra-state or inter-state tensions and disputes from escalating into violent conflict. [...] Peacemaking generally includes measures to address conflicts in progress and usually involves diplomatic action to bring hostile parties to a negotiated agreement. [...] Peacekeeping is a technique designed to preserve the peace, however fragile, where fighting has been halted, and to assist in implementing agreements achieved by the peacemakers. Over the years, peacekeeping has evolved from a primarily military model of observing cease-fires and the separation of forces after inter-state wars, to incorporate a complex model of many elements – military, police and civilian – working together to help lay the foundations for sustainable peace. [...] Peace enforcement involves the application, with the authorization of the Security Council, of a range of coercive measures, including the use of military force. Such actions are authorized to restore international peace and security in situations where the Security Council has determined the existence of a threat to the peace, breach of the peace or act of aggression. [...] Peacebuilding involves a range of measures targeted to reduce the risk of lapsing or relapsing into conflict by strengthening national capacities at all levels for conflict management, and to lay the foundation for sustainable peace and development.” (ONU, 2008a, p. 17 e 18, grifo nosso).

Embora existam essas atividades previstas no espectro das operações de paz, as ‘fronteiras’ entre elas são bastante incertas, isto é, as operações de paz raramente são limitadas a um único tipo de atividade, como pode ser visto na figura 11. Por exemplo, enquanto as operações de manutenção da paz (*peacekeeping operations*) são, em princípio, empregadas para apoiar a implementação de um cessar-fogo ou acordo de paz em algum país ou região do mundo, elas são, muitas vezes, chamadas a desempenhar um papel ativo nos esforços de *peacemaking*, e também podem estar envolvidas, no início da missão, em atividades de *peacebuilding* (ONU, 2008a).

Outro exemplo interessante dado nesse mesmo documento, e convergente com o caso que será apresentado a seguir, é o do uso da força no nível tático em operações de manutenção da paz, desde que autorizado pelo Conselho de Segurança para defender seu mandato ou autodefesa, especialmente em situações em que o Estado é incapaz de garantir a segurança e manter ordem pública. Tal situação é chamada de *robust peacekeeping*, ou manutenção da paz "robusta" em português (ONU, 2008a, p. 34).

**Figura 11 - O espectro das operações de paz**



Fonte: ONU, 2008a, p. 19.

A ONU sempre manteve uma cultura de paz, ou de busca da paz e da resolução rápida dos conflitos. Assim, por mais de sessenta anos, as forças de paz da ONU, ainda que não explicitamente previstas na sua Carta, são uma das principais ferramentas utilizadas pelas Nações Unidas para cumprir sua finalidade precípua, auxiliando a comunidade internacional a gerenciar complexas crises que representem ameaça para a paz e a para a segurança internacionais. E desde o começo do século XXI, o número de militares, policiais e civis destacados em operações de paz da ONU ao redor do mundo atingiu níveis sem precedentes. Segundo a organização (ONU, 2008a), não só a quantidade de operações de paz tem aumentado, como têm se tornado cada vez mais complexas e multidimensionais.

### 3.2 As operações de manutenção da paz (*peacekeeping*)

A primeira missão de paz da ONU, a Organização de Supervisão do Armistício das Nações Unidas (UNTSO, na sigla em inglês), foi criada em 1948, e autorizava o uso de observadores militares para monitorar o acordo de armistício entre Israel e os países vizinhos - Egito, Líbano, Jordânia, Síria e Iraque. Foi, à época, um ousado passo inicial para implementar uma “resposta mundial” ao

conflito, isto é, uma tentativa de manter a estabilidade em uma das áreas mais problemáticas do mundo.

Segundo Baier (2010), o termo *peacekeeping* foi cunhado pela ONU em 1956, quando enviou uma força multinacional sob seu comando para a Península do Sinai, para intermediar as negociações de paz entre os exércitos do Egito e de Israel, no final da segunda guerra árabe-israelense.

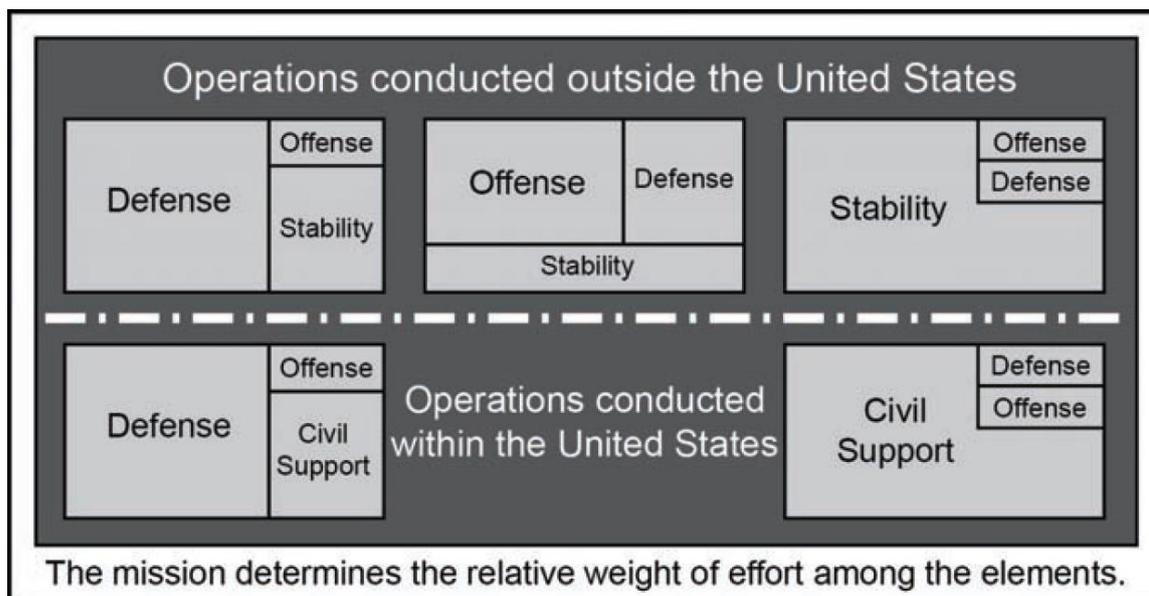
Para o autor, com o fim da Guerra Fria houve um aumento no número de missões de paz da ONU, que começou a desempenhar um papel importante em questões de paz e segurança. Até 2010, ocorreram 64 missões de paz, quase todas de caráter interestatal. Mas apenas 18 tinham ocorrido antes do colapso da então União Soviética. Depois deste evento, “uma nova era de manutenção da paz tinha começado com as missões multi-componentes autorizadas [...] para o Camboja, Somália, e na área da ex-Iugoslávia” (BAIER, 2010, p. 7). Desde então, as atividades de manutenção da paz pós-Guerra Fria tornaram-se cada vez mais complexas, mais direcionadas para o processo de construção da nação, em vez de simplesmente manter propriamente a paz.

Baier (2010) considera que o mundo está entrando em uma era de novos desafios à segurança, à manutenção da paz e à estabilidade mundial: a população do mundo continua a crescer, aumentando a competição pelo acesso às necessidades básicas, como alimentos e água; problemas ambientais, como desmatamento, erosão do solo, diminuição da disponibilidade de água potável; imigração e urbanização crescente e sem planejamento; problemas de cunho étnico, racial e religioso; e muitos outros desafios em nível internacional e intraestatal.

### 3.3 As operações de paz na doutrina militar do Exército americano

O Exército americano, atualmente, considera como seu conceito operacional as ‘operações no amplo espectro’ (EUA, 2011), isto é, forças terrestres combinam operações ofensivas, defensivas, de estabilidade e de apoio (suporte) civil simultaneamente, buscando tomar, manter e explorar a iniciativa das ações, por meio do emprego de ações sincronizadas, com mínimo risco, para alcançar resultados decisivos (vide figura 12).

Figura 12 - Operações de Amplo Espectro para o Exército americano



Fonte: EUA, 2011, p. 3-1.

Nesse contexto, as operações de estabilidade têm ganhado relevância ao longo da última década, tornando-se “tão ou mais importantes que as operações ofensivas e defensivas” (EUA, 2011, p. ix, tradução nossa), ou seja, o *core* das missões militares dos EUA. Elas criam melhores condições para a interação com a população e com as autoridades locais, ou seja, os militares atuam entre os chamados não-combatentes, dando ênfase em ações não letais e construtivas.

Ainda segundo EUA (2011), tais operações de estabilidade englobam várias outras missões militares e tarefas, como restabelecimento de um ambiente seguro e protegido, segurança e controle civil, prestação de serviços governamentais essenciais e de emergência, reconstrução de infraestrutura, apoio ao desenvolvimento econômico e ajuda humanitária. Mas elas também englobam as operações de paz, que podem estar sendo desenvolvidas no contexto do amplo espectro.

Para EUA (2012b), operações de paz são

“crisis response and limited contingency operations, and normally include international efforts and military missions to contain conflict, redress the peace, and shape the environment to support reconciliation and rebuilding and to facilitate the transition to legitimate governance.” (EUA, 2012b, p. I-1).

A doutrina do Exército americano, em relação aos tipos de operações de paz, segue a mesma classificação feita pela ONU (2008a) e citada anteriormente, conforme mostra a figura 13.

Figura 13 - Tipos de operações de paz para o Exército americano



Fonte: EUA, 2012b, p. I-8.

Tanto no escopo das operações de estabilidade como, por consequência, das operações de paz, ambos os documentos citados acima apresentam a importância da “consciência cultural” e de sua aquisição por ocasião dos treinamentos de preparação para essas operações. Nas primeiras, “consciência cultural” torna o militar mais eficaz quando operando inserido em um ambiente com população estrangeira, e permite que ele utilize a cultura local para melhorar a efetividade das operações (EUA, 2011, p. 3-15). Nas últimas, a “consciência cultural”, juntamente com o respeito mútuo, constitui um de seus fundamentos, considerada ‘chave’ para o sucesso em um ambiente multinacional, sobretudo pelo tratamento dado à população local, com respeito a suas culturas, línguas e costumes (EUA, 2012b, p. I-6).

Conforme citado anteriormente, o Exército americano tem dado uma importância crescente para as operações de estabilidade. E o mesmo ocorre com as operações de paz. Além disso, o ambiente operacional atual é complexo, ambíguo e incerto (EUA, 2012b) e ambas as operações ocorrem em lugares em que a situação política e cultural é altamente fluida e dinâmica. Há, então, uma crescente (e

paralela) necessidade de que a tropa empregada saiba lidar com as diversas variáveis socioculturais, políticas e econômicas que envolvem a população local, tanto no planejamento como na execução das operações.

Nessas operações, a dimensão humana do ambiente operacional tem papel preponderante no planejamento e na execução das ações militares. Desta forma, os conceitos do Terreno Humano, presentes na doutrina militar do Exército americano para as operações contrainsurgência podem perfeitamente ser adaptadas e utilizadas em missões de paz.

Por exemplo, para Baier (2010), a chave para prover o processo de planejamento militar com dados efetivos é permitir que o Escalão Avançado (ADVON, na sigla em inglês) da unidade a ser empregada na missão de paz possa utilizar as ferramentas do Terreno Humano para identificar e entender os “fatores chaves” da sociedade: estrutura social; identidades; cultura; normas de comportamento, normas sociais e sanções; mecanismos de resolução de conflitos; autoridades legítimas; sistema político (formal e informal); sistema econômico (formal e informal); instituições; fatores externos que influenciam o ambiente operacional; demografia; geografia humana (ou cultural); serviços essenciais; fatores religiosos; e atitudes populares.

Assim, o estudo do Terreno Humano pode ser utilizado de forma muito eficaz para operações de paz da ONU,

“[...] can be used to ‘bridge the knowledge gap’ culturally, socially, and linguistically between peacekeeping forces and the local population in order to increase operational effectiveness and helping to prevent the types of miscommunications and mishaps that have unfortunately marred many previous peacekeeping missions”. (BAIER, 2010, p. 21).

Outro dado importante para o autor é que o estudo e análise de lições aprendidas em operações contrainsurgência podem ser inestimáveis para sua aplicação em operações de paz também. Portanto, apesar de serem dois tipos de operações militares diferentes, o elemento crucial em ambas é ganhar a confiança e o apoio da população, que é o centro de gravidade nessas operações.

Outro autor divide a mesma opinião que Baier, ao afirmar que as operações de paz são altamente sensíveis às considerações culturais, compartilham muitas semelhanças com operações contrainsurgência (LEMERANDE, 2011).

Porém, para Lemerande (2011), cuidado especial deve ser dado em relação às informações relevantes sobre o Terreno Humano levantadas no seu estudo, de

modo a evitar sua interpretação e utilização pela inteligência militar. Isso pode gerar confusão sobre as informações e, principalmente, críticas sobre sua validade ética. Em suma, o estudo do Terreno Humano e a aquisição de toda a consciência cultural que ele proporciona podem auxiliar na identificação de linhas de ação que requeiram menos ações militares para cumprir a missão, e ações menos violentas quando forem utilizadas (LEMERANDE, 2011, p. 4).

Outro aspecto ressaltado pelo autor é que o uso de especialistas, cientistas sociais em particular, traz vantagens mais profundas no estudo do Terreno Humano, especialmente em comparação com meios militares orgânicos possíveis de serem utilizados em tal atividade, como por exemplo, as unidades de assuntos civis.

Para atingir os melhores resultados no estudo do Terreno Humano em operações de paz, Lemerande (2011) considera três princípios básicos: demonstrar imparcialidade para com as partes beligerantes, tratá-las respeitosamente, e utilizar o mínimo de força. A imparcialidade está diretamente relacionada à escolha - considerada crítica - do local para onde enviar as forças de paz, especialmente quando se trabalha em ambiente com forças multinacionais ou multiétnicas. O respeito evita a armadilha de se aplicar idéias etnocêntricas, sem que se veja e se compreenda os fatores sociais e psicossociais que se apresentam no ambiente operacional, ou seja, respeitar as diferenças, diminuindo-as, ao mesmo tempo que se acentuam as semelhanças. Já a contenção e o uso mínimo de força podem se dar por meio de linhas de ação menos violentas, ou até mesmo pela diminuição do uso de forças militares em determinadas ações, com a finalidade de retratar os soldados como uma força de paz, e não como invasores.

O autor apresenta também as quatro tarefas mais comuns em operações de paz típicas:

“Of the myriad tasks that may be performed in a typical PO, the most common are to isolate spoilers from the general population, conduct necessary disarmament, provide the atmosphere to allow conflict resolution, and communicate effectively with the population. Taken collectively, these functions form the bedrock for the provision of general security.” (LEMERANDE, 2011, p. 10).

A primeira - identificar e isolar os “insufladores” da população - depende muito do apoio do público já conquistado. Pode ser colocada em prática, por exemplo, no engajamento direto com a população, especialmente por meio de ações cívico- sociais, programas de ajuda médica ou de assistência humanitária.

O desarmamento - segunda tarefa - deve ser não só da população, como também dos beligerantes. É um método efetivo de apoio ao processo de paz e à redução da violência. Contudo, deve ser feita de forma cuidadosa, respeitando as tradições culturais que possam existir. Uma ferramenta importante para essa tarefa é o engajamento com líderes locais, que podem apoiar não apenas essa tarefa específica, como todas as outras. Os líderes são a melhor interface entre as forças e a população em geral.

A terceira tarefa - ambiente favorável à resolução de conflitos - requer, da mesma forma que nas demais tarefas, uma correta consciência cultural do ambiente, de modo a permitir uma maior eficácia na solução dos mesmos. Esse ambiente pode ser conseguido, principalmente, por utilização e valorização das instituições e sistemas locais, o que favorece à legitimidade e à credibilidade das operações de paz.

Porém, já é sabido que conquistar o apoio da população é a chave para o sucesso de uma operação de paz. E para Lemerande (2011), a quarta tarefa é de extrema importância para tal: a capacidade de se comunicar de forma eficaz com a população é que vai favorecer a conquista de seu apoio.

Para cumprir as tarefas supracitadas, e outras relacionadas às operações de paz, o autor reafirma a importância do estudo do Terreno Humano, que “proporciona o *link* vital entre a população e os planejadores militares” (LEMERANDE, 2011, p. 15, tradução nossa). Para ele, os especialistas, isto é, os cientistas sociais, podem contribuir com esse estudo não só por meio da coleta, análise e interpretação dos aspectos do Terreno Humano, mas podem ajudar a medir a eficácia das operações por meio de indicadores de efetividade (MOE, na sigla em inglês), que requeiram uma concepção e uma análise especializadas.

### 3.4 As operações de paz na doutrina militar do Exército Brasileiro

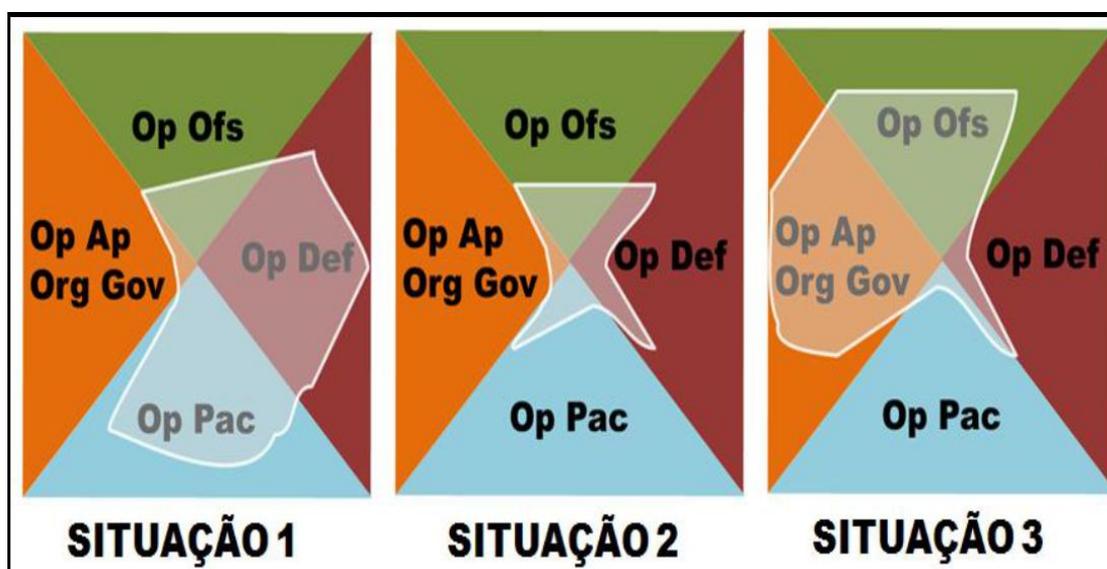
O Exército Brasileiro busca, constantemente, atualizar sua Doutrina Militar Terrestre (DMT). O principal marco dessa recente onda de atualizações doutrinárias ocorreu no início de 2014, com o lançamento de doze manuais contendo uma gama de informações que vão desde os fundamentos e concepções da DMT até o emprego tático da Força Terrestre. A maior parte dessas atualizações foi baseada

em documentos e manuais do Exército americano e em sua doutrina de preparo e emprego.

Assim, muito similar ao que ocorre nos EUA, a DMT brasileira considera que as 'operações no amplo espectro' formam o Conceito Operativo do Exército,

“[...] cujas características são sublinhadas pela combinação, simultânea ou sucessiva, de operações em atitude ofensiva, defensiva, operações de pacificação e/ou de apoio a órgãos governamentais, como emprego de um conjunto interdependente de forças capazes de explorar a iniciativa, aceitar riscos e criar oportunidades para alcançar resultados decisivos.” (BRASIL, 2014b, p. 3-4, grifo nosso).

**Figura 14 - As operações no amplo espectro com sua combinação de atitudes.**



Fonte: BRASIL, 2014b, p. 3-4.

Ainda de acordo com esse documento, devido à complexidade dos ambientes operacionais contemporâneos, marcados pela evidência de novas demandas legais e morais que recaem sobre os comandantes de todos os níveis do TO/A Op, as operações ofensivas e defensivas não bastam para assegurar o êxito da Força Terrestre. Assim, as operações de pacificação, no contexto das Operações no Amplo Espectro, têm sido uma alternativa que tem trazido resultados concretos.

De acordo com a nova doutrina, as operações de pacificação

“compreendem o emprego do Poder Militar na defesa dos interesses nacionais, em locais restritos e determinados, por meio de uma combinação de atitudes coercitivas limitadas para restaurar ou manter a ordem pública ou a paz social, ameaçadas por grave e iminente instabilidade institucional ou atingidas por calamidades de grandes proporções, provocadas pela natureza ou não, e de ações construtivas, para apoiar esforços de estabilização, de reconstrução, de restauração e/ou de consolidação da paz.” (BRASIL, 2014b, p. 4-19).

Tais operações favorecem a reconciliação entre inimigos locais ou regionais e ajudam a restabelecer instituições políticas, jurídicas, sociais e econômicas. Podem ser desenvolvidas, sob a égide de organismos internacionais, em uma nação estrangeira, ou em situações de emergência nacional, dentro do próprio país, mas em ambos os casos englobam ações, missões e atividades militares, em coordenação com outros vetores civis e militares.

Quando desencadeadas no exterior, como o caso que será visto a seguir, as operações de pacificação se caracterizam pela atuação de elementos da Força Terrestre em áreas previamente definidas, e são fundamentadas por diplomas de organismos de segurança internacionais, dos quais o Brasil é signatário, os quais respaldam o emprego das Forças Armadas, em ações julgadas necessárias para manter ou restabelecer a paz e a segurança internacionais.

Normalmente, são realizadas no contexto de Operações de Paz (Op Paz) e são empregadas quando a Organização das Nações Unidas, por intermédio de um mandato expedido pelo seu Conselho de Segurança (CSONU). Nesses casos,

“[...] têm sido tradicionalmente associadas ao Capítulo VI da Carta das Nações Unidas. Pode-se também decidir pela invocação do Capítulo VII da Carta para autorizar a implantação de Op Paz das Nações Unidas em um ambiente devastado por conflitos, onde o Estado é incapaz de manter a segurança e a ordem pública e de criar as condições para restabelecer as bases para uma paz sustentável.” (BRASIL, 2014b, p. 4-20).

Ainda nesse contexto, as operações se desenvolvem em um ambiente multinacional e interagências, com peculiaridades geográficas, culturais, logísticas e operativas próprias, onde “a necessidade de produção do conhecimento sobre o terreno físico e humano é presente” (BRASIL, 2014b, p. 4-20, grifo nosso) e constante. Esta referência ao Terreno Humano citada previamente é a única que aparece diretamente ligada às operações de pacificação ou operações de paz no manual contendo a atualização doutrinária.

Com a entrada em vigor neste ano de uma nova DMT brasileira, baseada no conceito das operações no amplo espectro, um novo manual para tratar exclusivamente de operações de pacificação (e, conseqüentemente, de operações de paz), tornou-se necessário. Tal documento encontra-se em desenvolvimento no Estado-Maior do Exército, por intermédio do Centro de Doutrina do Exército, e contou com a contribuição de um projeto interdisciplinar realizado pela Escola de Comando e Estado-Maior do Exército ao longo do corrente.

Mais especificamente sobre as operações de manutenção da paz, englobadas pelas operações de paz, conforme visto anteriormente, o manual de campanha do exército em vigor<sup>28</sup> no momento necessita de revisão e atualização em face dos conceitos trazidos por essa nova doutrina. Porém, este manual segue os conceitos e princípios expressos nos documentos da ONU sobre o tema, especialmente a Carta das Nações Unidas (1945) e a *Capstone Doctrine* (2008a). Assim, manutenção da paz

“Constitui-se no emprego de pessoal militar, policial e civil para auxiliar na implementação de acordos de cessação de hostilidades celebrados entre as partes em litígio. Os seus princípios básicos são: o consentimento das partes, a imparcialidade, o uso mínimo da força limitado à autodefesa, e o caráter voluntário da participação dos Estados-Membros [...] um instrumento de gerenciamento, por terceiros, de conflitos entre Estados ou no território de um determinado Estado, por meio de intervenção internacional não violenta, voluntária, pautada pela imparcialidade e consentida pelo Estado ou Estados anfitriões”. (BRASIL, 1998, p. 3-2, grifo nosso).

Em qualquer tipo de operação de paz da ONU, os militares também enfrentam o desafio de lidar com culturas, interesses, crenças, valores e tradições da população local durante a execução da sua missão.

“Antes do desdobramento numa missão [...] de paz, todo o pessoal deve se familiarizar com a história, costumes, tradições e práticas religiosas do país anfitrião e áreas vizinhas. Não raro, pode ser extremamente difícil lidar com diferenças culturais, como por exemplo, alimentação, língua (e/ou dialetos), clima, etc. Nesse contexto, é fundamental ter-se em mente que o respeito, a tolerância, o entendimento e a flexibilidade são essenciais à adaptação à nova cultura”. (BRASIL, 1998, p. 4-8).

Também segundo Brasil (1998, p. 4-8), para o planejamento e a execução de uma operação de manutenção da paz deve-se levar em conta os aspectos relacionados à população do país apoiado.

“Antes do desdobramento numa missão de manutenção de paz, todo o pessoal deve se familiarizar com a história, costumes, tradições e práticas religiosas do país anfitrião e áreas vizinhas. Não raro, pode ser extremamente difícil lidar com diferenças culturais, como por exemplo, alimentação, língua (e/ou dialetos), clima, etc. Nesse contexto, é fundamental ter-se em mente que o respeito, a tolerância, o entendimento e a flexibilidade são essenciais à adaptação à nova cultura”. (BRASIL, 1998, p. 4-8).

Além dos aspectos socioculturais locais, é considerado da maior importância, o adequado comportamento individual do pessoal da missão, quando interagindo com a população e autoridades locais, e, principalmente, com os partidos em conflito.

---

<sup>28</sup> - Manual de Campanha C 95-1 - Operações de Manutenção da Paz, 2. ed., 1998.

Porém, o documento acima citado, por estar desatualizado, carece de maiores informações sobre o estudo dos aspectos culturais e psicossociais nas operações de manutenção da paz, ou dos aspectos relativos ao Terreno Humano, necessários ao planejamento das operações militares, uma vez que esse conceito só 'entrou' oficialmente na DMT com a publicação das atualizações, feita nesse ano.

### 3.5 O Terreno Humano nas Operações de paz: o caso da MINUSTAH

#### 3.5.1 Haiti, ONU, MINUSTAH e Brasil

Segundo Sotomayor (2014), a ONU tornou-se ativamente envolvida com a situação no Haiti em junho de 1990, após o governo provisório do país, tendo à frente a Sra. Ertha Pascal-Trouillot<sup>29</sup>, pedir formalmente à Nações Unidas para observar o processo eleitoral, incluindo a elaboração de planos de segurança eleitoral e na observação de sua implementação. O pedido foi um dos primeiros atos do governo provisório que assumiu o comando do país em março 1990, em meio a uma crise política, econômica, social e institucional.

Então, a Assembleia Geral aprovou a resolução 45/2, de 10 de outubro de 1990, estabelecendo o Grupo de Observadores das Nações Unidas para a Verificação das Eleições no Haiti (ONUVEH, na sigla em inglês), chefiado pelo representante pessoal do Secretário-Geral para o Haiti, o brasileiro João Augusto de Médicis. A missão foi bem sucedida e permitiu a eleição do Sr. Jean-Bertrand Aristide.

Mas em 1991, um golpe de Estado liderado pelo tenente-general Raoul Cédras acabou com o regime democrático. As Nações Unidas e a Organização dos Estados Americanos (OEA) condenaram o golpe e criaram uma missão conjunta - a Missão Civil Internacional no Haiti (MICIVIH, na sigla em francês) - implantada em 1993 para monitorar e investigar as violações dos direitos humanos. Além disso, ainda em 1993, o CSONU autorizou os Estados-Membros a formar uma força

---

<sup>29</sup> - Após os governos ditatoriais de François Duvalier (Papa Doc), entre 1957 e 1971, e de seu filho Jean-Claude Duvalier (Baby Doc) entre 1971 e 1986, o Haiti vivenciou um período de instabilidade política, com uma sucessão de governos provisórios, dentre eles o da presidente Ertha Pascal-Trouillot, e de golpes militares. Disponível em: <http://www.un.org/en/peacekeeping/missions/past/unmihbackgr1.html>. Acesso em: 22 de setembro de 2014.

multinacional - a Missão das Nações Unidas no Haiti (UNMIH, na sigla em inglês) - com 20000 homens, para depor a junta militar do governo do Haiti, facilitar o retorno ao regime democrático e promover o estado de direito, mantendo um ambiente seguro e estável. A força multinacional foi seguida por uma série de missões de paz das Nações Unidas no país, desde 1994 até 2000: a Missão de Apoio das Nações Unidas ao Haiti (UNSMIH, na sigla em inglês), a Missão de Transição das Nações Unidas no Haiti (UNTMIH, na sigla em inglês), e a Missão de Polícia Civil das Nações Unidas no Haiti (MIPONUH, na sigla em francês) (ONU, 2003b).

Para Sotomayor (2014), a UNMIH obteve certo sucesso, permitindo o retorno ao poder de Aristide, que governou o país entre 1994 e 1996, e novamente entre 2001 e 2004. Mas em fevereiro de 2004, a violência recomeçou nas cidades de Gonaïves, com as forças rebeldes anti-Aristide, e de Port-au-Prince, onde gangues armadas aterrorizavam a população. Gradualmente, os insurgentes assumiram o controle da maior parte do norte do país.

Na tentativa de conter a crescente onda de violência entre os apoiadores de Aristide e seus oponentes, e uma possível escalada para a guerra civil, o CSONU autorizou uma Força Interina Multinacional (MIF, na sigla em inglês) sob o capítulo VII da Carta das Nações Unidas, por meio da Resolução Nº 1529, de 29 de fevereiro de 2004. A MIF teria duração de três meses e seria liderada pelos EUA, contando ainda com tropas do Canadá, França e Chile.

No mesmo ano, no dia 30 de abril, o CSONU aprovou a Resolução Nº 1542, instituindo a Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH, na sigla em francês) para, sob o capítulo VII da Carta das Nações Unidas, assumir o lugar da MIF de 1º a 30 de junho de 2004. A missão foi criada com um complexo mandato que incluía diversas atribuições para restaurar o ambiente seguro e estável, apoiar o desenvolvimento do processo político e a garantir o respeito aos Direitos Humanos.

“[...] MINUSTAH will consist of a civilian and a military component in accordance with the Secretary-General’s report on Haiti (S/2004/300): a civilian component will include a maximum of 1,622 Civilian Police, including advisers and formed units and a military component to include up to 6,700 troops of all ranks; and requests further that the military component report directly to the Special Representative through the force commander [...]” (ONU, 2004, p. 2).

Assim, o Brasil assumiu a liderança do componente militar da missão, não só enviando a maior parte das tropas, como indicando o primeiro comandante da

missão (Force Commander), o General Augusto Heleno Ribeiro Pereira. Os trabalhos iniciais de planejamento foram realizados para o emprego de uma tropa de cerca de 450 homens (uma companhia independente). Posteriormente, o planejamento evoluiu para o emprego de uma força valor brigada a dois batalhões, sendo um do Exército Brasileiro e um do Corpo de Fuzileiros Navais da Marinha do Brasil, além de outros destacamentos de tropas especializadas, como de Forças Especiais, de Operações Psicológicas, de Inteligência, de Saúde e de Comunicação Social, totalizando o efetivo de 1200 homens (BRASIL, 2004b).

**Tabela 15: Efetivo previsto para o 1º contingente brasileiro da MINUSTAH.**

	<b>Comando e Estado-Maior*</b>	<b>Tropa</b>	<b>Total</b>
<b>EXÉRCITO</b>	203	750	953
<b>MARINHA</b>	21	225	246
<b>AERONÁUTICA</b>	1	-	1
<b>TOTAL</b>	220	980	<b>1200</b>
* - Incluindo o efetivo da Companhia de Comando e Logística, subunidade responsável pelo apoio logístico e de serviços ao comando e ao estado-maior.			

Fonte: BRASIL, 2004b, p. 3, adaptado pelo autor.

O deslocamento para a área de operações no Haiti pelo contingente brasileiro foi realizado em quatro escalões, com o escalão precursor partido em 28 de maio com 42 militares a bordo.

### 3.5.2 O Terreno Humano na MINUSTAH

Mediante a supervisão do MD, definiu-se um Grupo de Trabalho para o planejamento e a preparação do contingente brasileiro na MINUSTAH, cuja coordenação ficou a cargo da 2ª subchefia do Comando de Operações Terrestres (COTER). Dentre os participantes, um militar do exército ficou responsável pela condução dos estudos de operações psicológicas, de inteligência e de comunicação social (BRASIL, 2004b).

Para o 1º contingente, os dados relativos aos aspectos psicossociais da população haitiana foram extraídos do LEA existente no Centro de Inteligência do

Exército (CIE). Como tal documento está classificado como reservado, não foi possível citar neste trabalho tais aspectos.

Mas mesmo sem acesso ao documento, foi verificado que alguns aspectos do LEA não apresentavam detalhes relevantes ao planejamento das operações, dando a impressão de que só foram percebidos após a chegada da tropa no Haiti, como pode ser visto nesse trecho desse outro documento:

“O quadro atual no país – particularmente em Porto-Príncipe - é de roubos, assaltos, seqüestros [sic] e narcotráfico. Verifica-se a aparente transformação dos grupos rebeldes, de cunho político, como os Chimeres, em bandos armados e gangues dedicadas agora ao crime e à violência urbana. Este quadro faz com que a missão da [Brigada] assemelhe-se a uma missão de GLO.” (BRASIL, 2004b, p. 5).

Além disso, outro aspecto do Terreno Humano foi ressaltado quando foi demonstrada a preocupação por parte do comando da brigada brasileira quanto à possibilidade de se gerar na população local uma expectativa frustrada em relação às reais capacidades logísticas da tropa em manter a ajuda humanitária que vinha sendo prestada pela MIF.

“O [comandante] tem enfatizado a preocupação quanto à possibilidade de gerar-se na população uma expectativa frustrada, caso o contingente brasileiro não dê continuidade às tarefas de ajuda humanitária realizadas pela MIF e que implicam capacidade logística de que nossa tropa não é dotada.” (BRASIL, 2004b, p. 5).

Outras referências aos aspectos psicossociais foram feitas, também indiretamente, quando esse mesmo documento apontou duas necessidades, dentre várias, de ajustes para a condução das operações: a definição de como seriam as relações com a Polícia Nacional do Haiti; e a necessidade de se contratar intérpretes do idioma *creole*, falado no Haiti, para permitir a comunicação com líderes e autoridades locais.

Fora essas referências ao Terreno Humano, ainda que feitas de forma indireta como aspectos psicossociais do LEA, foi registrada em uma versão anterior do documento (BRASIL, 2004a) uma dificuldade de coordenação inicial devido à falta de uma metodologia de planejamento antecipado ou inopinado para operações de paz, e de uma concepção de emprego das tropas nesse tipo de operação, o que pode ter afetado de alguma forma o estudo e a atualização daqueles aspectos.

Um terceiro documento, confeccionado pelo Centro de Preparação e Avaliação para Missões de Paz do Exército Brasileiro (CEPAEB), apresentou uma apreciação (como em um relatório), da atuação do 1º Contingente brasileiro na

MINUSTAH (BRASIL, 2004c), com os objetivos de identificar aperfeiçoamentos a serem implementados no 2º Contingente, de compor o banco de dados de lições aprendidas do COTER, e de propor soluções para aperfeiçoar a participação do EB em futuras operações de paz.

Tal documento inicia com uma referência à complexidade do ambiente operacional, incluindo as condicionantes sociais: “A MINUSTAH é considerada uma missão de caráter complexo, em razão da natureza do conflito e das condicionantes econômicas, sociais e geográficas” (BRASIL, 2004c, p. 2).

Porém, ao longo do seu desenvolvimento e, principalmente, na sua conclusão, onde foram apresentados os fatores preponderantes que afetavam o cumprimento da missão, o documento não faz mais nenhuma referência aos aspectos do Terreno Humano. Foram feitas apenas quatro observações na parte final da apreciação que, de alguma forma, tem alguma relação com os aspectos psicossociais: a necessidade de se ter oficiais com fluência no idioma inglês e/ou francês, em condições de estabelecer contato com autoridades da ONU e locais; a necessidade de reforçar o efetivo de pessoal da seção de inteligência, para melhorar a capacidade de busca de dados e produção de conhecimentos relativos ao ambiente operacional; a necessidade de se ter outros militares ou intérpretes do idioma *creole* nas patrulhas, devido ao contato direto com a população; e por fim, e a mais relevante das observações, a necessidade de melhorar a consciência cultural da tropa, pois “a [brigada] ressentiu-se na fase de seu preparo de uma melhor ambientação sobre aspectos dos hábitos e cultura da população local” (BRASIL, 2004c, p. 8).

Fruto das observações citadas pela apreciação do 1º contingente, o CEPAB propôs a criação e execução, já para o ano de 2005, do Curso Básico de Operações de Paz, com duração de uma semana, para os oficiais das três Forças e outros órgãos governamentais, que exercem funções em missões de paz, e o Curso de Oficial de Estado-Maior de Força de Paz, com duração de duas semanas, destinado a oficiais designados para estados-maiores da Força de Paz, nível batalhão e brigada.

Seguindo na pesquisa dos demais relatórios dos contingentes brasileiros da MINUSTAH, a documentação pesquisada sobre o 2º, 3º, 4º, 5º, 6º e 7º contingentes possuía classificação sigilosa, impedindo que fosse possível registrar nessa pesquisa os seus dados. Contudo, o relatório do 8º contingente (dezembro de 2007

a junho de 2008) não recebeu classificação sigilosa. Assim, foi possível verificar o registro de ações de

“inteligência pró-ativa, voltada [...] para o panorama geral da conjuntura política e social do HAITI [proporcionando] um melhor conhecimento das características da área de responsabilidade do Batalhão, da força adversa e de aspectos culturais do Haiti.” (ONU, 2008b, p. 3, grifo nosso).

O acompanhamento dessas conjunturas permitiu que o batalhão brasileiro (BRABAT, na sigla em inglês) se antecipasse aos fatos que convulsionaram a ordem pública no Haiti em abril de 2008, convocando reuniões com os líderes locais no intuito de evitar as manifestações violentas. Ademais, foi realizado (possivelmente pela primeira vez) o delineamento do perfil desses líderes comunitários, bem como suas inclinações e ligações.

O relatório registrou ainda que a presença de militares fluentes em francês permaneceu como uma necessidade a ser implementada, pois apesar das reuniões de coordenação serem conduzidas em inglês e francês, este idioma permite um melhor contato com lideranças, com colaboradores e com a população local. Logo, o idioma continuou a ser apontado como um dos grandes limitadores da missão (ONU, 2008b).

O comando do contingente relatou também que as ações cívico-sociais realizadas tanto pelo BRABAT (71 ações), como pelo Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais (GptOpFuzNav) (10 ações), propiciaram um maior estreitamento de relações com a população local e, conseqüentemente, melhoraram o nível de confiança da população nas tropas brasileiras. Para ONU (2008b), a identificação do perfil do haitiano foi fundamental para o desenvolvimento das operações e para adquirir a confiança da população local no trabalho da MINUSTAH.

A documentação pesquisada sobre o 9º contingente, que operou entre junho e dezembro de 2008, também não recebeu classificação sigilosa. Assim, foi possível verificar algumas referências, ainda que indiretas, ao estudo do Terreno Humano. A primeira foi uma observação feita pela chefia da seção de inteligência do BRABAT de que a quantidade de militares da seção responsáveis pela coleta de dados oriundos de fontes humanas não era suficiente pelo grande volume e pela complexidade do trabalho (ONU, 2008c).

A segunda observação foi em relação aos idiomas inglês, francês e *creole*. A quantidade de militares habilitados nesses idiomas e em condições de estabelecer uma conversação é praticamente nula, havendo a necessidade de utilização de

intérpretes. Isso dificulta o contato direto com agências e órgãos da ONU ou de outros países (inglês e francês), com autoridades haitianas (francês e *creole*) e, principalmente, com a população e lideranças locais (*creole*). Mesmo com a missão estando no 9º contingente, a problemática do idioma continuou sendo um fator de dificuldade para o estudo do Terreno Humano.

A terceira observação disse respeito à importância das reuniões da seção de operações do BRABAT com autoridades e lideranças locais para tratar de diversos assuntos, principalmente os afetos à população, seus hábitos, anseios e necessidades.

“As reuniões coordenadas pelo Civil Affairs da MINUSTAH ocorrem no Forte Nacional, quinzenalmente, e no Ponto Forte 16, semanalmente. Os assuntos tratados nessas reuniões estão voltados para a qualidade de vida dos habitantes e propostas de melhorias. As reuniões são um excelente modo de coletar informações sobre atuação de gangues e mudanças de hábitos na população.” (ONU, 2008c, p. 19, grifo nosso).

A quarta e última observação constante do relatório fez referência à mudança de ambiente no Haiti devido aos quatro anos de trabalho da MINUSTAH e à pacificação de diversas áreas de operações, especialmente a melhoria da situação social, o que permitiu uma maior interação entre a tropa e a população local, na busca da conquista de “corações e mentes”.

“O momento sócio-político [sic] vivido no Haiti, atualmente, requer uma maior atenção no aspecto assistencial às comunidades. O incremento das atividades de CIMIC<sup>30</sup> auxilia na redução da violência social e apoia também a realização de outras atividades militares. [...] a melhoria da situação social no Haiti tem demandado um incremento das [atividades] CIMIC, assistenciais e humanitárias à população.” (ONU, 2008c, p. 33).

No prosseguimento da pesquisa, foi verificado que a documentação sobre os BRABAT do 10º e 11º contingentes também recebeu classificação sigilosa, impedindo sua citação neste trabalho.

Segundo um relatório da Subchefia de Logística Operacional do Ministério da Defesa sobre a participação brasileira na MINUSTAH (BRASIL, 2013), em 12 de janeiro de 2010, um terremoto devastador de 7.0 graus na escala Richter atingiu o Haiti, principalmente a região de Porto Príncipe, deixando um saldo aproximado de 220.000 mortos, incluindo 96 soldados das Nações Unidas (dentre eles, 18 militares

---

<sup>30</sup> - “A cooperação civil-militar (CIMIC, sigla em inglês) compreende as atividades militares de apoio, desenvolvidas por tropas não especializadas, nas operações terrestres desencadeadas em território nacional ou no exterior, para fortalecer o relacionamento entre forças militares, autoridades civis e a população nativa da área sob a responsabilidade de uma autoridade militar, a fim de contribuir para o cumprimento da missão de um contingente militar e garantir um ambiente seguro e estável.” (BRASIL, 2014b, p. 7-22).

brasileiros). O terremoto representou um golpe duro para a economia e para a infraestrutura do país.

O 12º contingente brasileiro já tinha iniciado o seu rodízio em substituição ao 11º contingente, que estava no Haiti. Neste meio tempo, a ONU solicitou o envio de outro contingente (mais um batalhão) para auxiliar nos trabalhos de segurança e ajuda humanitária no Haiti.

“O Conselho de Segurança da ONU, em sua resolução 1908 de 19 de janeiro de 2010, referendou a recomendação do Secretário-Geral de aumentar a dotação geral da MINUSTAH com o fim de apoiar o trabalho imediato para a recuperação, reconstrução e estabilidade do país.” (BRASIL, 2013, p. 1).

Desta forma, o Brasil enviou também no 12º contingente o segundo Batalhão de Força de Paz (BRABAT 2), que se juntou ao primeiro batalhão (designado a partir de então de BRABAT 1).

Infelizmente, os documentos relativos ao preparo e os relatórios de emprego desses batalhões, do 12º ao 16º contingentes, possuíam classificação sigilosa, impedindo que fosse possível registrar nessa pesquisa os seus dados. Da mesma forma, a documentação sobre o preparo e o emprego do BRABAT 1 do 17º contingente também estavam na mesma situação.

Contudo, o relatório do BRABAT 2 do 17º contingente (BRABAT 2/17), que operou entre dezembro de 2012 a abril de 2013, não recebeu classificação sigilosa (ONU, 2013). Curiosamente, esse relatório foi o que mais apresentou dados, diretos e indiretos, sobre o Terreno Humano no Haiti.

Primeiramente, foi possível observar que a percepção de segurança da população foi afetada devido a “uma substancial degradação no quadro de segurança pública, com um acentuado aumento do número de mortes violentas na cidade de Porto Príncipe” (ONU, 2013, p. 3). Tal degradação vinha ocorrendo desde o terremoto de 2010, mas foi relatada agora pela primeira vez.

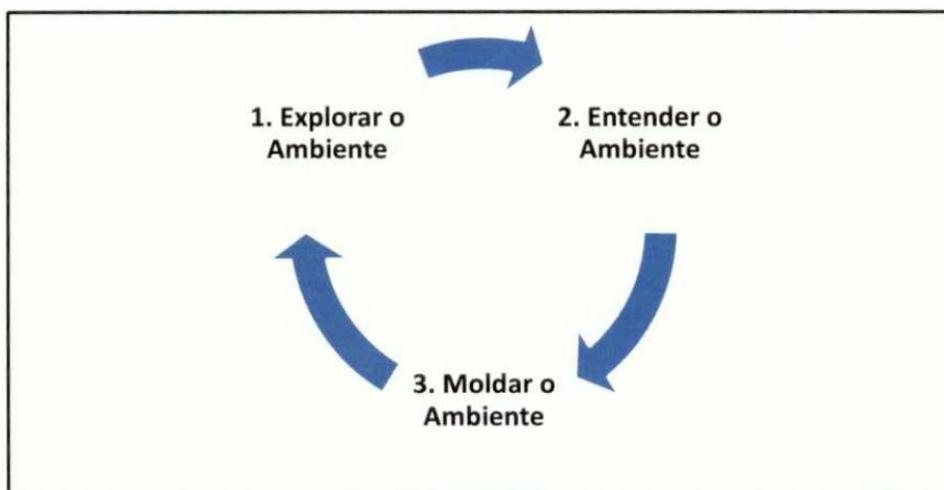
Em segundo lugar, foi verificado que o comando do BRABAT 2 deu ênfase nos procedimentos e na conduta da tropa no trato com a população, incluindo uma maior fiscalização, no terreno, dessa conduta.

Em terceiro, foi verificado que o apoio médico oferecido aos haitianos, especialmente durante as ações cívico-sociais (ACISO), “contribuiu sobremaneira para fortalecer os vínculos com a comunidade local e ampliar o apoio da população” (ONU, 2013, p. 5).

O relatório citado foi o primeiro documento sobre o emprego dos batalhões brasileiros dos diversos contingentes que fez menção direta sobre o Terreno Humano. O interessante é que no momento em que foi escrito (abril de 2003), ainda não havia, oficialmente, nenhuma referência sobre o assunto na DMT brasileira. O que havia até então era a NCD do CDoutEx, de 2012, e a NCD da ECEME, de 2011, ambas já apresentadas no capítulo 2 deste trabalho. Todas as referências ao Terreno Humano foram feitas na parte dos ‘ensinamentos colhidos e avaliação dos resultados’ do relatório. A primeira referência foi na concepção geral do emprego do BRABAT 2/17

“Admitindo que o ambiente operacional se caracteriza pela volatilidade, complexidade e ambiguidade, as operações do BRABAT 2/17 foram concebidas de acordo com as ações abaixo nominadas: 1) Explorar o ambiente - coleta de dados de inteligência e familiarização da tropa aos terrenos fisiográfico e humano. 2) Entender o ambiente - esforço para compreender as complexas relações sociológicas existentes no interior da AOR<sup>31</sup> do [batalhão], destacando o papel dos líderes locais e a atuação de grupos armados potencialmente aptos a comprometer a segurança e a estabilidade do ambiente. 3) Moldar o ambiente - combinação de ações de efeito cinético e não cinético, a fim de alcançar o estado final desejado.” (ONU, 2013, p. 9, grifo nosso).

**Figura 15: Concepção de emprego do BRABAT 2/17.**



Fonte: ONU, 2013, p. 9.

Outra referência ao Terreno Humano apareceu quando o relatório fez menção ao centro de gravidade<sup>32</sup> das operações no Haiti, definido pelo *Force Commander* e

<sup>31</sup> - AOR: Área de responsabilidade, na sigla em inglês. Tem relação com a Zona de Ação (Z Aç), área onde se desenvolvem as operações militares sob responsabilidade do batalhão.

<sup>32</sup> - “O Centro de Gravidade (CG) é o ponto essencial de um Estado (ou causa que sustenta uma vontade política), de forças militares ou de sistemas diversos, cujo funcionamento é imprescindível à

seu estado-maior: ‘a percepção do valor da MINUSTAH e de suas tropas para a população haitiana’. Tal centro de gravidade escolhido mostrou a importância da dimensão humana do ambiente operacional haitiano, e de seus fatores operacionais diretamente ligados a essa dimensão, especialmente o psicossocial.

Com base no centro de gravidade estabelecido pelo *Force Commander*, o comando do BRABAT 2/17 priorizou as ações militares nos menores escalões, como os grupos de patrulhas. Tal fato se deu em virtude de que esses pequenos grupos, atuando isoladamente em suas missões de patrulhamento a pé, tinham melhores condições de interagir com a população local, a fim de angariar-lhe o apoio. “Assim sendo, o [comando] do [batalhão] procurou incutir nos escalões subordinados a ideia de que cada patrulha deveria ser entendida como uma ‘incursão no terreno humano’” (ONU, 2013, p. 11).

Uma terceira e última referência ao Terreno Humano foi no item sobre ‘inteligência etnográfica’.

“O ambiente operacional na capital haitiana se caracteriza por sua complexidade, ambiguidade e volatilidade. Interpretar ‘a lógica que existe por trás do caos’ da sociedade local revela-se uma tarefa difícil. Ademais, persiste a tendência natural de iniciar uma leitura do ambiente operacional a partir de uma comparação Haiti - Brasil. Quase sempre, essa heurística conduz ao viés de se focar as semelhanças entre as duas sociedades, enquanto o correto deveria ser destacar, justamente, suas diferenças.” (ONU, 2013, p. 8).

Devido à complexidade, ambiguidade e volatilidade do ambiente operacional haitiano, conforme citado acima, especialmente em sua dimensão humana, o comando do BRABAT 2 “identificou uma deficiência significativa no conhecimento etnográfico da sociedade haitiana e seus efeitos deletérios sobre as operações” (ONU, 2013, p. 8).

A fim de reduzir essa deficiência e melhorar a consciência cultural do comando do batalhão, “o estado-maior contou [...] com o apoio do antropólogo Pedro Braun, pesquisador do Museu Nacional da UFRJ e prestador de serviço da ONG Viva Rio em Porto Príncipe” (ONU, 2013, p. 8).

Assim, pela primeira vez o Exército Brasileiro, por meio do BRABAT 2/17, utilizou em operações reais - nas operações de paz do Haiti - o apoio de um antropólogo para apoiar e assessorar o comando e o estado-maior do batalhão no estudo do Terreno Humano, conforme o preconizado pela doutrina militar do exército

---

sobrevivência do conjunto. Os CG não se limitam a forças militares e servem como fonte de energia que fornece força moral ou física, liberdade de ação ou vontade de agir.” (BRASIL, 2014b, p. 5-5).

americano, apresentada no capítulo 1 deste trabalho. “Tal apoio evoluiu para uma importante parceria que permitiu [...] retomar o contato com líderes locais e realizar uma série de atividades que objetivaram ampliar o apoio da população” (ONU, 2013, p. 8).

Como um exemplo do ineditismo desse tipo de assessoramento, foi feita uma classificação do apoio da população das diversas áreas de operações do batalhão, baseada nas suas atitudes em relação à presença militar, como pode ser vista na tabela abaixo.

**Tabela 16: Apoio da população - posturas e atitudes.**

<b>Postura da população local</b>	<b>Atitude da população</b>
<b>I. Hostil</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Reprovação da maioria da população à atuação da tropa.</li> <li>- Envolvimento direto e sistemático de, pelo menos, uma parcela da população em atos hostis.</li> <li>- Oposição dos líderes locais.</li> </ul>
<b>II. Neutra</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Indiferença da população em relação à atuação da tropa.</li> <li>- Baixo nível de interação entre a tropa e a população local.</li> <li>- Nenhum envolvimento dos líderes locais.</li> </ul>
<b>III. Apoio passivo</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Aquiescência à presença militar.</li> <li>- Manifestações isoladas de apoio aos soldados.</li> <li>- Não envolvimento da população local nas ações empreendidas pela tropa (ausência de parcerias e projetos em conjunto).</li> <li>- Pequeno envolvimento dos líderes locais.</li> </ul>
<b>IV. Apoio ativo</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Concordância da maioria da população em relação à presença da tropa e aos objetivos militares.</li> <li>- Engajamento e comprometimento direto de, pelo menos, uma parcela da população com as ações da tropa.</li> <li>- Envolvimento direto dos líderes locais e formação de parcerias sólidas.</li> <li>- Manifestações espontâneas de apoio à tropa.</li> <li>- Elevado nível de interação entre a tropa e a população local.</li> </ul>
<b>V. Ambivalente</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Segmentos distintos de uma mesma população assumem posturas notadamente diferenciadas.</li> </ul>

Fonte: ONU, 2013, p. 10.

Com base na classificação elaborada, o comando do BRABAT 2/17 pode fazer uma análise sobre o apoio da população no interior da AOR, no intuito de alcançar o centro de gravidade das operações estabelecido pelo *Force Commander*.

“Na avaliação do [comando] do BRABAT 2/17, o apoio da população no interior da AOR do [batalhão] encontrava-se, em dezembro de 2012, entre ‘população neutra’ e ‘apoio passivo’. Dessa forma, esforços foram envidados com o propósito de se alcançar o patamar de ‘apoio ativo’. Ao término de 4 meses de operações, algumas manifestações de ‘apoio ativo’ puderam ser observadas, indicando uma ampliação do apoio popular. Credita-se essa melhora, sobretudo, às ações empreendidas junto aos líderes locais. Todavia, não foi possível, em virtude da premência de tempo, caracterizar efetivamente a conquista do apoio ativo da população. [...] o

verdadeiro apoio ativo da população não pode ser obtido senão por intermédio de seus líderes naturais.” (ONU, 2013, p. 11).

Na parte final do relatório, foi apresentada a informação de que a aprovação pública à presença da tropa brasileira tinha aumentado em toda a AOR após a atuação do batalhão, sobretudo em virtude dos esforços despendidos junto aos líderes locais. É possível inferir, então, que a concepção de emprego da tropa, a ênfase no emprego dos pequenos grupos de patrulha para contato direto com a população e o apoio do antropólogo no estudo e análise do Terreno Humano podem ter contribuído para o sucesso do BRABAT 2/17. Porém, nenhuma medição estatística foi realizada para verificar em que medida esses fatores relacionados ao Terreno Humano contribuíram para tal sucesso.

Foi possível pesquisar também alguns documentos não classificados da fase de preparo dos contingentes brasileiros da MINUSTAH. O primeiro deles é uma coletânea de melhores práticas<sup>33</sup> do preparo de unidades militares para comporem forças de paz, até janeiro de 2012. Tal documento foi concebido para subsidiar o treinamento de futuros contingentes.

“Durante a Fase do Emprego, particularmente durante as operações, observa-se que o correto entendimento da cultura haitiana é um fator que possibilita melhor comunicação com a população, potencializando a sua cooperação com as nossas tropas. Melhor Prática: prever, desde o início do preparo, a cargo do G2<sup>34</sup>, [...] instruções sobre os aspectos históricos, culturais e psicossociais do Haiti.” (BRASIL, 2012b, p. 8, grifo nosso).

Assim, é possível verificar que, mesmo em 2012, após quase oito anos de MINUSTAH, ainda era relatada a necessidade de se preparar as tropas com informações sobre os aspectos históricos, culturais e psicossociais do Haiti, a despeito da importância do entendimento desses aspectos para um melhor entendimento do Terreno Humano do ambiente operacional haitiano, e para um melhor contato com a população local e suas lideranças. Talvez por isso o comando do BRABAT 2 do 17º contingente tenha dado uma ênfase maior no contato com a população e na percepção desta em relação às tropas brasileiras, como foi visto anteriormente.

---

<sup>33</sup> - O conteúdo dessa coletânea foi extraído das seguintes fontes: Relatórios existentes dos Cmt de OM F Paz do Brasil nas Missões de Angola, Moçambique, Timor Leste e Haiti; Relatórios dos Cmt OM F Paz dos Contingentes Brasileiros na Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH); e Palestras Finais do Preparo das OM F Paz dos 13º e 15º Contingentes Brasileiros na MINUSTAH (BRASIL, 2012b).

<sup>34</sup> - O G2 é o oficial de inteligência do estado-maior do batalhão de força de paz.

O segundo documento é um quadro de trabalho semanal (QTS) do Estágio de Preparação para Comandantes de Organização Militar e Estado-Maior (EPCOEM) do BRABAT do 21º contingente, realizado pelo Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB). Nele, os comandantes e seus estados-maiores participam de instruções sobre o ambiente operacional da missão, as operações de paz da ONU e outras instruções técnicas e táticas (BRASIL, 2014d).

Dentre os diversos assuntos ministrados nesse estágio, uma parte está relacionada ao *Core Pre-deployment Training Materials* (CPTM). Tais materiais

“represent the essential knowledge required by all peacekeeping personnel – military, police or civilian – to function effectively in a United Nations (UN) peacekeeping operation. The materials should be used as the core resource for any UN pre-deployment training course.” (ONU, 2009, p. 1).

Assim, as Forças Armadas brasileiras, particularmente o exército, têm a obrigação de preparar seus comandantes e suas tropas para atuarem em operações de paz em nome da ONU, conforme as regras e o mandato da instituição. Para isso, utilizam o CPTM para prover aos *peacekeepers*<sup>35</sup> um entendimento geral não só dos princípios básicos dessas operações de paz, como dos valores principais da ONU (*UN Core Values*<sup>36</sup>), a fim de atuarem com coerência e eficiência.

As instruções sobre o ‘respeito à diversidade’, constantes da parte 3 da unidade 4 do CPTM (ONU, 2009), trabalham com a diversidade encontrada especialmente nos aspectos culturais. O objetivo dessas instruções é

“to increase awareness of the kind of diversities that may be encountered in a peacekeeping mission, including cultural diversity. The intention is also to reduce the possibilities for misunderstandings to occur while enhancing opportunities for clear and positive communications.” (ONU, 2009, p. 77).

As diferenças culturais existem não só entre as próprias tropas que formam os diversos contingentes da MINUSTAH, por serem oriundas de vários países, mas também em relação à população local, sua cultura, suas próprias normas e tradições. Assim, o conhecimento e o entendimento sobre a diversidade, ainda que bastante superficiais, ajudam a manter uma relação de respeito e uma comunicação efetiva entre as tropas em si, e entre elas e a população local.

Ademais, em relação ao Terreno Humano, o estudo dos aspectos culturais da população local (no caso a haitiana), especialmente suas leis, costumes e tradições,

<sup>35</sup> - *Peacekeepers*: como são chamados todos aqueles que atuam em operações de paz da ONU, civis e militares, especialmente em missões de manutenção da paz.

<sup>36</sup> - “The Organizational Core Values in the United Nations are Integrity, Professionalism and Respect for Diversity.” (ONU, 2009, p. 80).

e o entendimento e respeito à diversidade ajudam na melhor compreensão da dimensão humana do ambiente operacional, especialmente dos fatores sociais que a compõe.

“Research the culture(s) of the mission’s host country and be prepared to provide participants with an introduction on relevant laws, customs and traditions. Things to consider [...] include: dress codes, including concepts of modesty and propriety; expectations of formality; relevant religious practices, places of worship or places of religious and historical significance; norms for greeting and being courteous; gender considerations; relevant laws and consequences; norms of what is acceptable in public; meanings of common gestures, including anything to avoid.” (ONU, 2009, p. 78, adaptado pelo autor).

A superficialidade acima referida deve-se principalmente pela carga horária mínima prevista pela ONU para tratar de assunto tão complexo e, ao mesmo tempo, tão relevante para uma operação de paz. São previstos 120 minutos de instrução, no mínimo, conforme a tabela abaixo.

**Tabela 17: Duração mínima da instrução sobre ‘respeito à diversidade’**

Minimum Session Time	Lecture/Presentation	Questions/Discussion	Session Activities
120 minutes	45 min.	15 min.	60 min.
Additional Options	Mission Specific	Optional Film	Optional Activity
	Time to be determined by necessary content		10-15 min.

Fonte: ONU, 2009, p. 77.

No caso do EPCOEM realizado pelo CCOPAB entre os dias 28 de julho a 8 de agosto deste ano, a fim de preparar o comando e o estado maior do BRABAT do 21º contingente (BRABAT 21), o assunto em pauta foi ministrado em apenas 45 minutos - das 14:00 às 14:45 do dia 1º de agosto - conforme o QTS do estágio (BRASIL, 2014d).

Outra instrução de preparo desses militares contendo um assunto diretamente ligado ao estudo do Terreno Humano, ou à dimensão humana do ambiente operacional, também foi ministrada em 45 minutos no dia 5 de agosto. Tratou-se de uma instrução específica sobre a cultura haitiana, ainda que indiretamente relacionada ao contexto de respeito à diversidade apresentado anteriormente (BRASIL, 2014d).

Além do EPCOEM, o CCOPAB ministra também Estágio de Preparação para Comandantes de Subunidade e Pelotão (EPCOSUPEL), voltado para a preparação desses militares, respectivamente capitães e tenentes, para o desempenho de funções relativas ao comando tático de pequenas frações nas operações de paz sob a égide da ONU.

Assim, o terceiro documento analisado foi o QTS do EPCOSUPEL, realizado pelo centro entre 11 e 22 de agosto do corrente, também com a finalidade de preparar o pessoal do BRABAT 21 (BRASIL, 2014e).

Em relação ao CPTM e o assunto 'respeito à diversidade', este grupo de alunos recebe a mesma carga de instrução recebida pelos comandantes de unidade e estado-maior no EPCOEM, ou seja, 45 minutos de instrução. Entretanto, por se tratar de comandantes dos níveis táticos mais baixos, isto é, das tropas que realmente estarão em contato direto com a população local diuturnamente, em praticamente todas as suas missões, os militares recebem instruções mais relacionadas com esse tipo de atuação. Assim, no EPCOSUPEL, os estagiários também recebem instruções sobre o emprego de intérpretes - 50 minutos de instrução - e sobre CIMIC no Haiti - 90 minutos de instrução (BRASIL, 2014e).

Com isso, é possível verificar que as instruções ministradas para o preparo dos comandantes táticos de todos os níveis são bastante superficiais no que tange ao estudo do Terreno Humano no Haiti, isto é, ao estudo da dimensão humana desse ambiente operacional onde as tropas estão atuando, ainda que a missão esteja no seu 21º contingente, completando 10 anos de operações.

Em relação ao preparo da tropa propriamente dita, ou seja, dos praças (sargentos, cabos e soldados), as instruções a serem ministradas constam de uma diretriz de preparação emitida pelo Comando de Operações Terrestres (COTER). Analisando a diretriz de preparo do 22º contingente brasileiro (BRABAT 22), é possível verificar que, em relação ao Terreno Humano, esses militares recebem a instrução de 'respeito à diversidade' do CPTM (a mesma ministrada nos estágios para os oficiais - EPCOEM e EPCOSUPEL), noções básicas dos idiomas inglês (sargentos adjuntos do estado-maior), francês (demais sargentos, cabos e soldados) e *creole* (idem o francês), instruções para emprego de intérpretes, e instruções sobre operações CIMIC (BRASIL, 2014a). São, também, instruções bastante superficiais, sem aprofundar no estudo dos fatores operacionais, nem nas 'considerações civis' da dimensão humana do ambiente operacional.

## CONCLUSÕES

Na relação entre antropólogos e militares nos EUA, muitos pesquisadores americanos estiveram ligados aos esforços de guerra empreendidos pelo país ao longo do século XX, particularmente na 1ª e na 2ª Guerras Mundiais. Alguns realizavam seu trabalho contratados por instituições do governo ou instituições militares, no intuito de estudar a cultura e demais aspectos psicossociais das populações locais onde as tropas americanas atuavam. Porém, outros realizavam trabalhos mais como militares e espões do que como antropólogos, utilizando essa ciência social como ferramenta para a consecução de objetivos militares. Tais trabalhos receberam críticas à época, mas acabaram, de certa forma, “autorizados” em nome do patriotismo e da “luta pela liberdade e democracia”.

Sobre o Terreno Humano na doutrina militar americana, é possível concluir que, o termo “Terreno Humano” surgiu da crescente importância dos aspectos psicossociais e culturais da população local, que afetavam e eram afetados, direta e indiretamente, pelas operações militares, particularmente nas operações contrainsurgência, nas quais o inimigo se encontra difuso, no ‘meio do povo’.

Já o HTS (sistema) surgiu devido às derrotas sofridas pelas forças americanas quando da invasão do Iraque e do Afeganistão, após o 11 de setembro. Foi uma maneira de: primeiro, resgatar o conhecimento e o legado deixado pelos estudos antropológicos realizados nos principais conflitos em que os EUA estiveram envolvidos no século passado, até a guerra do Vietnã (para eles, não haveria um novo Vietnã); segundo, forçar uma mudança na cultura estratégica americana, que voltou a privilegiar os grandes combates de movimento e manobra, com largo emprego da massa, em detrimento das táticas e técnicas das operações contrainsurgência, logo após a guerra do Vietnã; e por último, de utilizar os conhecimentos da antropologia como pano de fundo para revisitar as operações contrainsurgência, na tentativa de identificar os inimigos terroristas imiscuídos à população local dos ambientes operacionais daqueles países, a fim de “virar o jogo” em face, das derrotas sofridas nas campanhas militares, especialmente, no Afeganistão (eis que surge o “novo Vietnã”).

Logicamente, assim como ocorreu na 1ª e na 2ª Guerra Mundial e no Vietnã, a utilização de teorias e práticas antropológicas em benefício de operações militares

tem sofrido críticas, principalmente do próprio meio acadêmico americano, especialmente da AAA. E tem sofrido, também, críticas dentro das próprias Forças Armadas americanas, pois alguns militares não veem com “bons olhos” a realização de um trabalho eminentemente militar por acadêmicos civis contratados (Connable, 2009). Além disso, estudiosos e acadêmicos de outros países criticam o Terreno Humano, pois o veem como mais um conceito concebido pelos americanos ‘pensando no outro’, ou seja, como mais uma teoria pensada ‘em casa’, por acadêmicos americanos, para ser aplicada pelas tropas americanas (e de seus aliados) em outros países, contra um inimigo dos EUA.

Sobre antropologia e militares no Brasil, pode-se afirmar que essa relação é bastante incipiente ainda. A exceção do professor Célio Castro e do professor Piero Leirner, que já fazem pesquisa na área da antropologia dos militares a algum tempo, inclusive com obras publicadas e consagradas sobre o assunto, e, mais recentemente, da professora Cristina Silva<sup>37</sup>, que também trabalha nessa área, mais especificamente com a família militar, poucos antropólogos se arriscam nesse “campo minado”. É possível que haja certo preconceito, particularmente de cunho ideológico, que impede que mais antropólogos se aproximem das instituições militares, seja para estudá-las, seja para apoiar e assessorar seus trabalhos. Mas é possível que haja, também por parte dos militares, certo preconceito contra esse possível engajamento das ciências sociais, particularmente da antropologia e da ciência política no meio militar. Mas essa barreira está sendo quebrada com a maior aproximação, por intermédio da academia, entre as ciências sociais e as ciências militares, especialmente em cursos de pós-graduação, seminários, simpósios e pesquisas em geral.

Diferentemente dos EUA, no Brasil o termo ‘Terreno Humano’ foi copiado da doutrina militar daquele país para a DMT brasileira. Tal cópia foi feita recentemente, ou seja, de 2011 pra cá. Porém, muito além da simples cópia, o termo passou a representar, na DMT brasileira, aspectos e fatores psicossociais e culturais que já eram considerados no planejamento e execução de operações militares, pelo menos no nível estratégico: são os fatores psicossociais e biológicos do Levantamento

---

<sup>37</sup> - Uma mostra do trabalho dessa pesquisadora pode ser encontrada no texto “Famílias de militares: explorando a casa e a caserna no Exército Brasileiro”, publicado na Revista Estudos Feministas (Florianópolis, setembro-dezembro/2013).

Estratégico de Área, e os aspectos psicossociais da Avaliação Estratégica de Área Operacional.

Contudo, as inovações advindas desse novo conceito ocorreram mais significativamente nos métodos de planejamento de operações militares dos níveis operacional, tático, por meio dos ‘fatores operacionais’ e das ‘considerações civis’ como fator de decisão, respectivamente. No nível operacional, quatro dos oito ‘fatores operacionais’ estão ligados à dimensão humana do ambiente operacional, tal a sua importância nas operações militares contemporâneas. No nível tático, as ‘considerações civis’, também devido a sua importância, foram acrescentadas aos fatores de decisão, incluindo seus seis vetores que abrangem diversos aspectos e itens da dimensão humana do ambiente operacional, relevantes para a condução de operações militares nesse nível.

Porém, não houve no Brasil nenhuma iniciativa, tal como ocorreu nos EUA, de constituir equipes de Terreno Humano (HTT), composta por militares e cientistas sociais, para atuarem no contexto de operações militares, a fim de estudar o Terreno Humano do ambiente operacional e de assessorar aos comandantes e seus estados-maiores quanto ao impacto dessas operações na população local e vice-versa. É possível que, devido ao relativo afastamento (em processo de redução) existente entre a antropologia e as instituições militares, já citado anteriormente, a constituição dessas equipes não venha a acontecer no curto e até mesmo no médio prazo. Haveria a necessidade de um “campo de provas” para experiências e pesquisas dessa natureza. Talvez a MINUSTAH fosse a melhor chance ou alternativa, mas não tem se mostrado assim, pelo menos nesse sentido.

Segundo alguns autores, é possível utilizar não só o conceito de Terreno Humano, e tudo que ele agrega, mas também a ideia das equipes de Terreno Humano em operações de paz sob a égide da ONU. Isso porque, de forma muito semelhante ao que ocorre nas operações contrainsurgência, o “inimigo da paz” está imerso ou faz parte da própria população local do ambiente em que se está operando. Além disso, o conhecimento da população, de sua cultura e de suas dinâmicas pode facilitar a conquista e manutenção de seu apoio para as operações militares, legitimando as ações e tornando-as mais efetivas.

A DMT brasileira para emprego em operações de paz segue rigidamente o que preconiza a ONU e seu órgão responsável, o Departamento de Operações de Manutenção da Paz (DPKO, na sigla em inglês). Devido à atualização doutrinária

que a DMT vem sofrendo desde o início deste ano, o conceito de Terreno Humano ainda não foi tratado especificamente nas operações de paz, agora denominadas operações de pacificação. Porém, como a parte da doutrina que trata genericamente das operações militares, incluídas nesse contexto as de pacificação, já foi adaptada, é possível que seu planejamento e sua execução, em todos os níveis, sigam os conceitos já existentes (nível estratégico) e já adaptados (níveis operacional e tático) em todos os espectros das operações.

Para analisar o Terreno Humano no planejamento e execuções as operações militares realizados no contexto da MINUSTAH, foi preciso pesquisar basicamente em documentos relativos ao preparo das tropas e ao retorno das mesmas após a missão, especialmente os relatórios de preparo e os relatórios de emprego dos diversos contingentes brasileiros. Infelizmente, grande parte deste material recebeu classificação sigilosa na sua origem, impedindo o lançamento de referências no presente trabalho. Mas, felizmente, não houve uma padronização por parte de COTER quanto à referida classificação. Dessa forma, foi possível analisar alguns relatórios que não estavam classificados, permitindo a finalização da pesquisa.

Assim, em relação ao preparo, foi possível verificar que as instruções ministradas sobre assuntos afetos ao Terreno Humano foram e continuam sendo bastante superficiais para todos os públicos, sejam oficiais, sejam praças. O foco do preparo, nessa área específica, está no “respeito à dignidade”, no conhecimento das “principais características da cultura haitiana”, no “ensino do idioma” (particularmente o *creole* e o francês) e nas “operações CIMIC”.

A despeito de o nível estratégico ter conhecimento do LEA do Haiti, incluindo os fatores psicossociais que compoariam o Terreno Humano nesse nível, não houve nenhum estudo mais aprofundado nos níveis operacional e tático sobre os ‘fatores operacionais’ do ambiente, ou sobre as ‘considerações civis’, respectivamente. É possível que, como ocorre em outras operações militares, particularmente no Exército Brasileiro, os níveis operacional e tático recebem apenas as informações contidas no LEA para que os comandantes e seus estados-maiores realizem seus planejamentos.

Para a tropa e seus pequenos escalões táticos (subunidades, pelotões e grupos de combate), é possível que a profundidade com que são abordados os assuntos ligados ao Terreno Humano seja plenamente satisfatória, conforme ficou

demonstrado na versão mais recente da diretriz de preparação para missão de paz emitida pelo COTER este ano.

Entretanto, em face da importância que dimensão humana tem alcançado nas operações militares contemporâneas, o conteúdo de informações sobre o Terreno Humano pode ser aprofundado e melhor explorado nos estágios preparatórios para comandantes e estados-maiores dos altos escalões táticos (unidades), e até para os comandantes e estados-maiores do nível operacional, ou seja, ao invés de simples leitura dos fatores, aspectos e itens do LEA, pode ser feita a análise de quais desses fatores, aspectos ou itens afetam ou são afetados pelas operações militares, de modo a trazer vantagens para o cumprimento da missão de paz.

Já em relação ao emprego da tropa, foi possível perceber que muito das dinâmicas sociais, relações de poder e contato com lideranças que não foram apresentados por ocasião do preparo, foi aprendido ao longo da própria MINUSTAH, principalmente por meio da atuação de elementos de inteligência. Até mesmo aspectos culturais mais específicos do Haiti foram assimilados no decorrer da missão, como ficou claro em alguns relatórios, particularmente o do 8º contingente. Conseqüentemente, boa parte dos assuntos relativos ao Terreno Humano era tratada pelos canais de inteligência, servindo de base para a constante atualização do LEA ou de subsídio para o planejamento de operações militares no contexto da MINUSTAH.

Foi possível perceber também que, até o terremoto de 2010, ou seja, até o 11º contingente brasileiro, as observações feitas nos relatórios mostravam mais aprendizado sobre o Terreno Humano do que ações propriamente ditas nesse terreno. Claro que operações CIMIC e de assistência humanitária sempre ocorreram desde o início da missão em 2004, mas os relatórios mostravam a necessidade de se incrementar essas operações na busca do apoio da população.

Como consequência do terremoto, e logo após toda reestruturação por que passou a MINUSTAH, em especial o contingente brasileiro, houve um aumento significativo das operações CIMIC e de assistência humanitária que, aliado ao conhecimento do Terreno Humano adquirido ao longo desses anos iniciais, propiciaram uma conquista mais efetiva do apoio da população à missão e às tropas, demonstrada por uma mudança de atitude e de postura cada vez mais positivas.

O melhor conhecimento dos aspectos psicossociais do Haiti, aliado aos conceitos do Terreno Humano, recém-adaptados para a DMT brasileira, culminou na incorporação desses conceitos na metodologia de planejamento das operações militares no contexto da MINUSTAH, tornando-os mais efetivos em relação à dimensão humana do ambiente operacional. Tal fato ficou demonstrado não só na utilização de termos e conceitos do Terreno Humano em documentos oficiais do contingente brasileiro, especialmente do BRABAT 2/17, como também na assessoria prestada por um antropólogo da ONG Viva Rio na análise de aspectos do Terreno Humano, de modo a tornar os dados úteis para que o comandante e seu estado-maior pudessem atuar com mais eficiência junto à população. Essa experiência foi, talvez, a primeira tentativa de uma 'MA2' de Lucas Jr (2009), ou de uma 'antropologia militar' segundo Leirner (2009), nos moldes do HTT do Exército americano, ainda que muito incipiente. Não foi possível verificar a continuação dessa experiência nos próximos contingentes (18º ao 21º), pois os relatórios não foram, ainda, disponibilizados pelo COTER.

Não há dúvida sobre a crescente importância da dimensão humana do ambiente operacional em operações militares. É indiscutível, também, que o Terreno Humano é tão ou mais importante que o terreno fisiográfico nesse 'novo ambiente operacional'. E tal importância é refletida em todos os tipos de operações militares no contexto do amplo espectro, particularmente nas operações contrainsurgência e nas operações de paz.

O Exército Brasileiro compreendeu a relevância do assunto e rapidamente adaptou sua DMT, incorporando os conceitos de 'Terreno Humano', de 'fatores operacionais ligados à dimensão humana do ambiente operacional' e de 'considerações civis como fator da decisão'. E já colocou em prática em 2013, na MINUSTAH, por meio do BRABAT 2/17, inclusive com apoio de um antropólogo assessorando o comandante e o estado-maior. É possível que, com a maior aproximação das instituições militares e acadêmicas, tal apoio possa ser mais constante, mais abrangente e mais profundo, a fim de tornar as operações de paz cada vez mais efetivas, legítimas e respeitadoras das diferenças e da diversidade cultural.

## REFERÊNCIAS

AAA. Commission on the Engagement of Anthropology with the US Security and Intelligence Communities. Final Report. Nov, 2007.

ANTILL, Peter. **Berlin 1945: end of the Thousand Year Reich**. Osprey Publishing, 2005.

ARAUJO, Mario Lucio Alves de. Operações de amplo espectro: novo paradigma do espaço de batalha. In: **Doutrina Militar Terrestre em Revista**, Nr 1, Jan a Maio/2013.

ARAÚJO, Orestes. **Sociologia da guerra**. Rio de Janeiro: BIBLIX, 1959.

BAIER, Jeffrey K. **Mapping the Human Terrain: a key to operational effectiveness for future Peace Operations** (tese). Peace Operations Training Institute, 2010.

BOAS, Franz. **Antropologia cultural**. Org. e Trad. Celso Castro. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

BOAS, Franz. Scientists as Spies. In: **The Nation**. Vol. CIX, Nº 2842. The Nation Press: Dec, 1919.

BRASIL. Centro de Doutrina do Exército. **Nota de Coordenação Doutrinária: Considerações Cíveis no Estudo de Situação do Comandante Tático**. Nr 02/2012. Brasília, 2012a.

BRASIL. Comando de Operações Terrestres. **Diretriz de Preparação Específica de Tropa para Missão de Paz (BRABAT e BRAENGCOY)**. Brasília: Div Mis Paz, 2014a.

BRASIL. Comando de Operações Terrestres. **Memória Nr 01**. Brasília: 1ª Subchefia/CEPAEB, 2004a.

BRASIL. Comando de Operações Terrestres. **Memória Nr 02**. Brasília: 1ª Subchefia/CEPAEB, 2004b.

BRASIL. Comando de Operações Terrestres. **Apreciação da atuação do 1º Contingente Brasileiro na MINUSTAH**. Brasília: 1ª Subchefia/CEPAEB, 2004c.

BRASIL. Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. **Nota Escolar: Operações em Ambiente Urbano**. 1 ed. Rio de Janeiro, 2011.

BRASIL. Estado-Maior do Exército. **Estado-Maior e Ordens - 1º volume**. 2 ed. Brasília: EGGCF, 2003a.

BRASIL. Estado-Maior do Exército. **Estado-Maior e Ordens - 2º volume**. 2 ed. Brasília: EGGCF, 2003b.

BRASIL. Estado-Maior do Exército. **Estratégia**. 4 ed. Brasília: EGGCF, 2004d.

BRASIL. Estado-Maior do Exército. **Operações**. 4 ed. Brasília:EME, 2014b.

BRASIL. Estado-Maior do Exército. **Operações de Manutenção da Paz**. 2 ed. Brasília: EGGCF, 1998.

BRASIL. Estado-Maior do Exército. **Processo de planejamento e a condução das operações terrestres**. 1 ed. Brasília:EME, 2014c.

BRASIL. Ministério da Defesa. Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil. **Coletânea de melhores práticas do preparo de OM F Paz**. Rio de Janeiro: CCOPAB, Jan 2012b.

BRASIL. Ministério da Defesa. Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil. Divisão de Ensino Integrada. **Quadro de Trabalho Semanal (QTS) do Estágio de Preparação para Comandantes de OM e Estado-Maior: BRABAT/21**. Rio de Janeiro: CCOPAB, 2014d.

BRASIL. Ministério da Defesa. Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil. Divisão de Ensino Integrada. **Quadro de Trabalho Semanal (QTS) do Estágio de Preparação para Comandantes de Subunidade e Pelotão: BRABAT/21**. Rio de Janeiro: CCOPAB, 2014e.

BRASIL. Ministério da Defesa. Chefia de Operações Conjuntas. Subchefia de Logística Operacional. **Participação brasileira na MINUSTAH**. Brasília: MD, 2013.

BRASIL. Ministério da Defesa. Escola Superior de Guerra. **Manual básico, Vol. I: Elementos Fundamentais**. Manual em revisão. Rio de Janeiro: ESG, 2014f.

BRASIL. Ministério da Defesa. Escola Superior de Guerra. **Manual básico, Vol. II: Assuntos Específicos**. Manual em revisão. Rio de Janeiro: ESG, 2014g.

BRASIL. Ministério da Defesa. Estado-Maior de Defesa. Assessoria de Doutrina e Legislação. **Glossário das Forças Armadas**. 4. ed. Brasília: MD, 2007.

CASTRO, Celso. **O espírito militar: um estudo de antropologia social na Academia Militar das Agulhas Negras**. Jorge Zahar, 1990.

CEBROWSKI, Arthur K. Statement of Director of Force Transformation Office of the Secretary of Defense before the Subcommittee on Terrorism, Unconventional Threats and Capabilities Armed Services Committee. United States House of Representatives: Feb, 2004.

CLAPPER JR, James R. **The worldwide threat to U.S. interests**. Statement prepared to the Senate Armed Services Committee. DoD: Jan, 1995. Disponível em: <http://www.defense.gov/Speeches/Speech.aspx?SpeechID=821>. Acesso em: 7 de setembro de 2014.

CONNABLE, Ben. Uma Canoa Furada: Como o Sistema de Terreno Humano mina a Competência Cultural Militar Sustentável. In: **Military Review**, Julho-Agosto 2009.

COSTA, Rejane P. Multiculturalismo: ultrapassando o simples respeito à diversidade cultural para a compreensão do conceito acadêmico. In **Coleção Meira Mattos - Revista das Ciências Militares**, n. 25, 1º quadrimestre, 2012.

ERWIN, Sandra I. U.S. Military Training Fails to Grasp Foreign Cultures, Says Rep. Skelton. In: **National Defense**. Junho, 2004. Disponível em: [http://www.nationaldefensemagazine.org/archive/2004/June/Pages/US\\_Military3551.aspx](http://www.nationaldefensemagazine.org/archive/2004/June/Pages/US_Military3551.aspx). Acesso em: 26 Fev 2014.

EUA. Department of the Army. **Intelligence Preparation of the Battlefield**. Washington, DC, 2009.

EUA. Department of the Army. **Operations**. Washington, DC: Headquarters, 2011.

EUA. Department of the Army. **Training the Force**. Washington, DC, 2002.

EUA. Human Terrain System. **Human Terrain Team Handbook**. Fort Leavenworth, Kansas: US Army Combined Arms Center, 2008.

EUA. Joint Doctrine Support Division. **Information Operations**. Suffolk, VA, 2012a.

EUA. Joint Doctrine Support Division. **Peace Operations**. Suffolk, VA, 2012b.

EUA. Joint Doctrine Support Division. **Military Information Support Operations**. Suffolk, VA, 2010.

GALULA, David. **Teoria e prática da contra-rebelião**. Trad. Donaldson Garschagen. Edições GRD: Rio de Janeiro, 1966.

GOMES, Mércio Pereira. **Antropologia: ciência do homem, filosofia da cultura**. 2. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2012.

GRAY, Colin S. **Irregular enemies and the essence of strategy: can the american way of war adapt?** Strategic Studies Institute: Carlisle, PA, 2006.

KIPP, Jacob et al. The Human Terrain System: A CORDS for the 21st century. In: **Military Review**. Set.-Out.: 2006.

LAMB, Christopher J. et al. **Human Terrain Teams. An organizational innovation for sociocultural knowledge in irregular warfare**. Washington, DC: The Institute for World Politics, 2013.

LEIRNER, Piero de C. A etnografia como extensão da guerra por outros meios: notas sobre a pesquisa com militares. In: **Mana - Estudos de Antropologia Social**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, abr. 2009.

LEIRNER, Piero de C. **Meia volta volver: um estudo antropológico sobre a hierarquia militar**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997.

LEMERANDE, Theodore J. **Culture beyond counterinsurgency: applying the Human Terrain System to Peace Operations**. Naval War College: Newport, 2011.

LUCAS, JR. George R. **Anthropologists in Arms. The ethics of military anthropology**. Plymouth: AltaMira Press, 2009.

MATTA, Roberto da. **Relativizando: uma introdução à antropologia social**. Rio de Janeiro: Vozes, 1981.

McFATE, Montgomery. Anthropology and counterinsurgency: The strange story of their curious relationship. In: **Military Review**, 85(2): 2005a.

McFATE, Montgomery. The military utility of understanding adversary culture. In: **Joint Force Quarterly** 38: 2005b.

McFATE, Montgomery; JACKSON, A. An organizational solution to DOD's cultural knowledge needs. In: **Military Review**, 85(4): 2005.

MCNAMARA, Robert S. **In retrospect: The tragedy and lessons of Vietnam**. New York: Random House, 1995.

ONU. **Charter of the United Nations**. San Francisco: 1945.

ONU. Department of Peacekeeping Operations. **Handbook on UN Multidimensional Peacekeeping Operations**. New York: UN, 2003a.

ONU. Department of Peacekeeping Operations. **Principles and Guidelines**. New York: UN, 2008a.

ONU. Department of Peacekeeping Operations. **UN Peacekeeping PDT Standards: Core Pre-Deployment Training Materials (CPTM)**. 1. ed. 2009.

ONU. MINUSTAH. **Relatório Final de Missão: BRABAT 8**. Porto Príncipe: Btl Inf F Paz/8º Contingente, 2008b.

ONU. MINUSTAH. **Relatório Final de Missão: BRABAT 9**. Porto Príncipe: Btl Inf F Paz/9º Contingente, 2008c.

ONU. Department of Public Information. **United Nations Mission in Haiti (UNMIH): Haiti background - Summary**. New York: UN, 2003b. Disponível em: <http://www.un.org/en/peacekeeping/missions/past/unmihbackgr1.html>. Acesso em: 7 de setembro de 2014.

ONU. MINUSTAH. **Relatório Final de Emprego do BRABAT 2/17**. Porto Príncipe: 2º Btl Inf F Paz, 7 de junho de 2013.

ONU. Security Council. **Resolution 1542 (2004)**. New York: UN, 2004. Disponível em: [http://www.un.org/docs/sc/unsc\\_resolutions04.html](http://www.un.org/docs/sc/unsc_resolutions04.html) Acesso em: 7 de setembro de 2014.

PINHEIRO, Alvaro de Souza. **As Considerações Civas, O Terreno Humano e O Conflito do Séc XXI**. ECEME. Rio de Janeiro, 2010. No prelo.

PRICE, David H. Anthropologists as Spies. In: **The Nation**. Nov, 2000. Disponível em: <http://www.thenation.com/article/anthropologists-spies>. Acesso em 25 Jun 2014.

PRICE, David H. **Anthropological Intelligence. The deployment and neglect of American Anthropology in the Second World War**. Duke University Press, 2008.

SCALES, Robert. **Army Transformation: Implications for the Future**. Statement testifying before the House Armed Services Committee. United States House of Representatives: Jul, 2004.

SMITH, Rupert. **The utility of force: the art of war in the modern world**. Random House Digital, Inc., New York, 2008.

SOTOMAYOR, Arturo C. **The myth of the democratic peacekeeper: civil-military relations and the United Nations**. Baltimore: John Hopkins University Press, 2014.

SUN TZU. **A Arte da Guerra**. Trad. Sueli Barros Cassal. Porto Alegre: L&PM, 2006.

WEINBERGER, Caspar W. **The Uses of Military Power**. Discurso realizado no National Press Club, Washington, D.C., 28 Nov. 1984. Disponível em: <http://www.airforcemag.com/MagazineArchive/Pages/2004/January%202004/0104keper.aspx>. Acesso em: 26 Fev 2014.

WINNICK, Dinah. Anthropology and the Military. A Summary of Related 2007 Annual Meeting Events. In: **Anthropology News**. Feb, 2008.